

Relatório de Actividades e Auto-Avaliação



2010

FICHA TÉCNICA

Coordenação: Presidente - Dr. João de Deus Cordovil

Responsável Técnico: Eng^a Jesuína Rosalino, com colaboração da DSDR (Dr. Amável Candeias)

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Edição: 1^a edição, Maio de 2011

ÍNDICE

1	NOTA DE ABERTURA	2
2	INTRODUÇÃO.....	6
1	BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL DA ÁREA DE ACTUAÇÃO DA CCDRA.....	7
2	ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECIFICAS PROSEGUIDAS PELO ORGANISMO	10
1	QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR)	12
2	AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA.....	15
2.1	Metodologia	15
2.2	Avaliação Global da Estratégia Definida	18
2.2.1	Ao Nível do QUAR	18
2.2.2	Ao Nível do Plano de Actividades.....	20
2.2.3	Avaliação Global Das Actividades	21
2.3	Avaliação por Unidade Orgânica.....	24
2.3.1	Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional.....	25
2.3.2	Direcção de Serviços de Ordenamento do Território	30
2.3.3	Direcção de Serviços do Ambiente.....	34
2.3.4	Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local.....	37
2.3.5	Direcção de Serviços de Fiscalização	42
2.3.6	Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativas e Financeira.....	44
2.3.7	Divisão da Cooperação Inter-Regional	45
2.3.8	Divisão de Informação e Informática	53
2.3.9	Serviço Sub-regional de Portalegre.....	56
2.3.10	Serviço Sub-regional do Litoral.....	60
2.3.11	Serviço Sub-regional de Beja	62
2.3.12	Unidade de Controlo e Auditoria.....	65
2.3.13	Programa InAlentejo.....	67
3	AFECTAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	69
3.1	Publicidade Institucional	70
4	GRAU DE SATISFAÇÃO DOS “STAKEHOLDERS” EXTERNOS.....	71

5	AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	74
5.1	Sistema de Controlo Interno Efectuado por Entidades Externas	74
5.2	Sistema de Controlo Interno Efectuado pela Unidade de Controlo Interno.....	76
6	ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DESVIOS NEGATIVOS	78
7	PLANO DE MELHORIAS.....	79
8	COMPARAÇÃO DE DESEMPENHO ENTRE SERVIÇOS IDÊNTICOS ..	80
9	GRAU DE SATISFAÇÃO DOS “STAKEHOLDERS” INTERNOS.....	83
1	SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL	88
2	APRECIÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	94
2.1	Conclusões Prospectivas.....	97
	ANEXO I - AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE CADA UNIDADE ORGÂNICA	98
	ANEXO II - AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CADA UNIDADE ORGÂNICA	134
	ANEXO III - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.....	149
	ANEXO IV - DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO RECONHECIMENTO DE MÉRITO.....	155

A Presidência dirige a todos os colaboradores o seu agradecimento pelo empenho e responsabilização revelados no exercício de todas as actividades desenvolvidas no ano de 2010, agora traduzidos pelos excelentes resultados alcançados.

1 NOTA DE ABERTURA

A actual equipa da Presidência faz um balanço positivo do primeiro ano do seu mandato, orientado por uma gestão colegial e pela coesão nos processos de decisão. A nossa actuação centrou-se na valorização e qualificação da intervenção da CCDRA enquanto serviço público. De igual modo, desenvolvemos esforços direccionados para promover e divulgar o potencial da região. Prosseguimos, pois, uma política de reforço da comunicação com os stakeholders internos e externos, consubstanciada num processo de maior abertura, aproximação e cooperação.

Esta equipa iniciou um ciclo de gestão em que procurou ser criteriosa na definição de necessidades, pautada pela preocupação com a dinamização de projectos existentes e não por uma linha de ruptura com o trabalho já planeado para o ano em curso. Todavia, também houve que dar resposta a necessidades que estavam a descoberto, nomeadamente ao nível da imagem institucional, da modernização administrativa e das novas tecnologias.

A articulação e diálogo com as Autarquias e com as Comunidades Intermunicipais, constituiu uma absoluta prioridade, com base nos princípios de cooperação e respeito mútuo que preconizámos para o nosso mandato. As reuniões de trabalho realizadas em 2010, etapa final de elaboração do PROT Alentejo, são disso testemunho. O incentivo à realização de sessões de esclarecimento sobre diversas temáticas, desde o SIADAP à aplicação do Regime Jurídico da REN, por parte dos Serviços, designadamente DSA, DSAL e DSOT, insere-se nesse espírito de partilha e apoio.

Promovemos o envolvimento conjunto em iniciativas com empresas e entidades empreendedoras, como a que concretizámos no âmbito do Portugal Tecnológico, onde tivemos oportunidade de divulgar a actividade de mais de trinta entidades da região, de diversos sectores desde a agricultura, à saúde, investigação, ensino, novas tecnologias e artes. Neste certame nacional, participaram entidades da região, com projectos inovadores que concorreram para a promoção das potencialidades instaladas no Alentejo. O conceito associado à concepção do espaço, procurou romper com a representação, que ainda teima em persistir, de um Alentejo pouco vocacionado para a inovação e modernidade.

Nessa perspectiva, celebrámos protocolo, com a ADRAL com vista à cooperação no âmbito do desenvolvimento de projectos e soluções no domínio das tecnologias de Informação e Comunicações. De igual modo, foram celebrados três protocolos direccionados para a dinamização de projectos no grande Lago de Alqueva: i) Reserva Dark Sky, entre a

CCDRA, EDIA, Turismo Terras do Grande Lago de Alqueva e Rede Turismo de Aldeia; ii) Estratégia para a Conservação e Valorização de Ilhas e Penínsulas de Alqueva, entre a CCDRA e a EDIA, e iii) Dispositivos de Passagem para Peixes da Barragem de Pedrógão, igualmente entre a CCDRA e a EDIA.

No quadro da coordenação e planeamento regional, impulsionámos os trabalhos conducentes à criação de uma rede regional de oferta formativa, a partir da representação da CCDRA no Conselho Consultivo do IEFP, em estreita colaboração com este Instituto e com a DREA, e começámos a desenhar um projecto de cooperação interinstitucional, envolvendo a CCDRA, a Universidade de Évora e a ADRAL, entre outros parceiros, para o estudo e apoio à inovação e empreendedorismo na Região. Ainda neste âmbito, realizámos reuniões de trabalho com outros organismos da Administração Desconcentrada (Agricultura /Cultura/Economia/Educação/Saúde/Segurança Social) e com outras Instituições (Universidade de Évora; Institutos Politécnicos; Núcleos Empresariais, Centrais Sindicais, entre outros).

No âmbito da missão e atribuições da CCDRA, cumpre-nos afirmar a importância de que se revestiu a participação nas reuniões do Conselho Regional, Órgão Consultivo da CCDRA. É de sublinhar que a dinâmica deste Órgão tanto pelas suas competências, como pela sua composição, reveste-se de grande importância para a CCDR e para a Região Alentejo. O Conselho, na sua função consultiva, constitui-se simultaneamente como um fórum regional de participação dos Serviços Desconcentrados da Administração Central do Estado, do Poder local e da Sociedade Civil, com vista à concertação de interesses e à construção de uma visão estratégica sobre o Alentejo.

Na dimensão externa da intervenção da CCDRA, pretendemos dar sinais claros quanto às suas competências na promoção do desenvolvimento regional. O seu foco de actuação deve passar pela produção e partilha de conhecimento sobre a região Alentejo, pelo que, planeamos para 2011 a produção de Relatórios Técnicos com divulgação externa, nomeadamente o relatório “Alentejo 2020. Novas Dinâmicas de Afirmção Competitiva”, no quadro da Estratégia Nacional para a Europa 2020. Este documento foi pensado como uma oportunidade de trabalhar em parcerias com organizações da sociedade civil e de auscultar a sua opinião sobre o futuro do desenvolvimento do Alentejo.

A preocupação com a disseminação de conhecimento, levou a equipa da Presidência a apostar na criação de uma linha editorial, inteiramente produzida com os recursos humanos

da CCDRA. A edição da revista “Alentejo – Análise Regional”, cuja última publicação remontava a 1999, foi reactivada com periodicidade semestral, desenhada para edição em suporte papel e formato electrónico com o objectivo de potenciar a divulgação e comunicação com diversos públicos e garantir a sua edição num previsível quadro de fortes restrições financeiras. A opção por uma edição bilingue, português - castelhano, reflecte uma estratégia de reforço da cooperação transfronteiriça e promoção do Alentejo.

A par desta publicação planeou-se, para o ano 2011, a edição de um boletim trimestral sobre políticas públicas e desenvolvimento regional.

A política de comunicação assumida e a aposta na qualificação da CCDRA enquanto serviço público, tiveram igualmente expressão no investimento efectuado ao nível da modernização administrativa. E, porque a identidade das organizações também está associada a uma imagem de marca, apostámos na criação de um logótipo para a CCDRA, única Comissão que até à data apenas tinha um *lettering* associado à sua imagem. Dos projectos executados destacamos: o impulso dado à implementação do sistema de gestão documental, ao nível da gestão de expediente, e à desmaterialização de processos de apreciação da REN; desenvolvimento de um novo site da CCDRA; desenvolvimento de um novo ambiente de intranet, e o investimento em equipamentos audiovisuais para promoção da região.

Planeámos para o ano de 2011, a disponibilização de novos serviços on-line que concorram para reforçar a transparência e garantir maior acessibilidade na comunicação com os stakeholders externos, designadamente autarcas e empreendedores. Neste domínio, está prevista a criação de uma plataforma autárquica. Com esta plataforma disponibilizamos um novo serviço para as Autarquias do Alentejo, com vista a facilitar a acessibilidade electrónica com a Comissão e a organização em Fórum, permitindo a comunicação em rede entre as Autarquias, Comunidades Intermunicipais do Alentejo, e a Comissão. O alargamento às Freguesias está previsto para um futuro próximo.

Tal como noutras áreas, também na modernização administrativa, associada às novas tecnologias, investimos na dinamização dos recursos humanos internos e no estabelecimento de parcerias estratégicas, a nível regional, para desenvolvermos novas soluções e serviços. As competências da CCDR Alentejo em matérias de ordenamento e ambiente, conferem-lhe a responsabilidades de ser uma instituição de ponta a este nível, contribuindo para criar um ambiente amigável do cidadão e empresários, factor de competitividade territorial.

No final de um ano de trabalho, a equipa da presidência tem condições para sustentar que a CCDRA tem uma forte capacidade técnica instalada. O conhecimento disponível permite-lhe expandir a sua missão e qualificá-la enquanto organismo público ao serviço da região, do desenvolvimento socioeconómico do Alentejo.

Temos noção das nossas próprias limitações e das dificuldades de várias ordens que enfrentámos, mas não nos faltou determinação ou vontade para dar o melhor no cumprimento da missão que está confiada à CCDR Alentejo.

O Presidente



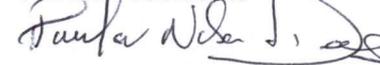
João de Deus Cordovil

A Vice-Presidente



Lina Jan

A Vice-Presidente



Paula Nobre de Deus

2 INTRODUÇÃO

Na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, o ano de 2010 foi um ano de mudança. Foi nomeado em 01 de Fevereiro de 2010 para Presidente o Dr. João de Deus Cordovil. Foi formada nova equipa ao nível da presidência e deu-se início a um renovado ciclo de gestão.

Os desafios para 2010 eram grandes, atendendo a que, quer o orçamento quer os recursos humanos eram limitados. A CCDRA definiu as suas novas linhas estratégicas e avançou desenvolvendo as suas funções com o objectivo de reforçar a prática de diálogo e cooperação com outras Instituições Públicas. Atendendo às competências da CCDRA, foi dada particular relevância à articulação com os responsáveis da Administração Regional Desconcentrada, bem como com as Autarquias Locais e as Comunidades Intermunicipais.

Neste período constituiu uma prioridade o envolvimento conjunto em iniciativas com Empresas e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico, como a que se concretizou no âmbito do Portugal Tecnológico.

No domínio da Comunicação, a CCDR Alentejo primou pela transparência no relacionamento da instituição com os cidadãos em geral, informando sobre a sua actividade, mas visando também sempre que isso foi possível a promoção e a divulgação do potencial da região, sendo exemplo desta dupla preocupação o relançamento da “Revista Alentejo - Análise Regional”.

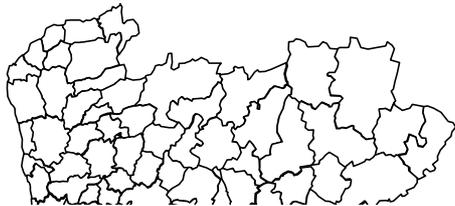
Houve sempre a noção das limitações e das dificuldades de vária ordem que a instituição enfrentou em 2010, mas não faltou determinação e vontade para dar o melhor no cumprimento da missão que foi confiada à organização.

Aquilo que o cidadão espera das organizações da Administração Pública é uma cultura de elevado desempenho, de informação coerente e autêntica, de transparência e de eficiência, satisfazendo os fins para que foi criada.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo conseguiu no ano de 2010 um resultado de excelência quanto ao seu desempenho, no reconhecimento do seu trabalho por parte dos seus parceiros regionais, na eficácia de aplicação dos seus recursos e no empenho dos seus colaboradores. Esta responsabilidade promoveu em todos nós a vontade de ser ainda melhores em 2011.

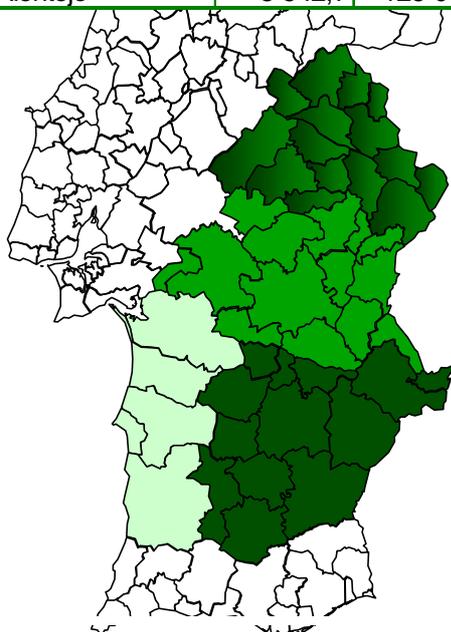
PRIMEIRA PARTE - ENQUADRAMENTO

1 BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL DA ÁREA DE ACTUAÇÃO DA CCDR



Território, População e Estrutura Territorial

NTUS	Área	População 2009	Densidade Populacional Hab/Km2
Alentejo	27 276,2	503 507	18,5
Alentejo Litoral	5 255,8	94 904	18,1
Alto Alentejo	6 248,9	115 421	18,5
Alentejo Central	7 228,8	168 116	23,3
Baixo Alentejo	8 542,7	125 066	14,6



Potencialidades Estratégicas*

Identidade cultural e paisagem
Sistemas culturais mediterrâneos
Recursos hídricos e EFMA,
Valor natural do litoral e zona costeira,
Cidades equipadas e seguras e qualidade dos centros históricos,
Transportes.
Estrutura do povoamento urbano indutora de uma sustentabilidade ambiental,
Recursos extractivos
Recursos energéticos endógenos
Posicionamento geográfico e acessibilidades

Factores de Estrangulamento*

Erosão do solo e desertificação,
Dimensão e estrutura demográfica,
População activa,
Dimensão produtiva da região,
Rede Viária e Serviços de Transportes

Desafios*

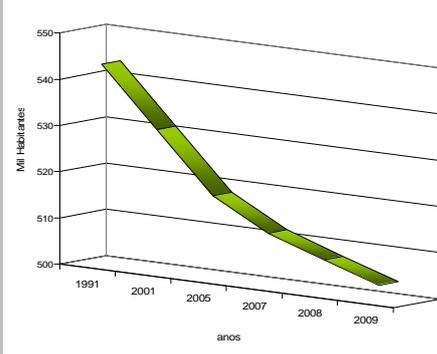
Crescimento económico e emprego
Demografia, população e recursos humanos
Reforço dos principais Centros Urbanos e nova relação urbano-rural
Criar escala e reforçar as relações com o exterior
Implementar um modelo de turismo sustentável
Garantir adequados níveis de coesão territorial interna
Preservar e valorizar o património natural e cultural
Potenciar as grandes infra-estruturas
Combater os processos de desertificação

* Análise prospectiva extraída do PROTA

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

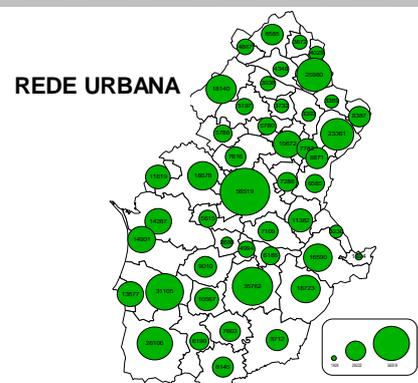
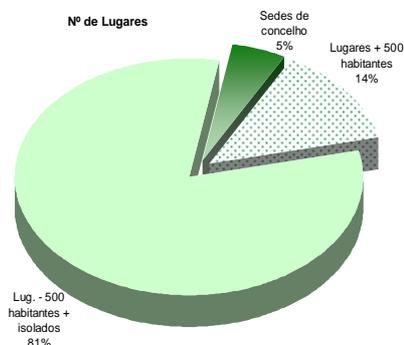
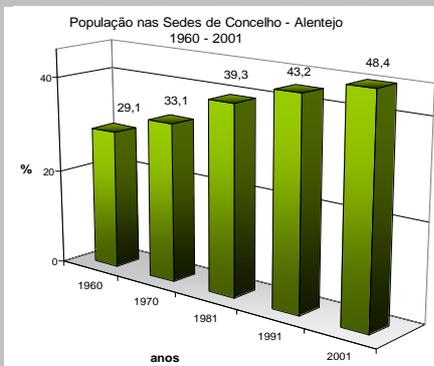
O Alentejo é a maior região de Portugal, ocupando uma área de 27 332.4 km², na qual residem 503 507 habitantes distribuídos por 4 sub-regiões: Alentejo Litoral com 94 904, Alto Alentejo com 115 421, Alentejo Central com 168 116 e Baixo Alentejo com 125 066 habitantes.

É a região portuguesa de menor densidade populacional, com valores ligeiramente inferiores aos 19 hab/km², enquanto que a média nacional se situa nos 115 hab/km².



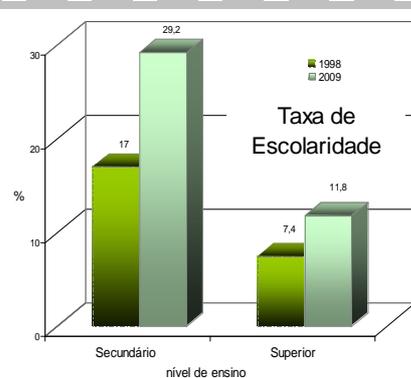
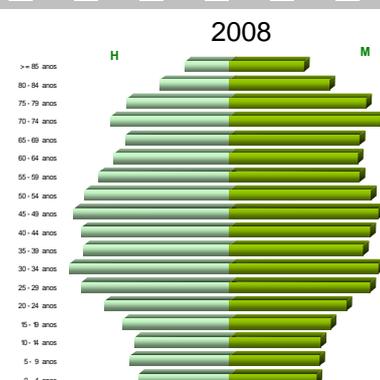
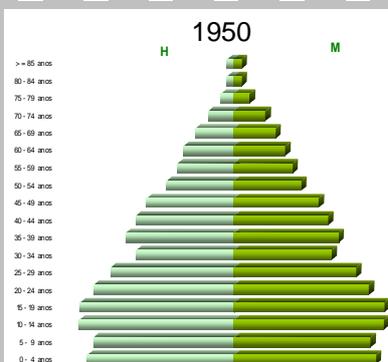
DISTRIBUIÇÃO PELO TERRITÓRIO

No Alentejo, o povoamento se configura numa estrutura cada vez mais de tipo concentrado, com reforço continuado da importância da população que reside nos lugares de maiores dimensões ou nas sedes de concelho ou de distrito, em detrimento dos lugares de menor dimensão ou importância, que têm vindo a assistir a uma diminuição continuada do seu efectivo demográfico, com o consequente despovoamento das zonas rurais.



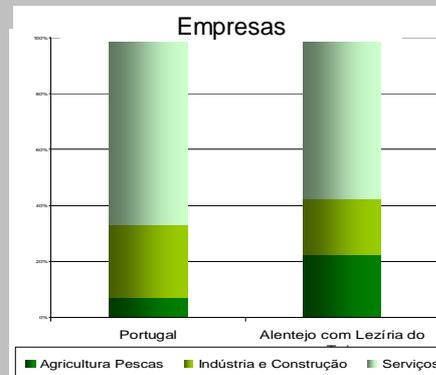
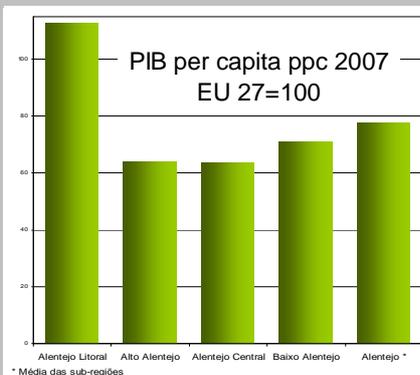
CAPITAL HUMANO

Um traço marcante da estrutura demográfica da região Alentejo reside no seu elevado grau de envelhecimento, característica que tem registado uma continuada tendência para o agravamento e que advém da redução continuada dos nascimentos e da população jovem, e do aumento da população idosa, principal beneficiária dos ganhos continuados na esperança de vida, que apresenta valor consideravelmente altos (78.1 anos), próximos da média nacional (78.7 anos). Os níveis de qualificação dos recursos humanos da região melhorou, patente no facto de, na última década, o peso dos activos com formação secundária ou superior ter passado de 16.4 para 30.5% (8.0 para 17.4% no secundário e 8.4 para 13.1% no superior), enquanto que a Taxa de Analfabetismo da população activa reduziu-se para menos de metade, passando de 10.8 para 3.8%, valor abaixo da média.



COMPETITIVIDADE REGIONAL

O contributo do Alentejo para a produção de riqueza em 2008, data informação disponível, representava, 5% do PIB português. O indicador PIB per capita, com o valor de 14,7 mil €, revela um posicionamento globalmente desfavorável da região, abaixo da média nacional, que registava um valor de 15,7 mil € (disparidade do PIB per capita com Portugal = 100 no Alentejo em 2007 era de 93,6). A estrutura empresarial do Alentejo é caracterizada, genericamente, pela reduzida dimensão empregadora, com uma média de 96% de empresas com menos de 9 trabalhadores.



2 ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS PROSSEGUIDAS PELO ORGANISMO

As orientações estratégicas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Alentejo decorrem das orientações da tutela consubstanciadas na missão da organização, nos objectivos estratégicos plurianuais definidos, bem como nos seus objectivos operacionais. Os programas e as actividades delineadas para cada Unidade Orgânica completam o alinhamento da organização face à sua estratégia e sustentaram o seu Plano de Actividades para 2010.

Missão

“Executar, no âmbito da respectiva área geográfica, as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e apoio às autarquias locais e suas associações, procurando antecipar soluções e contribuir para a superação dos constrangimentos ao desenvolvimento económico e social da região, num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis. A CCDRALentejo deve ainda assegurar a gestão dos fundos estruturais do Programa Operacional regional no contexto da política de coesão da U.E. e a dinamização da cooperação inter-regional e transfronteiriça”

Objectivos Estratégicos Plurianuais

OE 1 Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem como das orientações estratégicas comunitárias em matéria de ambiente, ordenamento do território e desenvolvimento regional

OE 2 Capacitar estrategicamente a região para a salvaguarda e valorização da natureza, do ambiente e do território, para a gestão adequada do uso do solo e para um eficiente aproveitamento do potencial de desenvolvimento regional

OE 3 Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional de políticas públicas ao nível da região e promover a cooperação com as autarquias locais e outras instituições e agentes regionais

OE 4 Contribuir para a aplicação eficiente e eficaz dos fundos comunitários na região

OE 5 Dinamizar a promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação

OE 6 Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil

Objectivos Operacionais

Vector de Eficácia

OB 1 Implementar uma estratégia concertada de ordenamento do território regional, com base nos novos instrumentos e orientações nacionais.

OB 2 Reduzir os Passivos Ambientais da Região

OB 3 Executar o Plano Regional de Acção para a Operação Resíduos.

OB 4 Contribuir para a implementação do QREN na região

OB 5 Dinamizar programas e projectos relevantes para o desenvolvimento regional

OB 6 Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional

Vector de Eficiência

OB 7 Promover a modernização de processos

OB 8 Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.

Vector da Qualidade

OB 9 Implementar a Unidade de Controlo Interno e Auditoria

OB 10 Avaliar a qualidade dos serviços prestados

SEGUNDA PARTE –AUTO-AVALIAÇÃO

1 QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR)

A avaliação e monitorização do desempenho dos serviços públicos dispõe de um modelo de referência que serviu de base para os trabalhos efectuados pela CCDR, com vista a definir a sua auto-avaliação e propor a respectiva classificação. O QUAR apresentado, bem como o respectivo Plano de Actividades para o ano de 2010, constituíram-se como o suporte para um bom instrumento de demonstração do alinhamento dos vários graus de definição de objectivos para a organização. O trabalho realizado teve a preocupação de se sustentar numa boa articulação e efectiva coerência quanto aos vários níveis de desempenho e cuja tradução em termos operacionais se obteve através de objectivos previamente definidos, com indicadores que permitiram a mensuração do seu cumprimento e metas que permitiram avaliar resultados face ao planeado.

O QUAR da CCDR Alentejo evidencia:

- A missão do serviço;
- Os objectivos estratégicos plurianuais determinados superiormente;
- Os objectivos anuais hierarquizados;
- Os indicadores de desempenho e respectivas formas de poderem ser verificados;
- Os meios disponíveis para proceder á verificação;
- O grau ou índice de realização dos resultados alcançados no cumprimento dos objectivos;
- Identificação dos desvios e suas causas;
- A avaliação final do desempenho do serviço;

O Quadro de Avaliação e Responsabilização(QUAR 2010), proposto para a CCDR Alentejo foi aprovado pela Senhora Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território em 18 de Maio de 2010 e pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento em 4 de Maio de 2010.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2010

Ultima actualização: (2010/09/23)

Ministério: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Missão: "A CCDR Alentejo tem como missão executar, no âmbito da respectiva área geográfica, as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e apoio às autarquias locais e suas associações, procurando antecipar soluções e contribuir para a superação dos constrangimentos ao desenvolvimento económico e social da região, num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis. A CCDRALentejo deve ainda assegurar a gestão dos fundos estruturais do Programa Operacional regional no contexto da política de coesão da U.E. e a dinamização da cooperação inter-regional e transfronteiriça"

Objectivos estratégicos (OE):

OE 1 Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem como das orientações estratégicas comunitárias em matéria de ambiente, ordenamento do território e desenvolvimento regional

OE 2 Capacitar estrategicamente a região para a salvaguarda e valorização da natureza, do ambiente e do território, para a gestão adequada do uso do solo e para um eficiente aproveitamento do potencial de desenvolvimento regional

OE 3 Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional de políticas públicas ao nível da região e promover a cooperação com as autarquias locais e outras instituições e agentes regionais

OE 4 Contribuir para a aplicação eficiente e eficaz dos fundos comunitários na região

OE 5 Dinamizar a promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação

OE 6 Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil

Objectivos operacionais	Meta Ano n-1	Meta Ano n	Concretização			Desvíos	
			Resultado	Classificação com critério superação			
				Superou	Atingiu		Não atingiu
EFICÁCIA	100%		154%	X			
OB 1	Ponderação de 10%		121,2%	X			
Implementar uma estratégia concertada de Ordenamento do Território Regional, com base nos novos instrumentos e orientações Nacionais	Ind 1	Definição da arquitectura do sistema de monitorização do PROTA	365	350		X	4%
	Peso	60%		104,1%			
	Ind 2	Realização de 4 sessões técnicas de sensibilização p/ o uso generalizado da plataforma digital do RJUE	273	145		X	47%
	Peso	40%		146,9%			
OB 2	Ponderação de 10%		116,7%	X			
Reduzir os Passivos Ambientais da Região	Ind 3	Acções de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	3	4		X	33%
	Peso	50%		133,3%			
	Ind 4	Acções de dinamização para intervenção em locais de deposição ilegal de resíduos	3	3		X	0%
	Peso	50%		100,0%			
OB 3	Ponderação de 15%		195,2%	X			
Executar o Plano Regional de Acção para a Operação Resíduos	Ind 5	Número de operadores de gestão de resíduos fiscalizados	21	41		X	95%
	Peso	100%		195,2%			
OB 4	Ponderação de 30%		170,6%	X			
Contribuir para a implementação do QREN na região	Ind 6	Taxa de Compromisso (Investimento elegível aprovado / Investimento programado)	40%	55%		X	38%
	Peso	40%		137,5%			
(Relevante)	Ind 7	Acréscimo de despesa validada relativamente ao ano transacto	100%	239%		X	139%
	Peso	40%		239,0%			
	Ind 8	Taxa de Realização do POCTEP (Despesa Validade / Despesa Aprovada)	25%	25%		X	0%
	Peso	20%		100,0%			
OB 5	Ponderação de 20%		109,4%	X			
Dinamizar programas e projectos relevantes para o desenvolvimento regional	Ind 9	Relatórios Trimestrais de Monitorização dos 7 PROVERE aprovados	45	42		X	7%
	Peso	30%		107,0%			
	Ind 10	Realização de um Workshop no âmbito do projecto " Rede Regional de Oferta Formativa"	350	347		X	1%
	Peso	40%		100,9%			
	Ind 11	Relatórios semestrais de monitorização da aplicação do sistema de incentivos na região	45,0	34,5		X	23%
	Peso	30%		123,3%			
OB 6	Ponderação de 15%		187,5%	X			
Dinamizar a cooperação transnacional e interregional	Ind 12	Nº de acções efectuadas	8	22		X	175%
	Peso	50%		275,0%			
	Ind 13	Nº de micro-iniciativas apoiadas	6	6		X	0%
	Peso	50%		100,0%			

EFICIÊNCIA		100%	157%	X		
OB 7	Ponderação de 80%		168,3%	X		
Promover a modernização de processos (Relevante)	Ind 14	Sistema de Gestão Documental aplicado a toda a organização	181	158	X	13%
	Peso	30%		112,7%		
	Ind 15	Processo de apreciação da REN desmaterializado	1	4	X	300%
	Peso	20%		400,0%		
	Ind 16	Plano de classificação de documentos e manual de procedimentos para arquivo, elaborado	304	290	X	5%
Peso	20%		104,6%			
Ind 17	Sistema de arrecadação de receita por multibanco, implementado	212	187	X	12%	
Peso	30%		111,8%			
OB 8	Ponderação de 20%		113,2%	X		
Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.	Ind 18	Índice de decisão de processos de contra-ordenação em instrução (Nº de notificações de decisão/Nº de processos em instrução*100)	40%	45%	X	13%
	Peso	100%		113,2%		
QUALIDADE		100%	129%	X		
OB 9	Ponderação de 30%		143,4%	X		
Implementar a Unidade de Controlo Interno e Auditoria	Ind 19	Manual de controlo interno e auditoria elaborado	212	120	X	43%
	Peso	100%		143,4%		
OB 10	Ponderação de 70%		122,7%	X		
Avaliar a qualidade dos serviços prestados (Relevante)	Ind 20	Grau de satisfação dos stakeholders externos numa escala de 1 a 5	3,00	3,68	X	23%
	Peso	100%		122,7%		
Justificação para os desvios: Relativamente ao apuramento dos Recursos Humanos planeados, verifica-se a existência de um desvio significativo, porquanto, à data de apresentação dos recursos humanos planeados, não foram considerados os recursos humanos afectos à estrutura de assistência técnica do Programa Operacional Inalentejo, dado na altura considerar-se que esta estrutura viria a ter um QUAR autónomo. No entanto, posteriormente, o QUAR da CCDRA sofreu alterações, passando a estar nele incluídos objectivos globais de toda a organização, incluindo da estrutura do Inalentejo. Assim, por lapsos, à data do ajustamento final da proposta de QUAR para 2010 que veio a ser aprovada, não foram ajustados os respectivos meios humanos planeados, motivo pelo qual surgem agora estes desvios significativos.						

Listagem das Fontes de verificação

Objectivo	Peso *	Indicador	Meta	CrITÉrios Superação	Listagem das Fontes de verificação	
Objectivo 1	5	ind 1	Definição da arquitectura do sistema de monitorização do PROTA	31-12-2010	<= 15-12-2010	Projecto de arquitectura do sistema de monitorização do PROTA
		ind 2	Realização de 4 sessões técnicas de sensibilização p/ o uso generalizado da plataforma digital do RJUE	30-09-2010	<= 15-09-2010	Documento de conclusões por sessão
Objectivo 2	5	ind 3	Acções de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	3	>=4	Relatório de acção de dinamização
		ind 4	Acções de dinamização para intervenção em locais de deposição ilegal de resíduos	3	>=4	Relatório de acção de dinamização
Objectivo 3	7	ind 5	Numero de operadores de gestao de residuos fiscalizados	21	>=23	Relatórios de fiscalização
Objectivo 4 Relevante	14	ind 6	Taxa de Compromisso (Investimento elegível aprovado / Investimento programado)	40%	>=45%	Sist. Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo (SIGPOA)
		ind 7	Acréscimo de despesa validada relativamente ao ano transacto	100%	>=110%	Sist. Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo (SIGPOA)
		ind 8	Taxa de Realização do POCTEP (Despesa Validada / Despesa Aprovada)	25%	>=28%	Sistema de Informação FONDOS2007
Objectivo 5	9	ind 9	Relatórios Trimestrais de Monitorização dos 7 PROVERE aprovados	Em 45 dias após o termo do trimestre	<=30 dias	Relatório trimestral de monitorização de PROVERE
		ind 10	Realização de um Workshop no âmbito do projecto "Rede Regional de Oferta Formativa"	15-12-2010	<=01-12-2010	Registo de realização do seminário
		ind 11	Relatórios semestrais de monitorização da aplicação do sistema de incentivos na região	Em 45 dias após o termo do trimestre	<=30 dias	Relatório semestral de monitorização de Sistema de Incentivos na Região
Objectivo 6	7	ind 12	Nº de acções efectuadas	8	>=10	Relatórios de acções efectuadas
		ind 13	Nº de micro-iniciativas apoiadas	6	>=7	Relatórios de execução dos apoios às micro-iniciativas
Objectivo 7 Relevante	20	ind 14	Sistema de Gestão Documental aplicado a toda a organização	30-06-2010	<= 15-06-2010	Acessos disponibilizados no sistema de gestão documental
		ind 15	Processo de apreciação da REN desmaterializado	Em um dos SSRRegionais	<= 30-11-2010	Informatização do processo
		ind 16	Plano de classificação de documentos e manual de procedimentos para arquivo, elaborado	31-10-2010	<= 15-10-2010	Plano de classificação de documentos e manual de procedimentos
Objectivo 8	5	ind 17	Sistema de arrecadação de receita por multibanco, implementado	31-07-2010	<= 30-06-2010	Disponibilização de meios de pagamento electrónico
		ind 18	Índice de decisão de processos de contra-ordenação em instrução (Nº de notificações de decisão/Nº de processos em instrução*100)	40%	>=45%	Base de dados interna
Objectivo 9	9	ind 19	Manual de controlo interno e auditoria elaborado	31-07-2010	<= 30-04-2010	Manual de controlo interno e auditoria
Objectivo 10 Relevante	21	ind 20	Grau de satisfação dos stakeholders externos numa escala de 1 a 5	Grau 3 de média	>=3,5	Realização de inquérito

* Peso do objectivo ponderado pela importância percentual do vector respectivo (Eficiência:45%, Eficácia:25%, Qualidade:30%)

2 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

2.1 Metodologia

O Relatório de Actividades do ano de 2010 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo constituiu-se como um documento de síntese de toda a actividade da organização, no qual é possível identificar o alimento mantido em toda a organização face à estratégia inicialmente definida. Pretende-se dar a conhecer o esforço desenvolvido por todos os colaboradores e os resultados alcançados no período em referencia. O presente relatório envolve uma avaliação global da organização ao nível do seu QUAR para 2010, cujo enfoque se centra no grau de cumprimento dos seus objectivos e indicadores programados, bem como na eficácia de uso dos seus recursos financeiros e humanos. Para além desta avaliação global são igualmente apresentados os resultados da avaliação do Plano de Actividades previsto para 2010, através da avaliação de cada uma das Unidades Orgânicas, em termos dos seus programas e das suas actividades. Foram utilizados diversos tipos de gráficos e tabelas a fim de sistematizar melhor a informação e permitir uma leitura mais rápida e dirigida.

As actividades levadas a cabo pelas várias unidades orgânicas, enquadram-se no contexto das competências atribuídas a cada uma delas, de acordo com os Programas, previamente definidos, em congruência e concorrendo para a observância e realização dos objectivos globais identificados no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização definido para a organização.

A metodologia utilizada para desenvolvimento dos procedimentos inerentes ao exercício de avaliação do desempenho da organização assentou nos seguintes princípios:

Definição da missão da organização de acordo com a Lei Orgânica do Serviço (Decreto-Lei n.º 134/2007 de 27 de Abril);

Definição dos Objectivos Estratégicos para a organização;

Definição dos objectivos a constar do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR);

Reuniões com cada uma das direcções de serviço para definir o alinhamento estratégico das mesmas com os objectivos de topo e com os do Quadro de Avaliação e Responsabilização. Esta acção traduziu-se na definição dos Programas e Actividades de cada Unidade Orgânica, definição dos respectivos indicadores e suas metas.

Foi solicitado aos responsáveis de cada Unidade Orgânica que implementassem um sistema de registo dos parâmetros envolvidos em cada uma das suas actividades com vista a facilitar a avaliação em causa.

A informação foi recolhida através de uma ficha com modelo próprio, em suporte informático a fim de permitir uma boa sistematização e um mais fácil tratamento dos dados. A cada Unidade Orgânica bastou indicar o valor de resultado alcançado para cada um dos seus indicadores de avaliação nessa mesma ficha e reenviá-la para a “Unidade de Avaliação”, para posterior análise de resultados.

Durante o todo o ciclo de gestão foram efectuadas diversas monitorizações de resultados das quais relativamente ao QUAR foram reportadas ao Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, três desses momentos. Relativamente ao Plano de Actividades foram efectuados dois momentos de avaliação.

Coerência Objectivos Estratégicos e Operacionais do QUAR

Objectivo Estratégico QUAR	Objectivo Operacional QUAR	
OE 1 Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem como das orientações estratégicas comunitárias em matéria de ambiente	Obj 1 - Implementar uma estratégia concertada de Ordenamento do Território Regional, com base nos novos instrumentos e orientações Nacionais	
	Obj 2 - Reduzir os Passivos Ambientais da Região	
	Obj 3 - Executar o Plano Regional de Acção para a Operação Resíduos	
	Obj 4 - Contribuir para a implementação regional do QREN	
	Obj 5 - Dinamizar programas e projectos relevantes para o desenvolvimento regional	
	Obj 6 - Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional	
	Obj 8 - Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.	
	Obj 10 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados	
	OE 2 Capacitar estrategicamente a região para a salvaguarda e valorização da natureza, do ambiente e do território, para a gestão adequada do uso do solo e para um eficiente aproveitamento do potencial de desenvolvimento regional	Obj 1 - Implementar uma estratégia concertada de Ordenamento do Território Regional, com base nos novos instrumentos e orientações Nacionais
		Obj 2 - Reduzir os Passivos Ambientais da Região
Obj 3 - Executar o Plano Regional de Acção para a Operação Resíduos		
Obj 4 - Contribuir para a implementação regional do QREN		
Obj 5 - Dinamizar programas e projectos relevantes para o desenvolvimento regional		
Obj 6 - Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional		
Obj 8 - Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.		
Obj 10 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados		

Objectivo Estratégico QUAR	Objectivo Operacional QUAR
OE 3 Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional de políticas públicas ao nível da região e promover a cooperação com as autarquias locais e outras instituições e agentes regionais	Obj 1 - Implementar uma estratégia concertada de Ordenamento do Território Regional, com base nos novos instrumentos e orientações Nacionais
	Obj 2 - Reduzir os Passivos Ambientais da Região
	Obj 3 - Executar o Plano Regional de Acção para a Operação Resíduos
	Obj 4 - Contribuir para a implementação regional do QREN
	Obj 5 - Dinamizar programas e projectos relevantes para o desenvolvimento regional
	Obj 6 - Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional
	Obj 8 - Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.
OE 4 Contribuir para a aplicação eficiente e eficaz dos fundos comunitários na região	Obj 10 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados
	Obj 1 - Implementar uma estratégia concertada de Ordenamento do Território Regional, com base nos novos instrumentos e orientações Nacionais
	Obj 4 - Contribuir para a implementação regional do QREN
	Obj 5 - Dinamizar programas e projectos relevantes para o desenvolvimento regional
	Obj 6 - Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional
	Obj 7 - Promover a modernização de processos
	Obj 8 - Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.
OE 5 Dinamizar a promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação	Obj 9 - Implementar a Unidade de Controlo Interno e Auditoria
	Obj 6 - Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional
OE 6 Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil	Obj 4 - Contribuir para a implementação regional do QREN
	Obj 7 - Promover a modernização de processos
	Obj 9 - Implementar a Unidade de Controlo Interno e Auditoria
	Obj 10 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados

2.2 Avaliação Global da Estratégia Definida

2.2.1 Ao Nível do QUAR

Coerência Objectivos Estratégicos e Operacionais do QUAR Contributo para os objectivos estratégicos dos resultados alcançados nos objectivos operacionais

Objectivo Estratégico QUAR	Objectivo Operacional QUAR	Avaliação Obj Operacionais	Avaliação Obj Estratégicos
OE 1 Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem como das orientações estratégicas comunitárias em matéria de ambiente	Obj 1 - Implementar uma estratégia concertada de Ordenamento do Território Regional, com base nos novos instrumentos e orientações Nacionais	121,2	142,1
	Obj 2 - Reduzir os Passivos Ambientais da Região	116,7	
	Obj 3 - Executar o Plano Regional de Acção para a Operação Resíduos	195,2	
	Obj 4 - Contribuir para a implementação regional do QREN	170,6	
	Obj 5 - Dinamizar programas e projectos relevantes para o desenvolvimento regional	109,4	
	Obj 6 - Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional	187,5	
	Obj 8 - Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.	113,2	
	Obj 10 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados	122,7	
OE 2 Capacitar estrategicamente a região para a salvaguarda e valorização da natureza, do ambiente e do território, para a gestão adequada do uso do solo e para um eficiente aproveitamento do potencial de desenvolvimento regional	Obj 1 - Implementar uma estratégia concertada de Ordenamento do Território Regional, com base nos novos instrumentos e orientações Nacionais	121,2	142,1
	Obj 2 - Reduzir os Passivos Ambientais da Região	116,7	
	Obj 3 - Executar o Plano Regional de Acção para a Operação Resíduos	195,2	
	Obj 4 - Contribuir para a implementação regional do QREN	170,6	
	Obj 5 - Dinamizar programas e projectos relevantes para o desenvolvimento regional	109,4	
	Obj 6 - Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional	187,5	
	Obj 8 - Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.	113,2	
	Obj 10 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados	122,7	
OE 3 Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional de políticas públicas ao nível da região e promover a cooperação com as autarquias locais e outras instituições e agentes regionais	Obj 1 - Implementar uma estratégia concertada de Ordenamento do Território Regional, com base nos novos instrumentos e orientações Nacionais	121,2	142,1
	Obj 2 - Reduzir os Passivos Ambientais da Região	116,7	
	Obj 3 - Executar o Plano Regional de Acção para a Operação Resíduos	195,2	
	Obj 4 - Contribuir para a implementação regional do QREN	170,6	
	Obj 5 - Dinamizar programas e projectos relevantes para o desenvolvimento regional	109,4	
	Obj 6 - Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional	187,5	
	Obj 8 - Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.	113,2	
	Obj 10 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados	122,7	
OE 4 Contribuir para a aplicação eficiente e eficaz dos fundos comunitários na região	Obj 1 - Implementar uma estratégia concertada de Ordenamento do Território Regional, com base nos novos instrumentos e orientações Nacionais	121,2	144,8

	Obj 4 - Contribuir para a implementação regional do QREN	170,6	
	Obj 5 - Dinamizar programas e projectos relevantes para o desenvolvimento regional	109,4	
	Obj 6 - Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional	187,5	
	Obj 7 - Promover a modernização de processos	168,3	
	Obj 8 - Decidir os processos de contra-ordenação em instrução, resultantes dos autos de notícia.	113,2	
	Obj 9 - Implementar a Unidade de Controlo Interno e Auditoria	143,4	
OE 5 Dinamizar a promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação	Obj 6 - Dinamizar a cooperação transnacional e inter-regional	187,5	187,5
OE 6 Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil	Obj 4 - Contribuir para a implementação regional do QREN	170,6	151,2
	Obj 7 - Promover a modernização de processos	168,3	
	Obj 9 - Implementar a Unidade de Controlo Interno e Auditoria	143,4	
	Obj 10 - Avaliar a qualidade dos serviços prestados	122,7	

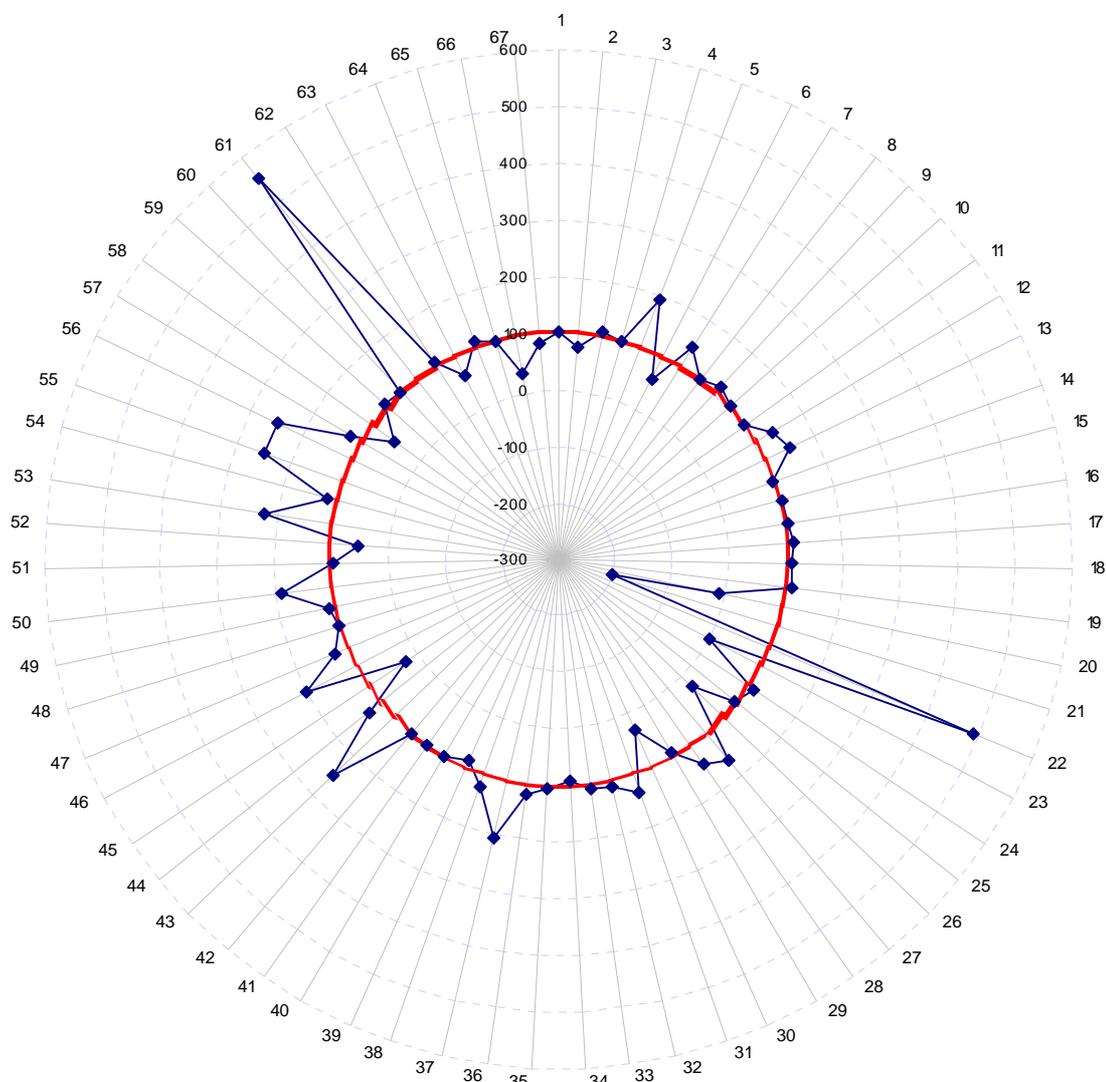
Ao nível global todos os objectivos foram atingidos.

Avaliação dos Objectivos Estratégicos de Intervenção

Avaliação Objectivos Estratégicos de Intervenção	Avaliação
1- Contribuir proactivamente para a concretização, na região, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, bem como das orientações estratégicas comunitárias em matéria de ambiente	142,1
2- Capacitar estrategicamente a região para a salvaguarda e valorização da natureza, do ambiente e do território, para a gestão adequada do uso do solo e para um eficiente aproveitamento do potencial de desenvolvimento regional	142,1
3- Dinamizar a articulação intersectorial e interinstitucional de políticas públicas ao nível da região e promover a cooperação com as autarquias locais e outras instituições e agentes regionais	142,1
4- Contribuir para a aplicação eficiente e eficaz dos fundos comunitários na região	144,8
5- Dinamizar a promoção da região em Portugal e no estrangeiro, bem como a participação dos agentes regionais em redes nacionais e internacionais de cooperação	187,5
6- Qualificar os serviços prestados, promovendo a modernização dos processos internos e o aumento da transparência nas relações com a sociedade civil	151,2

2.2.2 Ao Nível do Plano de Actividades

Avaliação dos Programas



Posicionamento dos Programas face ao índice 100

1 - Gestão estratégica e operacional da CCDR	35 - Formação na área do Ordenamento do Território
2 - Planeamento estratégico, desenvolvimento regional sustentável e coesão económica e social intra-regional	36 - Redução de passivos ambientais
3 - Dinamização e monitorização de programas e projectos de interesse regional	37 - Cumprimento do Plano Regional para a Operação Resíduos
4 - Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal 2007-2013 (POCTEP)	38 - Cooperação Técnica e Financeira
5 - Cooperação Transfronteiriça Institucional	39 - Apreciação e acompanhamento de projectos
6 - Cooperação Territorial Europeia 2007-2013	40 - Contribuir para a simplificação Administrativa
7 - Relações Internacionais e Participação em Redes	41 - Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidade e, de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
8 - Acções de cooperação transfronteiriça no domínio do ordenamento do território	42 - Redução de passivos ambientais

9 - Melhorar a qualidade da prestação de serviços ao utilizador - autarquias e particulares	43 - Cumprimento do Plano Regional para a Operação Resíduos
10 - Sistema de monitorização e avaliação do PROTA	44 - Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidade e, de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
11 - Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidade e, de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.	45 - Redução de passivos ambientais
12 - Procedimentos de avaliação ambiental	46 - Cumprimento do Plano Regional para a Operação Resíduos
13 - Procedimentos de licenciamento de projectos e actividades	47 - Cooperação Técnica e Financeira
14 - Procedimentos de monitorização ambiental (ar e ruído)	48 - Apreciação e acompanhamento de projectos
15 - Procedimentos de pós-avaliação de projectos e de instalações licenciadas	49 - Contribuir para a simplificação Administrativa
16 - Projectos e estudos em matéria ambiental	50 - Procedimentos de licenciamento de projectos e actividades
17 - Sistematização e divulgação de informação ambiental	51 - Procedimentos de monitorização ambiental - ar
18 - Cooperação Técnica e Financeira	52 - Procedimentos de pós-avaliação de projectos e de instalações licenciadas
19 - Caracterização da Região	53 - Projectos e estudos em matéria ambiental
20 - Cooperação Institucional	54 - Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidade e, de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
21 - Contra-Ordenações	55 - Cumprimento do Plano Regional para a Operação Resíduos
22 - Colaboração com o INALENTEJO	56 - Redução de passivos ambientais
23 - Modernização Autárquica	57 - Contribuir para a simplificação Administrativa
24 - Colaboração com os Serviços da CCDRA	58 - Apreciação e acompanhamento de projectos
25 - Contribuir para a simplificação Administrativa	59 - Contribuir para a GESTÃO do INALENTEJO
26 - Melhorar os procedimentos ao nível dos processos administrativos	60 - Garantir o Funcionamento do SIGPOA
27 - Qualificação dos Recursos Humanos	61 - Gestão Operacional do INALENTEJO (eixos 1, 2, 3, 4, 5 e 6- Assistência Técnica)
28 - Garantir melhoria da qualidade dos serviços prestados	62 - Garantir as condições técnicas para o compromisso dos Eixos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - (Assistência Técnica) do INALANTEJO
29 - Melhorar a eficiência nas actividades inerentes à DSAF	63 - Garantir a Execução para o cumprimento do n+3 do INALENTEJO (eixos 1, 2, 3, 4, 5 e 6- Assistência Técnica)
30 - Desenvolvimento da Sociedade de Informação	64 - Assegurar o Controlo Interno do INALENTEJO
31 - Gestão do sistema informático e informacional	65 - Dinamização do Plano de Comunicação do INALENTEJO
32 - Valorizar a imagem da actividade da CCDRA	66 - Avaliação de Sistemas de Controlo Interno
33 - Ordenamento, Gestão e Sustentabilidade do Território Regional	67 - Prevenção de Corrupção e Infracções conexas
34 - Formação na área do Ambiente	

2.2.3 Avaliação Global Das Actividades

O desempenho global da CCDRA, medido através da concretização das actividades de cada uma das suas Unidades Orgânicas situou-se nos **103,9 %**.

A avaliação das actividades globais da organização evidencia um elevado grau de superação das mesmas (55.1%). Este resultado traduz um bom empenho dos colaboradores e uma atenção centrada em objectivos por parte dos dirigentes para a estratégia programada. Cerca de 12.2% das actividades não apresentaram execução, não sendo distribuído de forma homogénea por todas as Unidades Orgânicas esse resultado. As razões que motivaram este valor encontram-se expressas no anexo I junto aos resultados de cada uma das Unidades Orgânicas. Foram atingidos os resultados em cerca de 22.4% das actividades e em 10,2% das actividades não foi possível alcançar a meta.

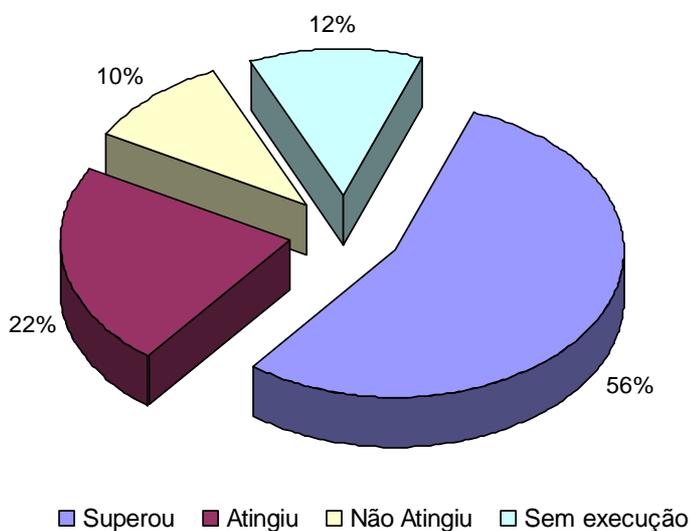
Avaliação das actividades por unidade orgânica

Avaliação	DSDR	DCI	DSOT	D S A	DSAJAL	DSCGAF	DII	DSF	SSP	SSB	SSL	INALENTEJO	UCIA	CCDRA	CCDRA (%)
Superou	7	14	6	12	13	10	14	3	4	5	9	11	1	109	55,6
Atingiu	3	6	2	3	1	3	1	6	6	3	1	9	0	44	22,4
Não Atingiu	3	0	0	2	2	2	2	2	1	0	3	1	2	20	10,2
Sem execução	1	4	0	0	1	3	4	0	1	4	2	0	3	23	11,7
Total	14	24	8	17	17	18	21	11	12	12	15	21	6	196	100
Avaliação Média	90,8	129,1	104,1	120,5	27,5	100,0	96,4	111,1	113,7	84,9	149,2	138,1	51,5	105,1	
Desvio Médio	23,9	62,8	3,3	26,5	198,6	39,3	48,9	28,2	39,0	56,6	77,1	78,8	51,5	54,3	
Desvio Padrão	35,7	90,7	4,8	33,2	330,3	57,0	60,8	39,4	61,0	69,9	91,0	194,6	60,7	130,1	

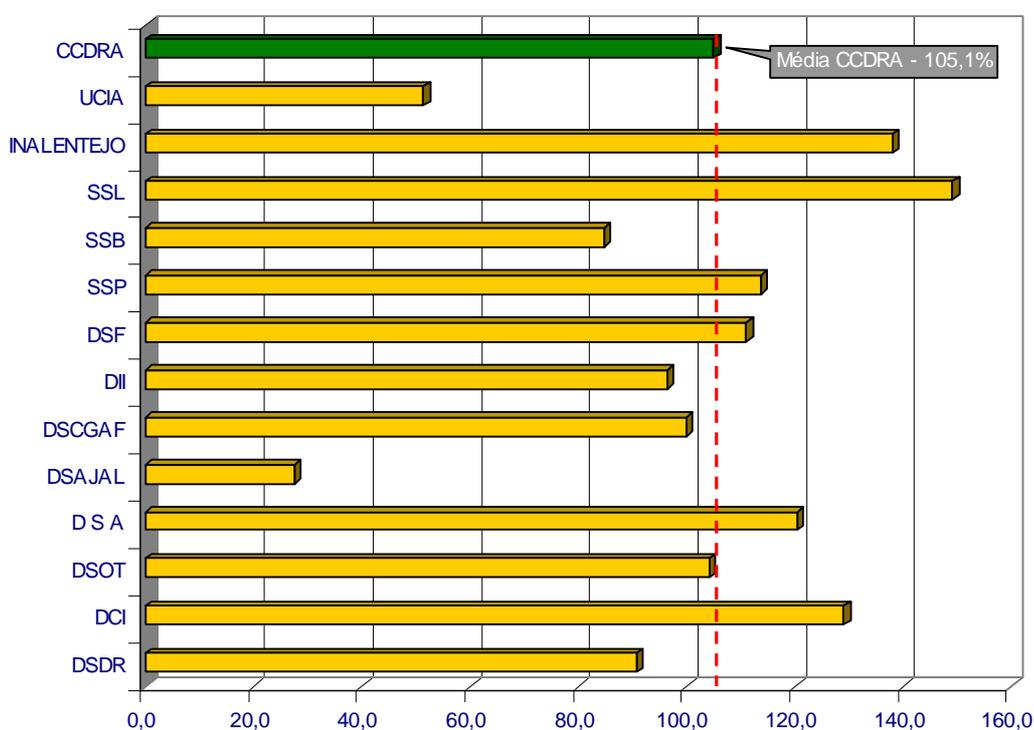
Avaliação das actividades da CCDR Alentejo

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	109	55,6
Atingiu	44	22,4
Não Atingiu	20	10,2
Sem execução	23	11,7
Total	196	100,0
Avaliação Média	105,1	
Desvio Médio	54,3	
Desvio Padrão	130,1	

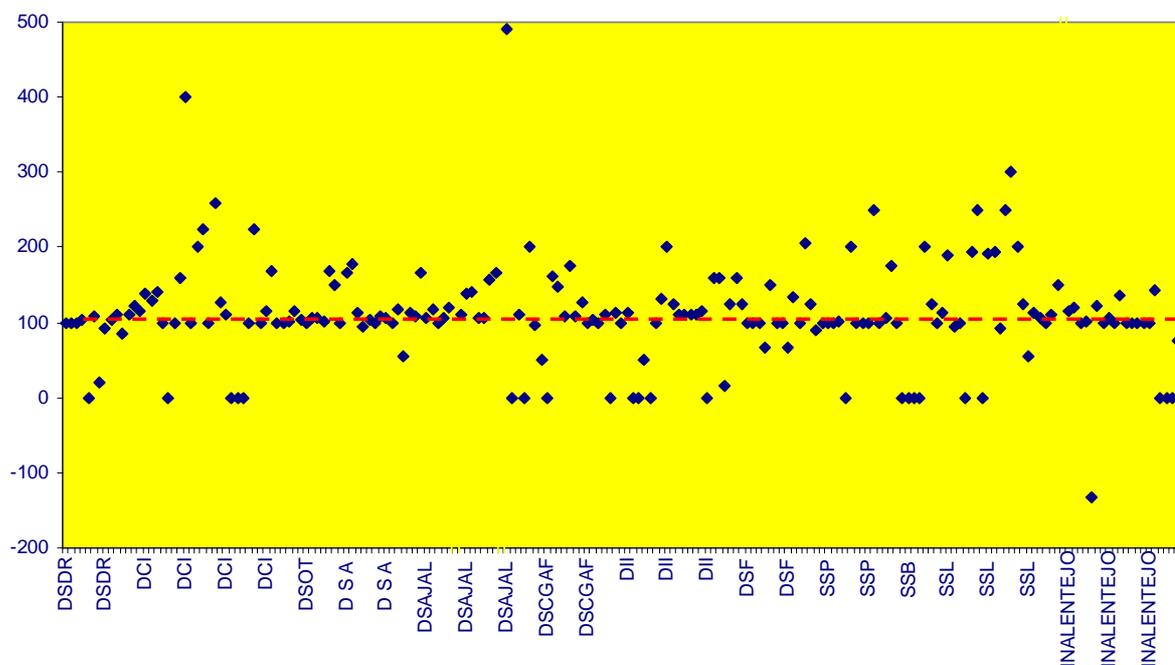
Grau de realização das actividades das unidades orgânicas



Avaliação das actividades das unidades orgânicas.



Dispersão dos valores encontrados para as actividades das unidades orgânicas.



2.3 Avaliação por Unidade Orgânica

A abordagem por Unidade Orgânica tomou em conta os resultados de cada actividade, através do cumprimento dos seus indicadores e que por sua vez sustentam os respectivos programas. Foi efectuada uma avaliação de cada uma das Unidades Orgânicas bem como uma reflexão por parte de cada um dos seus dirigentes, baseada sempre que possível nas seguintes abordagens:

- **O que se fez em 2010;**
- **Actividades mais relevantes do conjunto das actividades desenvolvidas**
- **Principais limitações encontradas para desenvolver as tarefas.**

2.3.1 Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

O que se fez em 2010?

No âmbito da dinamização do planeamento estratégico, em articulação com os serviços desconcentrados sectoriais, as autarquias locais e os agentes económicos e sociais regionais, com vista ao desenvolvimento económico, territorial, social e ambiental da região:

Colóquio – Valorizar e Tornar mais Competitiva a Região Alentejo - Oportunidades e Estratégia no Horizonte Europa 2020, realizado em 27 Maio

Esta iniciativa foi organizada pela DSDR e foi apresentada uma comunicação intitulada “Alentejo/2020:Novas Dinâmicas de Afirmção Competitiva” onde se destacava essencialmente a articulação entre as Orientações Estratégicas de Base Territorial contidas no PROT Alentejo, a visão estratégica para o Alentejo (Alentejo 2015) e os 3 vectores principais da estratégia Europa 2020 (crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo), bem como algumas dinâmicas de desenvolvimento mais recentes centradas nas candidaturas aprovadas nas Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI) e nos Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE).

Workshop – Rede Regional de Oferta Formativa, realizado em 13 de Dezembro

Em parceria com a Delegação Regional do Alentejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Direcção Regional de Educação do Alentejo, e com a participação das Escolas Profissionais do Alentejo, organizou-se este workshop onde se analisou a necessidade de promover o desenvolvimento articulado e sinérgico de uma rede regional de cursos profissionalizantes, adequada às necessidades do tecido económico regional e que responda a novas necessidades do mercado de trabalho.

Esta iniciativa foi o primeiro passo para a formulação de uma estratégia neste domínio, que se deseja amplamente participada e debatida a nível regional, no quadro de um processo mais global de planeamento estratégico com vista à elaboração de contributos para a estratégia de desenvolvimento da região pós 2013.

Marketing Territorial - Participação no Portugal Tecnológico – 22 a 26 de Setembro de 2010

No âmbito da participação da CCDRA com um stand aglutinando algumas dezenas de empresas e entidades regionais para mostra do que de mais inovador se faz no Alentejo, coube à DSDR colaborar na definição do “formato” do próprio stand bem como dos seus conteúdos temáticos e das entidades públicas e privadas que melhor poderiam “representar” com actualidade o que de mais inovador acontece na região.

Destaca-se ainda a preparação de dois conteúdos de marketing territorial, com texto e imagem: um referente aos aspectos mais relevantes da competitividade regional e outro, em base cartográfica, que caracteriza sinteticamente a região nos domínios do ambiente, do sistema urbano, da base económica e dos equipamentos culturais.

Construção da Matriz Input-Output para a região Alentejo

Na sequência das acções iniciadas no ano transacto e em parceria com a Universidade de Évora e o Instituto Nacional de Estatística, formalizou-se um protocolo que sustentou uma candidatura ao INALENTEJO.

Esta candidatura, liderada pela Universidade de Évora e apresentada em Março, visa essencialmente dotar a região de um instrumento de análise prospectiva que permita estimar as interacções entre os sectores da economia regional e como tal dispor de um precioso auxiliar de suporte à tomada de decisões sobre a estratégia regional em domínios relevantes e à formulação de propostas de políticas públicas.

Aguarda-se ainda a aprovação da candidatura por parte do INALENTEJO por terem ocorrido algumas dificuldades com a completa instrução do processo.

Estudos de Impacte Ambiental e revisões de PDM

Foram emitidos 56 pareceres sobre os descritores socioeconómica e acessibilidades, inerentes às diversas fases de processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), processos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e processos de revisões de PDM.

No âmbito da dinamização, acompanhamento e avaliação de programas e projectos de investimento de interesse regional e que contribuam para a competitividade da região, para o reforço da capacidade de iniciativa local e para a coesão territorial.

Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE)

Os Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) são um conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas, integradas num Programa de Acção, e que promovem a melhoria da competitividade de territórios de baixa densidade, baseada na valorização económica de recursos endógenos, através de projectos âncora com capacidade de arrastamento de outros projectos e actividades complementares.

PROVEREs Aprovados	Líder do Consórcio
Reinventar e Descobrir - Da Natureza à Cultura	CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
Montado de Sobro e Cortiça	Câmara Municipal de Coruche
AMBINOV - Soluções Inovadoras em Ambiente, Resíduos e Energias Renováveis	Câmara Municipal da Chamusca
Zona dos Mármore	Câmara Municipal de Borba
InMOTION - Alentejo, Turismo e Sustentabilidade	ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP
Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo - Uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal	Câmara Municipal de Almodôvar
A Cultura Avieira a Património Nacional	Instituto Politécnico de Santarém

Os 7 PROVEREs regionais, aprovados em Julho de 2009, tiveram até 30 de Julho de 2010, projectos de investimento aprovados no valor de 93M€, valor este ainda muito aquém do previsto nos respectivos Programas de Acção.

Durante 2010 foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Análise e parecer das candidaturas, a financiamento pelo INALENTEJO, das entidades líder para a coordenação e gestão de cada PROVERE
- Análise de relatórios trimestrais de cada PROVERE;
- Elaboração de relatório referente ao primeiro ano de execução de cada PROVERE com proposta de reprogramação dos respectivos Programas de Acção, tendo como orientação base o seu pragmatismo no contexto das respectivas estratégias aprovadas. No âmbito do acompanhamento do PROVERE foram ainda realizadas reuniões com os líderes dos consórcios com vista a avaliar os principais estrangulamentos

Sistema de Incentivos e Fundos Comunitários:

A CCDR/DSDR participa na apreciação das candidaturas aos Sistemas de Incentivo do QREN, especificamente na apreciação do critério de mérito regional das candidaturas apresentadas, competindo-lhe igualmente monitorizar o impacto de programas e projectos de investimento regionais, financiados por fundos nacionais e/ou comunitários.

Acompanhamento físico de obras

Neste âmbito a DSDR participa no acompanhamento de alguns programas nacionais de apoio à rede de equipamentos locais e de reabilitação urbana geridos nacionalmente quer pela Direcção Geral das Autarquias Locais quer pela Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Em 2010 as principais intervenções focalizaram-se nas seguintes actividades:

Apreciação e acompanhamento de projectos no âmbito do programa de equipamentos, contratos programa, bibliotecas municipais e juntas de freguesia, mediante a elaboração de 5 pareceres sobre novas candidaturas e a elaboração de 8 relatórios de acompanhamento físico

Acompanhamento regional do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas, mediante o acompanhamento físico e financeiro dos 6 projectos em curso na região e a elaboração de um relatório global semestral.

Actividades mais relevantes do conjunto de actividades desenvolvidas

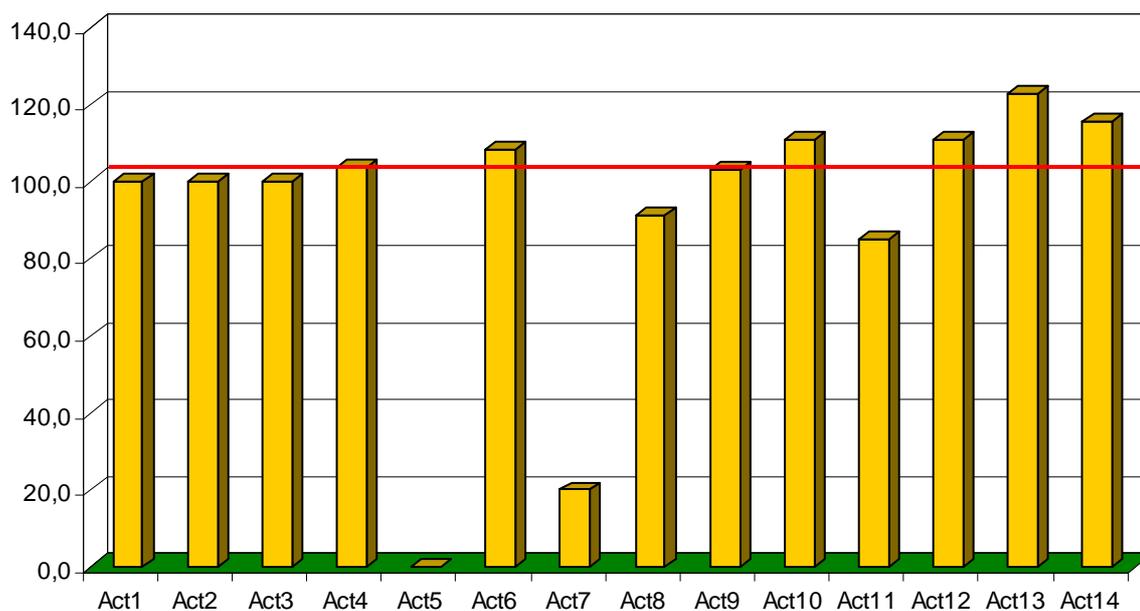
Foram abertos 7 concursos, que conjuntamente com os concursos ainda não concluídos que transitaram de 2009, levaram à apreciação de 69 candidaturas, sendo 38 referentes a financiamentos do INALENTEJO e 31 do COMPETE

Relatório semestral do impacto regional dos projectos financiados ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do QREN (INALENTEJO + COMPETE)

Relatório de monitorização da aplicação do QREN na Região (análise reportada a Setembro de 2010)

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	7	50,0
Atingiu	3	21,4
Não Atingiu	3	21,4
Sem execução	1	7,1
Total	14	100,0
Avaliação Média	90,8	
Desvio Médio	23,9	
Desvio Padrão	35,7	



2.3.2 Direcção de Serviços de Ordenamento do Território

O que se fez em 2010?

PROT ALENTEJO

Efectuaram-se 6 reuniões para acerto de consensos na fase de pré-aprovação e subsequente publicação em Diário da República (11 Fev;3 Março;16 Março;23 Março;25 Março;17Maio).

Foram realizadas 46 sessões de trabalho com as Câmaras Municipais da região (só a CM do Crato não compareceu) para apoio técnico individualizado nos procedimentos a adoptar nas alterações dos respectivos PDM por adaptação, bem como ao esclarecimento de eventuais dúvidas no que se refere à aplicação do conteúdo técnico do PROTA e respectivo Regime Transitório.

Foi efectuado o lançamento dos procedimentos para a implementação do Sistema de Monitorização do PROT Alentejo.

Acompanhamento de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)

Foram tratados 16 Planos Directores Municipais com revisão em curso - Santiago Cacém, Sines, Campo Maior, Nisa, Monforte, Fronteira, Castelo de Vide, Gavião, Beja, Alvito, Cuba, Aljustrel, Serpa, Ferreira do Alentejo, Viana do Alentejo, Estremoz).

Acompanhadas 47 alterações de PDM por adaptação ao PROTA; 2 alterações – Aljustrel e Almodôvar 2 suspensões de PDM - Borba e Santiago do Cacém.

Acompanhados 5 Planos de Urbanização em elaboração Herdade do Mercador, PU Barrosinha, PU Casas Altas, PU de Azinheira de Barros e PU de Esperança;2 PU em alteração - Comporta e Évora;4 PU em revisão - Carvalhal e Lagoas, A-do-Pinto, Vila Nova de S.Bento e Melides.

Acompanhados 29 Planos de Pormenor em elaboração - PP Ferrarias, PIER Monfurado, PP Muda; PP UNOP4; PIER Parque Esculturas de Grândola; PP Monte do Nabo; PIER do Ameal; PIER pedreira SOUSEL; PP Castelo Alto; PP T13 Moura; PP Outeirão; PP UNOP7; PP UNOP8; PP Zona de Expansão do Parque Industrial de Ferreira do Alentejo; PP da Camacha; PP da Cavandela; PP do Monte do Campanador; PP da Unidade de Planeamento 8 em Moura; PP ZE2 e PPZE3 em VN Milfontes; PP AUGI do Brejinho em Zambujeira do Mar; PP da casa PIDWELL; PP da Cidade Desportiva de Sines; PP do Bairro da Turgela; PIER da Quinta do Cruzeiro; PP da Herdade da Cegonha; PP da Quinta da Penha; PP da Quinta Formosa e

Quinta da Cerca – Covões; PP da Zona Sul – UOP3 em Arronches.3 Planos de Pormenor em alteração - PP ADT2, PP do Parque Empresarial de Barrancos e PP de Salvaguarda do Centro histórico de Moura;1 suspensão de Plano de Pormenor – PP ADT2.

Reserva Ecológica Nacional (REN)

Efectuadas 4 sessões de trabalho temáticas realizadas sobre a aplicação do Regime Jurídico da REN – uma por NUTIII – para as Câmaras Municipais.

Realizadas 9 reuniões no âmbito das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais da REN (9. Março;25 Março;31 Março;8 Abril;25 Maio;18 Junho;20 Julho;13 Set;20 Dez).

Foram 7 processos apresentados à CNREN.

Acompanhadas 2 delimitações/alterações de REN concelhias aprovadas e publicadas – Mourão e Ponte de Sôr.

Foram apreciados 613 processos (sem informação dos provenientes do SSL e SSP que têm parecer e despacho na Sede, à semelhança dos do SSB aqui incluídos).

Foram emitidas 119 autorizações.

Foram realizadas 342 comunicações prévias com processo de registo.

Reserva Agrícola Nacional (RAN)

Foi realizada uma sessão de trabalho na DRAPAL com os técnicos de toda a região que acompanham o PMOT sobre a respectiva participação sectorial.

Efectuadas 24 reuniões da Entidade Regional da Reserva Agrícola e 350 processos apreciados.

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)

Foram apreciados 121 processos dos quais 42 através da plataforma digital (sem informação dos provenientes do SSL que têm parecer e despacho na sede, à semelhança dos do SSB e SSP aqui incluídos).

Realizadas 4 sessões de trabalho temáticas sobre a aplicação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – uma por NUTIII – para as Câmaras Municipais.

Política de Cidades

Foram apreciados 5 Planos Estratégicos no âmbito das RUCI. e 5 Planos de Acção apreciados no âmbito das PRU (Moura, Santarém, Ponte de Sôr, Portalegre e Elvas).

Foi efectuada a apresentação “PROT Alentejo e a Política de Cidades” no âmbito do Seminário sob tema Política de Cidades – o desenvolvimento e a regeneração urbana – INALENTEJO - Rio Maior.

Participação em iniciativas especializadas

Tema “Desertificação”

Participação em 8 reuniões das Comissões (Nacional e Regional) de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação.

A CCDR Alentejo acolheu duas exposições de fotografia sobre esta temática: “Terra Deserta” e “Desertos e Desertificação”.

Participação no grupo de trabalho que elaborou o Plano Regional a integrar o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação.

Tema “Ordenamento do território”

Participação na reunião de peritos em Bruxelas “Global changes in polycentric regions – what role for strategical spatial planning?”.

Tema “Indicadores - Turismo”

Alentejo como Líder do NIT – Necstour Indicator Taskforce com 1 reunião de trabalho em Bruxelas.

Representação na rede Necstour com a colaboração da parceria formada com a Genuineland, TGLA e EDIA para a implementação da Reserva Dark Sky em Alqueva. Elaborada agenda com metodologia de implementação e aplicação prática, em fase de teste, dos 20 indicadores para a sustentabilidade e competitividade dos destinos turísticos propostos pelo TSG – Tourism Sustainability Group, e que visam a aplicação da Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo (COM(2007) 621 final).

Tema “Mobilidade Eléctrica”

Efectuadas 3 reuniões no âmbito da participação no Grupo Local de Suporte

Participação em projectos de cooperação

PEGLA

Realizadas 4 reuniões (26.1.2010 – Évora, Olivença, Portel e Mérida)

ULYSSES

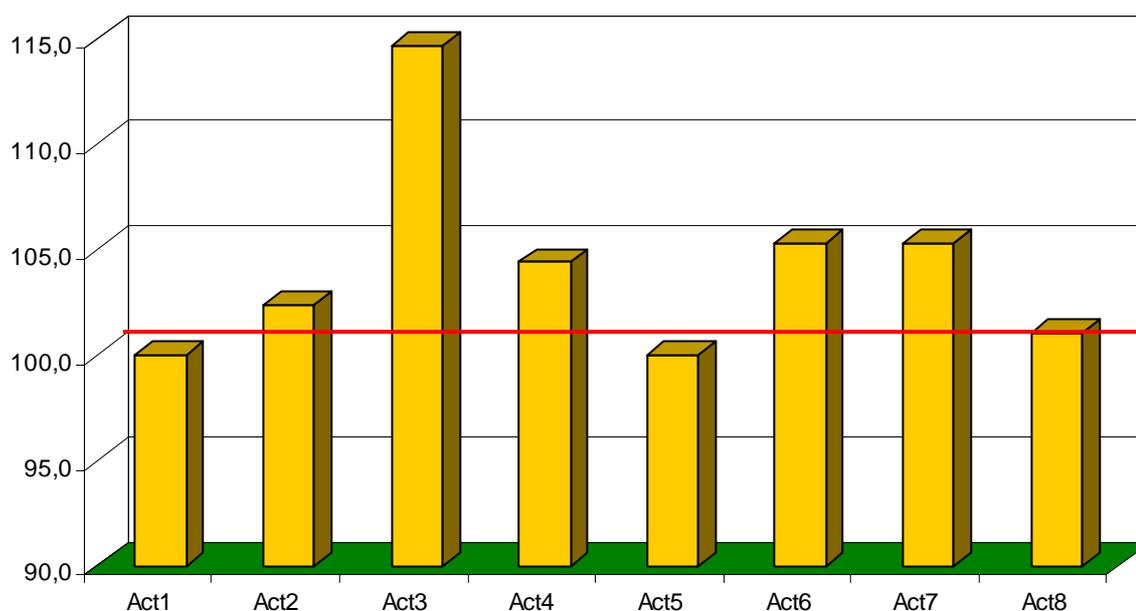
Efectuada 1 reunião com a Junta da Extremadura e Universidade da Extremadura (20.5.2010)

Comunidade de Trabalho EUROACE

Realizadas 2 reuniões (13.7.2010 e 3.11.2010).

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	6	75,0
Atingiu	2	25,0
Não Atingiu	0	0,0
Sem execução	0	0,0
Total	8	100,0
Avaliação Média	104,1	
Desvio Médio	3,3	
Desvio Padrão	4,8	



2.3.3 Direcção de Serviços do Ambiente

O que se fez em 2010?

A actividade da DSA distribui-se, na sua maioria, por três áreas de actuação:

- Gestão de resíduos;
- Avaliação ambiental (a cargo da Divisão de Avaliação Ambiental (DAAMB));
- Licenciamento das actividades industrial, pecuária e extractiva (a cargo da Divisão de Licenciamento e Monitorização Ambiental (DLMA)).

Gestão de resíduos

Foram avaliados 41 processos, entre licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros e pareceres relativos a valorização agrícola de lamas. Verificou-se um ligeiro acréscimo relativamente a 2009 – 37 processos.

Foram também asseguradas as representações nas seguintes Comissões: Comissão de Acompanhamento de Gestão de Resíduos (CAGER); Comissão de Acompanhamento do PERSU II (CAPERSU); Comissão de Acompanhamento para a Harmonização de Procedimentos e Normas Técnicas (CANORMAS) e Comissão de Acompanhamento de Fluxos Específicos (CAFLUXOS) e ainda a participação no Grupo de Trabalho de Revisão do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos II (nota: as CCDR Alentejo e Norte representaram todas as CCDR).

Avaliação ambiental

Em número total de processos, a actividade da DAAMB foi muito idêntica a 2009, embora com um ligeiro aumento relativo no que respeita a processos aqui desenvolvidos enquanto Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AAIA) :

Avaliação de 12 Estudos de Impacte Ambiental (EIA) (enquanto AAIA) (11 em 2009);

Acompanhamento de 11 Estudos EIA (em representação) (14 em 2009);

Acompanhamento de 6 Relatórios de Conformidade com o Projecto de Execução (RECAPE) (em representação) (3 em 2009 enquanto AAIA);

Concluíram-se também dois processos de Estudos de Incidências Ambientais (EIncA) para instalações de centros electroprodutores que utilizam fontes de energia renováveis, encontrando-se outros em curso, o que demonstra o acrescido interesse e conseqüente investimento nesta matéria.

Iniciaram-se cinco processos de pós-avaliação (só possível devido a um reforço de colaboradores e a uma redistribuição das suas tarefas), que traduzem a entrada em obra de outros tantos projectos anteriormente avaliados e superiormente decididos a nível do seu impacte ambiental.

Melhorou-se a disponibilização online dos processos de AIA e de Avaliação de Incidências Ambientais (AIncA) em fase de consulta pública, permitindo o download de todos os documentos que constituem o EIA ou o EIncA.

A maioria das actividades de licenciamento da DLMA recai nos processos Regulamento do Exercício da Actividade Industrial (REAI) e Regulamento do Exercício da Actividade Pecuária (REAP) (estes últimos inexistentes em 2009) e na apreciação e aprovação de Planos Ambientais e de Recuperação de Pedreiras (PARP), tendo sido verificado um acréscimo de processos analisados: 37 em 2010, contra 28 em 2009.

Prosseguiram as actividades de pós-avaliação, através da análise de relatórios de autocontrolo de emissões atmosféricas e de relatórios de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP).

Colaborou-se internamente com a Direcção de Serviços de Ordenamento do Território e com a DAAMB com a emissão dos pareceres solicitados no âmbito da revisão dos Instrumentos de Gestão do Território e da AIA.

Diminuiu significativamente o número de vistorias a pedreiras, para cerca de 1/3, o que reflecte a normalização desta actividade (de lembrar que, em 2009, a CCDRA participou em mais de 60 vistorias, em resposta a um pedido extraordinário efectuado pela Direcção Regional de Economia do Alentejo).

Acrescem às actividades atrás mencionadas duas tarefas levadas a termo em 2010, não previstas no Plano de Actividades da DSA, nem nos seus objectivos funcionais, nem nos individuais dos respectivos colaboradores, que consistiram em:

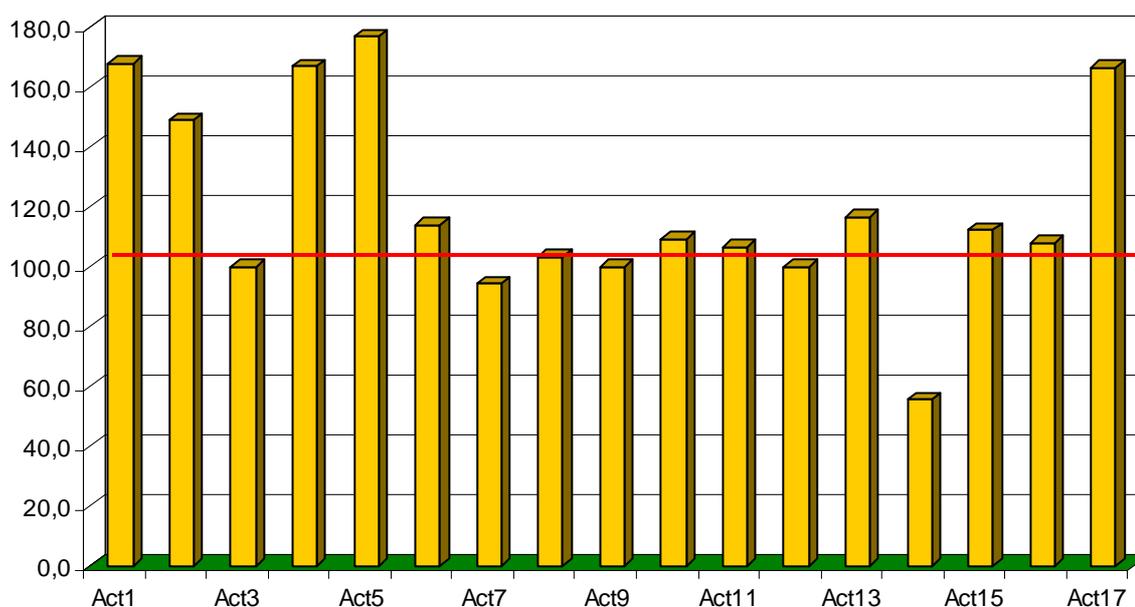
- Sistematização e tratamento dos dados relativos a 1851 processos de licenciamento de boviniculturas, ao abrigo do Decreto-Lei nº202/2005, de 24 de Novembro, que ocupou a maioria dos funcionários da DSA, em regime de “voluntariado”, durante cerca de 3 semanas. Desta tarefa, e na sequência das reuniões realizadas com as entidades licenciadoras (DRAP Alentejo e DGV), resultou numa receita sem encargos acrescidos para a CCDR Alentejo, a qual, juntamente com processos anteriores ainda recebidos antes da criação da ARH Alentejo, totalizou cerca de € 350.000;
- Participação como oradores/formadores nas “Sessões para eleitos locais”, da responsabilidade da DSAJAL, de quatro elementos da DSA em sete sessões realizadas.

Principais limitações encontradas para desenvolver as tarefas.

Não se atingiu o objectivo de reduzir os prazos de resposta, nem o de proceder ao acompanhamento dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos, dadas as limitações em termos de recursos humanos nesta área de actuação..

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO Nº	%
Superou	12	70,6
Atingiu	3	17,6
Não Atingiu	2	11,8
Sem execução	0	0,0
Total	17	100,0
Avaliação Média	120,5	
Desvio Médio	26,5	
Desvio Padrão	33,2	



2.3.4 Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local

O que se fez em 2010?

Durante o ano de 2010 a DSAJAL desenvolveu os seus trabalhos de acordo com a sua estrutura funcional:

A Divisão de Apoio Jurídico (DAJ), efectuou contra-ordenações ambientais, pareceres jurídicos de apoio às Autarquias Locais e ao Programa INALENTEJO. Para além destes trabalhos foram ainda desenvolvidos outros serviços de apoio a instituições de poder local.

Contra-ordenações ambientais (ordenamento, resíduos, recursos naturais)

Processos instaurados em 2010	Total de Processos em instrução	Processos concluídos
51	106	65 (48 notificados)

Pareceres Jurídicos Escritos Apoio às Autarquias Locais

	Solicitados		Emitidos	
	Municípios+CIM	Freguesias	Municípios+CIM	Freguesias
	100	36	88	33
Total	136		121	

Pareceres Jurídicos Escritos Apoio ao P. O. INALENTEJO

Solicitados	Emitidos
39	33

- N.º acumulado de Pareceres Escritos: 179 emitidos em 203 solicitados.
- Acima de 400 consultas telefónicas por parte das autarquias locais.
- Cerca de 10 reuniões com Eleitos Locais, por sua solicitação.
- Preparação e participação em 7 sessões de esclarecimento de Eleitos Locais em matéria de SIADAP.
- Preparação e participação em 3 Reuniões de Coordenação Jurídica.
- Colaboração com a ATAM (Associação de Técnicos Administrativos Municipais) em Reunião de Aperfeiçoamento Profissional.

-Apoio jurídico informal à presidência, vice-presidências, às unidades orgânicas da CCDRA e à Comissão Directiva e Secretariados Técnicos do INALENTEJO.

-Acompanhamento e elaboração de peças processuais nas acções interpostas de decisões da CCDRA e da Autoridade de Gestão dos P.O.

-Elaboração de pareceres e respostas a solicitação do Ministério Público, nomeadamente em matéria de Ordenamento do Território.

-Colaboração assídua na apreciação e fundamentação das respostas aos relatórios da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (pela CCDRA), bem como da Inspeção-Geral de Finanças (pelo INALENTEJO).

-Articulação e colaboração com a Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e de Contencioso da Secretaria-Geral do MAOT.

Das actividades desenvolvidas importa realçar o apoio (formal e informal) aos Serviços da CCDRA e ao INALENTEJO, as sessões organizadas e executadas para os Eleitos Locais e as acções tendentes a responder às Inspeções (principalmente IGAOT e IGAL), aos Serviços do Ministério Público e aos Tribunais.

Deve ser destacada toda a nossa actividade, relacionada com os mais variados temas, desenvolvida no seio da Secretaria-Geral do MAOT, com a Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e de Contencioso. Ficou sempre evidenciada a sintonia existente e a vontade, de ambos os lados, de colaborar e de construir.

A Divisão de Finanças Locais e Modernização (DFLM) desenvolveu trabalhos essencialmente de acompanhamento que envolveram Programas de financiamento com municípios, freguesias e particulares:

Contratos-programa de investimento com a Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL):

Candidaturas analisadas – 2

Nº de projectos acompanhados – 9

Despesa apresentada, elegível e visada (€) – 401 445,90

Protocolos de modernização administrativa (DGAL);

Candidaturas analisadas – 0

Nº de projectos acompanhados – 6

Despesa apresentada, elegível e visada (€) – 30 880,54

Edifícios-sede de freguesias (DGAL):

Nº de projectos acompanhados – 2

Despesa apresentada, elegível e visada (€) – 44 213,26

Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva (DGAL):

Candidaturas analisadas – 5

Nº de projectos acompanhados – 20

Despesa apresentada, elegível e visada (€) – 843 380,00

Actividades executadas:

Recepção, verificação de conformidade, emissão de parecer técnico e registo de candidaturas;

Acompanhamento financeiro dos projectos aprovados, registo de dados e emissão de processamento às entidades financiadoras;

Apoio aos promotores (autarquias e particulares) na formalização de candidatura e nos procedimentos de execução dos projectos;

Esclarecimento, aos beneficiários e interessados, de todas as questões relacionadas com esta temática;

Emissão de informação de situação quer às entidades financiadoras quer à Presidência.

Acompanhamento da aplicação do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais) nas autarquias locais e entidades equiparadas:

Participação em 2 reuniões presenciais e em todas as actividades do grupo de trabalho de uniformização interpretativa, titulado como SATAPOCAL criado pelo Despacho nº 4839/99 (SEALOT) de 22 de Fevereiro, coordenado pela Direcção Geral das Autarquias Locais, propondo ou dando contributos nos seguintes suportes: Fichas de apoio técnico; Memorandos; Brochuras e outros documentos; Relatórios de situação.

Respostas a todas as solicitações de cariz contabilístico – financeiro (POCAL, Lei das Finanças Locais e outras), solicitações estas colocadas através de ofício, correio electrónico e, na esmagadora maioria, por telefone.

Recepção, registo e tratamento de informação financeira, proveniente dos documentos previsionais de 2010 e das prestações de contas relativas a 2009 de municípios e respectivas associações, comunidades intermunicipais, freguesias e assembleias distritais.

Carregamento da matriz de dados contabilístico – financeiros dos municípios alentejanos, destinados ao Observatório de Dados Regionais da responsabilidade da CCDR Alentejo.

Processo de validação de dados, analisando comparativamente a informação inscrita nas prestações de contas municipais de 2009 e a inserta em plataforma electrónica (SIPOCAL) da responsabilidade da DGAL. Este processo é coordenado por esta Direcção Geral. Todas as tarefas de verificação de dados, emissão de relatório aos municípios sobre os erros encontrados e a solicitação à DGAL de abertura de ficheiros para correcção, foram executadas para os 47 municípios.

Elaboração, para divulgação, do estudo: Relatório Preliminar de Execução Financeira Municipal referente ao exercício de 2009.

Em matéria do Fundo Social Municipal (artigos 19º, 24º e 28º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), procedeu-se à recepção e validação das fichas trimestrais remetidas pelos 47 municípios, para o ano de 2009.

Executaram-se nos finais do ano de 2010 diversos actos preparatórios para o arranque do projecto de acessibilidade das autarquias locais (municípios) à plataforma tecnológica titulada como “Rede Conhecimento – CCDRA /Plataforma Autárquica”.

Nesta Divisão o realce vai para a elaboração do Relatório Preliminar de Execução Financeira dos Municípios Alentejanos (com base nas Prestação de Contas de 2009), para o acompanhamento dos Projectos candidatos ao Programa Equipamentos, para a validação das Prestações de Contas e do Fundo Social Municipal (que, no seio da SEAL/DGAL, tem tido o devido reconhecimento pelo esforço que desenvolvemos). Também a matéria POCAL tem tido a nossa melhor atenção.

Principais limitações encontradas para desenvolver as tarefas.

Obviamente que existiram factores que não permitiram que o que tinha sido previsto se realizasse completamente. Houve uma diminuição de Pareceres na área contabilístico-financeira porque existiram (de 2009 para 2010), menos solicitações por parte das autarquias; e não avançamos mais no Estudo de Impacto do POCAL nas Finanças Municipais por questões relacionadas com a problemática do Pessoal da Divisão.

Existe um Projecto (Concurso Nacional de Boas Práticas na Administração Local) em Plano que não teve qualquer actividade ou acção da nossa parte, enquanto elemento do júri, pois em 2010 não se realizou o referido Concurso.

Importa referir, concluindo, que a nossa preocupação, e a tónica da nossa actuação, foi representar de forma condigna a CCDRA e cumprir o que a lei estabelece.

Acompanhámos, ainda, o Plano de Apoio da Engenharia Militar aos Municípios Alentejanos – no âmbito do Protocolo existente.

Consideramos que tivemos uma actuação bastante positiva – com duas situações menos conseguidas, por opção nossa, que vamos procurar que não se repitam (menos pareceres para as autarquias locais e menos processos de contra-ordenação instruídos) o que, obrigará, naturalmente, a repensar a nossa estratégia no seio da CCDRA.

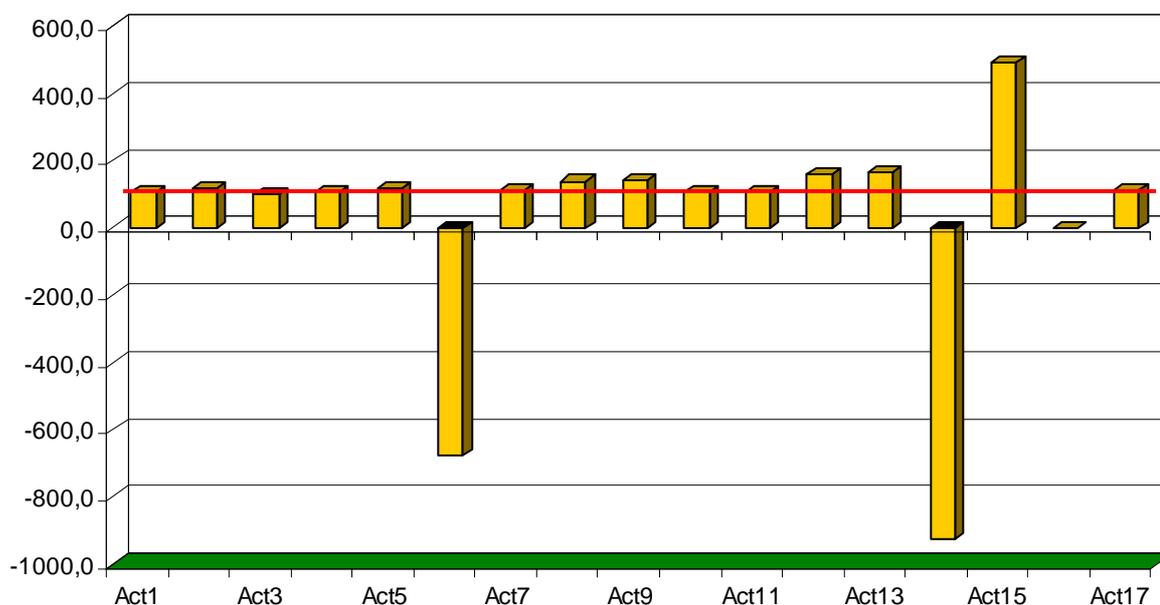
Quando demos a tónica, por razões imperativas, nas actividades mencionadas existiram outras que, de certa forma, saíram grandemente prejudicadas, como por exemplo o apoio às autarquias locais (emitimos mais pareceres jurídicos em 2009) e a instrução de processos de contra-ordenação (tivemos mais processos em instrução em 2009).

Também existe um factor que, para nós, é relevante, e que consideramos que teve influência nas respostas do serviço. Verificou-se alguma instabilidade, ou melhor, a problemática (saúde, movimentações, etc.) existente em torno dos recursos humanos que integram a Divisão. Estes factores não favoreceram em termos de resultados.

Salienta-se o facto de existirem tarefas não inscritas no Plano de Actividades/2010 que nós desenvolvemos com todo o empenho, e a que dedicámos muito tempo, pois para além de estar em causa a CCDRA está também a nossa vontade de cumprir e o respeito que a matéria institucional nos merece – referimo-nos fundamentalmente às relações com as Inspeções, os Serviços do Ministério Público, os Tribunais e a Secretaria-Geral do MAOT.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	13	76,5
Atingiu	1	5,9
Não Atingiu	2	11,8
Sem execução	1	5,9
Total	17	100,0
Avaliação Média	27,5	
Desvio Médio	198,6	
Desvio Padrão	330,3	



2.3.5 Direcção de Serviços de Fiscalização

O que se fez em 2010?

Planeamento e controlo da actividade

Formação efectuada aos agentes fiscalizadores internos em funções nos Serviços Sub-Regionais na área do Ambiente e do Ordenamento do Território

Efectuada formação na área do Ambiente ministrada aos autarcas dos municípios da região, em conjunto com a DSA e com a DSAJAL;

A elaboração de uma proposta de formação nas áreas do Ambiente e do Ordenamento a ser ministrada aos agentes fiscalizadores internos e ao SEPNA;

Definição de uma metodologia com vista à estruturação e elaboração do Plano Regional para a Operação Resíduos-1ª Fase;

Foi elaborada uma proposta de metodologia com vista à definição de uma estratégia de fiscalização para a Região Alentejo, consubstanciada na figura do Plano Anual de Fiscalização para 2011, submetido a aprovação superior em Dezembro de 2010, o qual, reunindo os contributos de todas as entidades com competências na área da fiscalização na região, permitirá promover a actividade fiscalizadora, numa perspectiva de sustentabilidade social, ambiental e económica;

Foi adoptada uma estratégia de relacionamento com o cidadão e com as demais entidades, baseada na transparência e no estrito cumprimento da lei, designadamente no que respeita às comunicações que lhe são efectuadas; Neste caso, e com o contributo da DSAJAL/DAJ, foram reformulados os textos de todos os ofícios normalmente expedidos pela CCDR Alentejo, passando a integrar em si a menção a toda a legislação que enquadre o assunto em causa, designadamente no que respeita aos direitos, liberdades e garantias do cidadão;

Reformulação de alguns procedimentos relativos ao registo e monitorização das actividades dos Serviços Sub-Regionais com vista à obtenção de estatísticas fiáveis, que permitam obter uma base de suporte consistente para a decisão estratégica; Foram eliminadas as bases de dados parciais existentes e implementada uma base de dados global, onde todos os Serviços Sub-Regionais registam a sua actividade, sendo esta base de dados utilizada pela DSF, com vista à produção de estatística em tempo real;

Foram reformulados um conjunto de procedimentos relacionados com o acompanhamento da Campanha de Erradicação de Veículos em Fim de Vida, eliminando-se as bases de dados parciais e constituindo uma base de dados única, passando a sua gestão e

monitorização a ser efectuada pela DSF permitindo, em consequência, uma maior fiabilidade nos dados obtidos.

Fiscalização

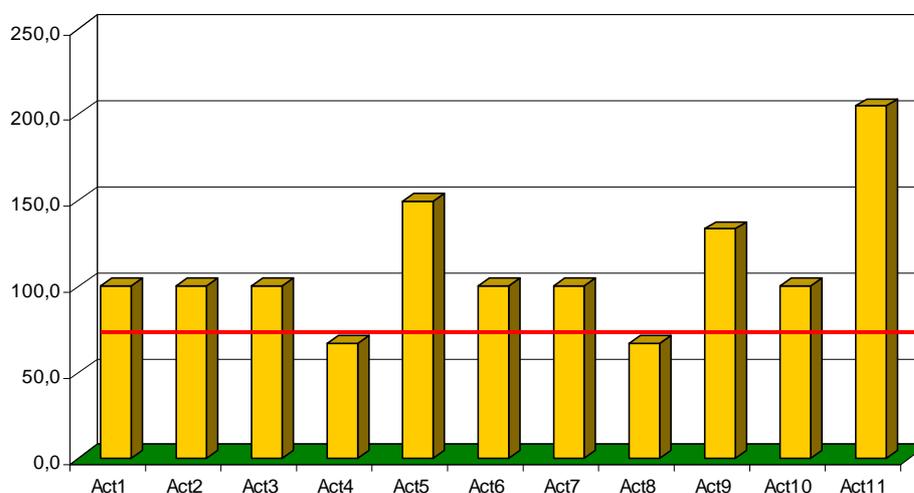
No âmbito do Plano Regional de Acção para a Operação Resíduos – 1ª Fase, cuja definição e cumprimento integral permitiu desenvolver um vasto trabalho, tendo sido efectuada fiscalização em 40 operadores de gestão de resíduos licenciados pela CCDRA, das 20 programadas;

Reformulação e continuidade da actuação quanto à Campanha de Erradicação de Veículos em Fim-de-Vida (VFV), promovida pelo MAOT e de abrangência nacional, que permitiu a limpeza de 66 dos 165 locais referenciados na região, resultando esta actividade na erradicação de cerca de 2000 veículos em fim de vida, até ao final de 2010

Tratamento de toda a actividade de fiscalização não programada, reclamações e solicitações externas da qual resulta um número de 472 acções desenvolvidas pelos Serviços Sub-Regionais e ainda pelos técnicos afectos directamente à DSF.

Avaliação das actividades

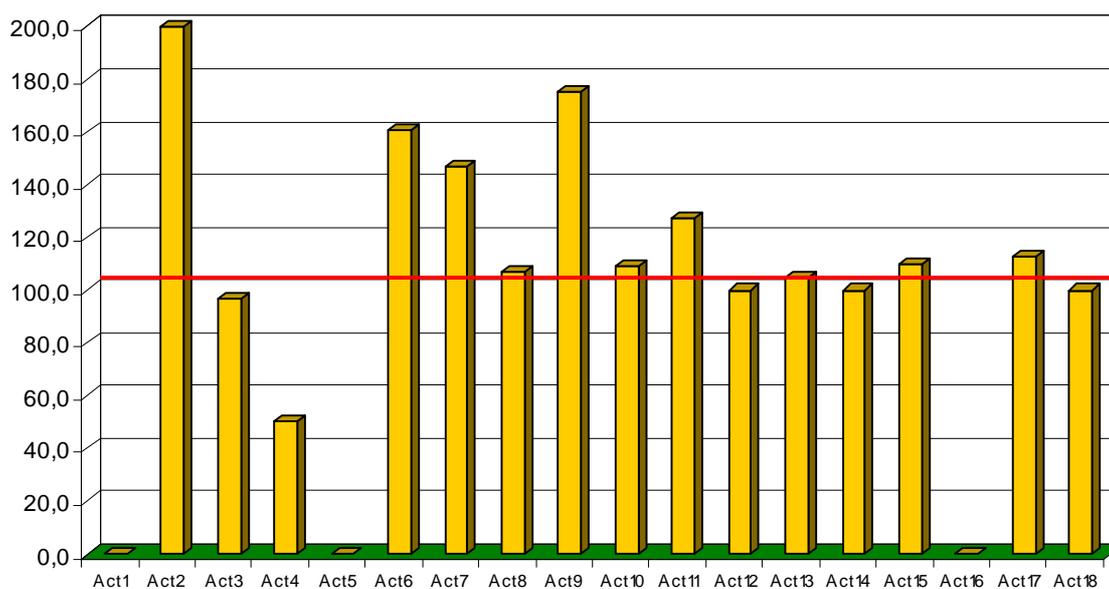
Avaliação	Actividades UO Nº	%
Superou	3	27,3
Atingiu	6	54,5
Não Atingiu	2	18,2
Sem execução	0	0,0
Total	11	100,0
Avaliação Média	111,1	
Desvio Médio	28,2	
Desvio Padrão	39,4	



2.3.6 Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativas e Financeira

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO Nº	%
Superou	10	55,6
Atingiu	3	16,7
Não Atingiu	2	11,1
Sem execução	3	16,7
Total	18	100,0
Avaliação Média	100,0	
Desvio Médio	39,3	
Desvio Padrão	57,0	



2.3.7 Divisão da Cooperação Inter-Regional

O que se fez em 2010?

Esta resenha não pode deixar de ser complementada por uma apreciação subjectiva relativa à alteração produzida na constituição e liderança da DCI, facto que implicou por um lado uma reorganização da Divisão em termos de chefia e de trabalho, agora distribuído por menos um elemento, sendo a DCI confrontada com a manutenção das responsabilidades num ano preenchido com inúmeras actividades internas e externas de complexidade, responsabilidade e representatividade bastante exigentes, conforme a sua breve apresentação deixa entender.

Destaca-se, contudo, o esforço e realça-se o empenho demonstrado, julgando-se ter conseguido imprimir algum dinamismo à Divisão e obtido resultados que enobrecem a actividade da CCDR e o seu bom nome no contexto de uma das suas funções mais evidentes, que é o da dinamização e promoção da região em Portugal e no estrangeiro, contribuindo para o alcance e consecução dos seus objectivos institucionais.

Assessoria, Pareceres, Textos e Conteúdos

Assessoria técnica ao processo de representação da CCDR Alentejo na CRPM Bureau Político da CIM, Maio

Elaboração de Dossiers técnicos para reuniões: Bureau politique CRPM Junho, Troms (Noruega), Assembleia-Geral da Comissão Arco Atlântico – Junho, Rennes (Bretagne-França)

Elaboração de notas para discurso da Presidência no âmbito da assinatura da Comunidade de Trabalho Euroregião EUROAAA – 5 de Maio

Elaboração de notas para discurso da Presidência no âmbito do Plenário da Euroregião EUROACE

Elaboração de notas para discurso da Presidência no âmbito da participação promocional da EUROACE no Meeting Place dos Opendays 2010, Bruxelas, Outubro

Elaboração de Guiões para Filme e Folheto sobre a Exposição Alentejo Raiano, um olhar sobre dez anos de cooperação.

Elaboração de textos temáticos para a brochura EUROACE

Elaboração de texto sobre a cooperação no âmbito da AUROACE para a Revista Alentejo/Análise Regional

Elaboração de textos e conteúdos sobre a acção da DCI para a reformulação da Webpage da CCDRA.

Identificação dos livros e edições luso-espanholas existentes na CCDRA/DCI, compilação em modo fotográfico, de forma a permitir até ao final do ano a constituição de uma Biblioteca Virtual, on-line, no site da CCDR Alentejo.

Concepção e elaboração de 4 edições do Boletim da Cooperação:

1ª Edição trimestral Janeiro, Fevereiro e Março de 2010

2ª Edição trimestral Abril, Maio e Junho de 2010

3ª Edição Julho, Agosto e Setembro de 2010

4ª Edição Outubro, Novembro e Dezembro de 2010.

COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Programas Europeus de Cooperação

INTERREG III A

Apreciação e produção de resposta a 57 consultas para aprovação de relatórios finais.

Contributos técnicos e de gestão para encerramento do PIC INTERREG III A, designadamente relatórios de execução do Programa no Alentejo e apreciação de relatório final para ser apresentado à Comissão Europeia.

POCTEP

Participação nos órgãos de gestão e acompanhamento de nível nacional e regional do POCTEP.

Desempenho de funções de Organismo Intermédio de administração regional de duas áreas de cooperação, AC4 e AC5.

Preparação de acções tendentes ao lançamento da II convocatória de Projectos, tendo sido analisados 90 projectos das duas áreas de cooperação dos quais mereceram aprovação 38, correspondendo a 54,1M€.

Apreciação e apoio à decisão da Coordenação Regional sobre 8 consultas escritas para alterações substanciais e 35 modificações não-substanciais de projectos POCTEP.

Projectos de Cooperação Transfronteiriça

GABINETE DE INICIATIVAS TRANSFRONTEIRIÇAS E COMUNIDADE DE TRABALHO EUROACE ALENTEJO-CENTRO-EXTREMADURA

Apoio logístico e organizativo e participação em 16 reuniões das Comissões Sectoriais criadas no âmbito da Comunidade de Trabalho Eurorregião EUROACE:

CS Educação Évora, 2 de Fevereiro

- CS Ambiente – Castelo Branco – 16 de Março;
- CS Protecção Civil – Mérida – 13 de Abril;
- CS Juventude e Desporto – Évora – 16 Abril;
- CS Desenvolvimento Local – Castelo Branco – 19 de Abril;
- CS Saúde – Mérida – 21 de Abril (manhã);
- CS Cultura – Mérida – 21 de Abril (tarde);
- CS Economia – Évora – 26 de Abril;
- CS Emprego – Mérida – 28 de Abril;;
- CS I&DT – Coimbra – 11 de Maio;
- CS Ensino Superior – Évora – 12 de Maio;
- Jornada de Trabalho com Organismos de Cooperação Transfronteiriça – 15 de Junho (IFEBA - Badajoz);
- CS Turismo – 24 de Junho – Monfortinho;
- CS Cidadania – Évora - 14 de Setembro;
- CS Acção Social – Mérida - 21 de Setembro;
- CS Agricultura – Castelo Branco - 28 Outubro;

Lançamento, acompanhamento e coordenação dos trabalhos das equipas dos peritos que realizaram o Estudo de Estratégia EUROACE2020:

- Lançamento da Estratégia da Euroace – Évora – 18 de Março;
- Consolidação dos trabalhos – Évora – 22 de Março;
- Acompanhamento dos Trabalhos – Coimbra – 11 de Maio;
- Lançamento do “draft” da estratégia e recolha de informação dos “stakeholders” - Évora, 13 de Julho;
- Preparação e concretização do Primeiro Plenário da EUROACE e apresentação do Estudo EUROACE2020 – Mérida, 3 de Novembro;
- Preparação, logística e lançamento de fichas para recolha de informação de tipo análise SWOT a 99 stakeholders, para apoio à constituição do estudo de Estratégia, respectiva recolha e distribuição.

Outras actividades

Preparação, concepção e orçamentação do projecto GITEUROACE, candidatado e aprovado no âmbito da II convocatória do POCTEP.

Concepção geral, preparação do caderno de encargos e procedimento de adjudicação de uma brochura institucional EUROACE.

Divulgação, recepção, selecção e apoio geral técnico e financeiro de Micro iniciativas de cooperação transfronteiriça:

Aprovadas:

Intercâmbios Escolares 2010 – DRE Alentejo - de 3 a 21 de Maio – 4.000,00€;

Torneio Internacional de Ténis – Montemor Ladies Open 2010 – Clube de Ténis de Montemor-o-Novo – de 12 a 20 de Junho – 1.800,00€;

IV Torneio de Badminton luso-espanhol de Badminton – Clube de Badminton de Évora, 19 e 20 de Junho – 2.915,00€;

Visita Técnica à Exposição Suroeste no MEIAC de Badajoz – Universidade de Évora – 12 de Maio – 300,00€ – EUROACE;

Exposição Internacional de ARTE – INROT6 – Novembro – 600€.

Não aprovadas:

Jogos do Norte Alentejano – CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo;

Espaço Aventura – Piscinas Municipais – SulAventura.

GABINETE DE INICIATIVAS TRANSFRONTEIRIÇAS E COMUNIDADE DE TRABALHO EUROAAA ANDALUZIA-ALGARVE-ALENTEJO

Preparação do texto do Protocolo que instituí a Comunidade de trabalho Alentejo-Algarve-Andaluzia Euroregião EUROAAA, submissão a apreciação do IFDR e promoção conjunta da Assinatura em Faro, no dia 5 de Maio.

Preparação da sequência dos trabalhos em reunião de trabalho a 18 de Maio, em Sevilha

Preparação das acções de desenvolvimento e implantação do Plano de Acção da Cooperação Transfronteiriça, designadamente pela preparação de propostas de trabalhos e cadernos de encargos para adjudicação.

Procedimentos para aquisição de 200 estampas da Cegonha-Negra, do autor José Projecto, para oferta em ocasiões institucionais da Euroregião.

Concepção geral, preparação do caderno de encargos e procedimento de adjudicação de materiais promocionais do GIT AAA IV.

Preparação da adjudicação de fornecimento de 3000 mini-dicionários de português-espanhol e espanhol-português.

Reunião de coordenação e articulação geral do projecto GIT AAA – Sevilha, 19 de Julho

Procedimentos e adjudicação de 4 cursos de espanhol (3 de nível básico e 1 de nível intermédio) a ADPM, a realizar em Mértola (2 cursos, um de cada nível), Beja e Almodôvar.

Apoio, não concretizado, a uma microiniciativa de cooperação transfronteiriça Campeonato de Espanha / Karting 2010 – Grupo Desportivo e Cultural da Tourega – 3 e 4 de Julho e 3 e 4 de Setembro – 2.350,00€ – EUROAAA.

Preparação, concepção e orçamentação do projecto GITEEUROAAA, candidatado e aprovado no âmbito da II convocatória do POCTEP.

Cooperação Transnacional e Interregional

PROGRAMAS EUROPEUS DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL

Participação da Comissão Organizadora e acompanhamento do 8º Simpósio Internacional de Vitivinicultura do Alentejo.

Participação no Seminário Rede de Transportes do Mediterrâneo e Bureau Político da Comissão Intermediterrânea – Múrcia.

Reunião da Autoridade de Gestão do Programa MED visando a criação de uma Macro Região no Mediterrâneo Paris.

Reuniões com as Agências Regionais de Energia, a Universidade de Évora, e a ARS Alentejo para preparar projecto sobre eficiência Energética dos Edifícios dos Centro de Saúde do Alentejo, a apresentar aos Projectos Estratégicos do MED.

Participação nos Seminários do Dia Europeu do Mar CRPM – Gijón.

Participação na Assembleia Geral e Seminário Internacional da AREV – Poreck.

Participação na Reunião do Grupo de trabalho Transportes da Comissão Arco Atlântico – Lisboa.

Acção de formação em Lisboa (IFDR) sobre procedimentos de validação de despesas nos Programas de Cooperação Territorial Europeia – Março.

Publicação de notas de abertura das segundas fases de candidaturas aos Espaços de Cooperação Territorial Europeia: Espaço Atlântico, MED e Interreg IV C, na página WEB da CCDR Alentejo.

Actualização de informação estatística relativa às pescas regionais, para inclusão na documentação para a Assembleia Geral da Comissão Arco Atlântico.

Apreciação ao parecer da CRPM sobre a Política Agrícola Alimentar e Rural.

Parecer sobre a Posição Política da CRPM sobre o Futuro Estratégico da “Europa 2020”.

Resposta ao Inquérito “ As Regiões Atlânticas, uma Estratégia para o Arco Atlântico.

Acções de dinamização de agentes regionais para integrarem parcerias ligadas às energias Alternativas e Eficiência Energética no âmbito dos Projectos Estratégicos do Programa MED: MERIE, METER-MED, SPEED UP MED, O ENERGIE e Profor Bio Med.

Participação no Seminário de Abertura de Candidaturas para apresentação de Projectos Estratégicos ao Programa MED. Salónica - Grécia

Compilação da informação relativa ao projectos aprovados nos Espaços de Cooperação Territorial Europeia, tendo em vista elaboração de um relatório de síntese sobre o envolvimento regional e nacional nestes espaços de cooperação.

Proposta e acompanhamento das tarefas tendentes à realização de uma reunião do Bureau Político da Comissão Arco Atlântico no Alentejo.

Projectos de Cooperação Territorial

PIRENE IV

Preparação e lançamento do “Estudo do Perfil Operacional de Referência para a Concretização da Ligação Sines-Madrid do Projecto Prioritário 16 das Redes Transeuropeias de Transporte”, aprovado e pronto para adjudicação à empresa Quaternaire.

WINNET 8

Participação no Seminário de Lançamento do Projecto Interreg IV C WINNET W8 – Talberg, Suécia.

Participação na reunião do Comité de Acompanhamento do WINNET 8 – Escócia.

Coordenação e Participação da visita de estudo da delegação sueca ao Alentejo, no âmbito do Projecto WINNET 8.

Coordenação da Visita de Estudo à Grécia da parceria Regional do Projecto WINNET 8 – Salónica.

Participação no Workshop Temático do Projecto WINNET 8 – Veneza.

Participação no workshop sobre Igualdade de Género e disseminação do projecto Winnet 8 realizado em Évora.

Proposta de criação de uma página no Site da CCDR Alentejo, para divulgação do projecto WINNET 8.

Organização e Participação em Eventos

Mostra de Cooperação Transfronteiriça – 1ª Edição, de 10 a 31 de Março de 2010, Galeria da CCDR Alentejo, Évora Co-organização com a Casa do Pessoal da CCDR Alentejo;

Seminário POCTEP – Lançamento das 2ªs Convocatórias, 23 e 24 de Março de 2010, EvoraHotel, Évora; Co-organização com STC do POCTEP.

Organização, Realização e Acompanhamento da reunião do Comité Executivo da ARFE, 19 de Junho, EvoraHotel, Évora e 20 de Junho de 2010 e Co-organização com a ATMTGLA da Visita Técnica – Zona envolvente ao Alqueva.

Participação no Júri do Concurso lançado pelo INAlentejo sobre a Elaboração de Trabalho alusivo às Comemorações do Dia da Europa, Temas: “A minha Escola” e “A Europa”, Organização dos trabalhos para a exposição patente de 9 a 31 de Maio na Galeria da CCDR Alentejo, Évora e Acompanhamento dos trabalhos e Entrega de Prémios, dia 18 de Maio, Auditório da CCDR Alentejo, Évora.

Concepção, candidatura, obtenção de participantes, desenho de intervenção, concepção de modelo de promoção e participação activa nos OPENDAYS 2010, Outubro, Bruxelas.

Acções Organizacionais

Da CCDRA

Inerentes à reorganização do sistema de gestão documental e à respectiva adaptação ao sistema;

Inerentes à reestruturação da página Web da CCDRA;

Inerentes aos procedimentos de arquivo de documentação.

Da DCI

Organização, numeração e arrumação em arquivo morto de todo o arquivo relativo à 1ª, 2ª e 3ª Convocatória do INTERREG IIIA;

Criação da base de dados para todos os documentos elaborados em 2010 na DCI;

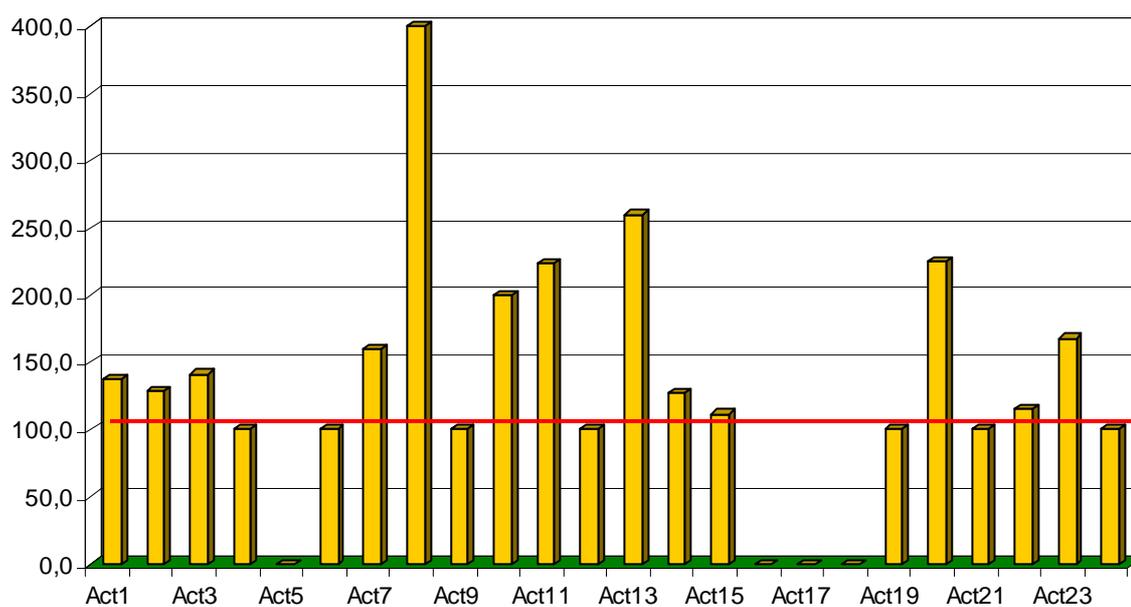
Arquivo em processos de documentos que estavam pendentes para arquivo desde 2008;

Criação de Base de Dados para os Processos POCTEP;

Criação de contactos de todas as reuniões das Comissões Sectoriais e demais elementos relevantes para o processo da cooperação

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	14	58,3
Atingiu	6	25,0
Não Atingiu	0	0,0
Sem execução	4	16,7
Total	24	100,0
Avaliação Média	129,1	
Desvio Médio	62,8	
Desvio Padrão	90,7	



2.3.8 Divisão de Informação e Informática

O que se fez em 2010?

A Divisão de Informação e Informática constitui-se como um dos serviços de suporte à actividade da CCDRA, tendo sido dotada de um conjunto diversificado de atribuições e competências que asseguram o desempenho de funcionalidades e serviços que são críticos para o que se costuma designar como o bom funcionamento da organização.

De entre elas deve ser dado particular destaque ao Sistema Informático e Informacional, que garante elevados níveis de segurança e eficiência, e à promoção, ao nível externo, da divulgação das actividades desenvolvidas pela CCDRA e, ao nível interno, da modernização técnica e administrativa.

Da execução das actividades programadas para 2010 importa realçar que, na sua quase totalidade, os objectivos foram cumpridos, havendo mesmo alguns que foram ultrapassados.

Desenvolvimento da Sociedade de Informação

Neste âmbito foram executados projectos de modernização administrativa que muito contribuem para a reestruturação dos métodos de trabalho pela acção estruturante que determinam:

Implementação da componente de Gestão de Expediente do Sistema de Gestão Documental, que introduziu maior rapidez e agilidade de procedimentos face à fluidez dos documentos que se consegue obter sobre o suporte digital, com impacto em todos os serviços da CCDRA;

Desmaterialização do Processo de Apreciação de REN, que permitiu o acesso via Web à submissão de processos de comunicação prévia ou do pedido de autorização para ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional, de acordo com regime jurídico desta restrição de utilidade pública; além da submissão dos processos pode ser utilizado um Simulador que permite a avaliação prévia da instrução do processo;

Elaboração do Plano de Classificação de Documentos e Manual de Procedimentos de Arquivo.

Ordenamento, Gestão e Sustentabilidade do Território e Avaliação do PROTA Regional

No que concerne a este tema ao foram desenvolvidos os projectos seguintes:

“Concepção e implementação do SIG de Apoio à Gestão e Avaliação do PROTA”, que permitiu criar um instrumento de visualização e análise que possibilita não apenas a

exploração da informação específica do plano, mas igualmente a sua articulação com a restante informação geográfica do SIG da CCDRA;

“Reforço da capacidade funcional e operacional do SIG da CCDRA”, que através da criação de novos temas e variáveis contribuiu para o enriquecimento da informação disponibilizada e partilhada por todos os técnicos da CCDRA.

Gestão do Sistema Informático e Informacional

As actividades relativas a matérias ligadas com a gestão informática ocorreram de acordo com os objectivos definidos, isto, é, sem que se verificassem problemas que impedissem o funcionamento normal das actividades dependentes dos meios informáticos ou dos repositórios de dados.

De destacar, porém, a migração para nova versão do software de Correio Electrónico que trouxe a vantagem do acesso externo às contas de correio electrónico dos colaboradores da CCDRA observadas as condições de segurança.

Actividades não executadas

Das duas actividades cujas metas dos indicadores não foram cumpridos importa referir que: O Classificador de Processos não foi implementado na aplicação de Gestão Documental porque a solução informática que o suporta não foi concluída durante o ano de 2010; O Estudo e Reengenharia da Processos, donde decorreria o “Manual de Normas e Especificações para aplicações informáticas”, transitou para o ano de 2011.

Principais limitações encontradas para desenvolver as tarefas programadas

Ao longo do ano foram, ainda, sendo executadas actividades não previstas em plano merecendo destaque:

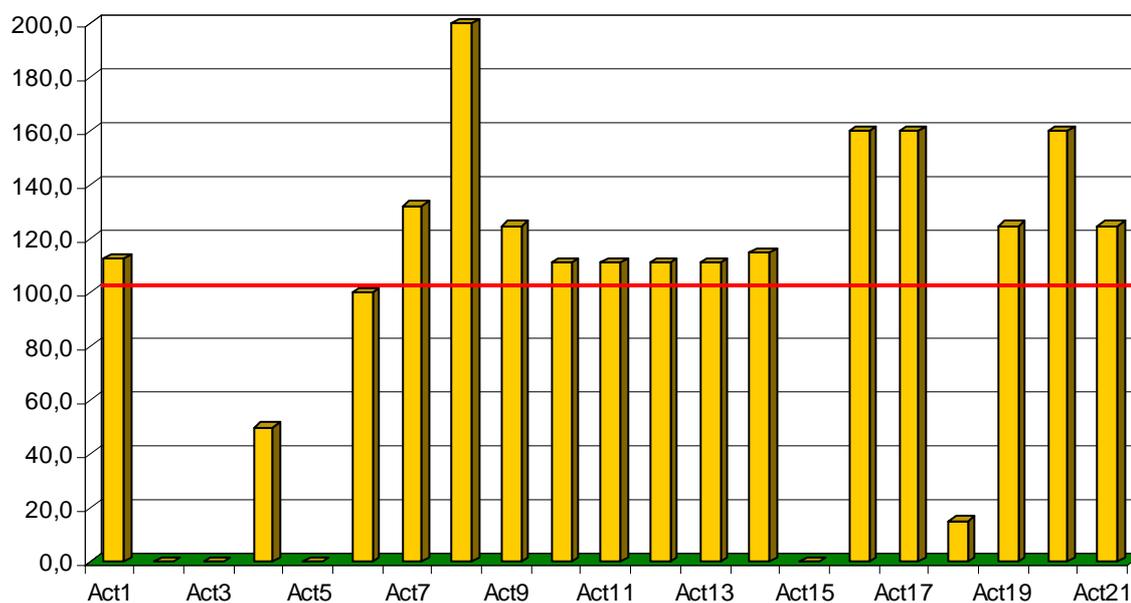
A participação no “Portugal Tecnológico – 2010”, certame de âmbito nacional, que se inscreve no âmbito do Marketing Territorial / Promoção e divulgação da Região, em que a CCDRA promoveu a representação do Alentejo com um stand que se constituiu como uma montra do que melhor se faz ao nível da qualidade e da inovação, seja em produtos altamente inovadores, seja nos domínios da investigação e desenvolvimento tecnológico;

A reedição da revista “Alentejo – Análise Regional”, com a publicação de um primeiro número especial dedicado ao tema “Qualidade e Inovação no Alentejo”, e em que a participação da CCDRA no “Portugal Tecnológico – 2010” foi tema central;

Desenvolvimento de um novo site da CCDRA e de um novo ambiente de intranet da CCDRA, no que se refere ao desenvolvimento tecnológico dos meios de produção.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	14	66,7
Atingiu	1	4,8
Não Atingiu	2	9,5
Sem execução	4	19,0
Total	21	100,0
Avaliação Média	96,4	
Desvio Médio	48,9	
Desvio Padrão	60,8	



2.3.9 Serviço Sub-regional de Portalegre

O que se fez em 2010?

O presente relatório tem por intenção dar conta da actuação dos Serviços Sub-regionais de Portalegre desta CCDRA, no ano transacto, nos domínios de ordenamento do território, do ambiente e da administração local, bem como da verificação física e financeira de projectos candidatos a programas com ou sem apoio comunitário. Serão igualmente referidas as diversas presenças em sessões de trabalho, seminários, conferências, inaugurações, visitas de membros do governo, etc., e nos vários Conselhos Estratégicos/Consultivos, como o do ICNB-PNSSM, CFP de Portalegre, CEFP de Ponte de Sôr, ARH-LVT e IP.

Ordenamento do Território

Regime / Assunto	Procedimento		Processos (total)	
RJIGT	Parecer	1	5	
	Conferência de Serviços	2		
	Reuniões Plenárias / Sectoriais	4		
RJUE	Parecer Final	15	25	
	Conferência Decisória	10		
RJREN	Comunicação Prévia	28	96	
	Autorização	Informação		68
		Conferência de Serviços		27
RJIMECRCC	Reunião	5	5	
PGF	Informação	45	45	
Outros assuntos		14	14	

Para além da produção documental acima mencionada, houve lugar à participação em várias reuniões, sessões de esclarecimento, acções de formação, etc., bem como atendimento.

Ambiente e Fiscalização

	Resíduos.	Rcd's	Praor	Reclamações.	OT	AR	Ruído	VFV	Conservação. Natureza	Pedreira	Totais
Processos. Abertos	17	8	9	4	7	-	-	-	-	-	45
Processos. Encerrados	15	3	-	-	-	-	-	6	-	-	24
Informações	44	13	11	10	18	-	-	33	-	2	131
Folhas de Campo	16	7	-	4	6	-	-	18	-	125	176
Ofícios/ Notas Internas	26	14	1	3	3	-	-	11	-	-	58
Relatórios Vistoria/ Inspeção	11	9	13	1	1	-	-	-	-	-	35
Ações de Fiscalização	27	16	13	5	7	-	-	18	1	127	214
Autos de Notícia	2	1	-	-	1	-	-	1	1	-	6

Administração Local/Projectos sem apoio comunitário

		Apreciação técnica	Verificação físicas	Informações
PIDDAC	Program Equip	3	23	3
	Piqtur	0	4	0
	Praud	0	7	2
	Contr Programa	1	11	2
	Urbcom	0	1	1
Totais:		4	51	10

Projectos com apoio comunitário e INAlentejo

	UFC	UVT
Candidaturas em Aceitação	7	9
Candidaturas Rejeitadas	1	-
Candidaturas não Admitida	1	3
Candidaturas Aceites	5	16
Candidaturas em Apreciação Técnica	3	10
Candidaturas Aprovadas	3	6
Candidaturas Aprovadas e com Contrato celebrado	2	3
Candidaturas em Execução	4	24
Reprogramações analisadas	1	19
Reprogramações por analisar	0	5

Representação institucional

Não tendo sido um ano marcante em acontecimentos relevantes para o Norte Alentejano, poderemos a título de exemplo referir alguns eventos em que a CCDRA esteve representada nesta sub-região, como: A atribuição do “Prémio Vasco Vilalva”- Fundação Calouste Gulbenkian, à Fundação Cidade de Amaia;

A apresentação dos Planos Nacional e Distrital da ANPC;

O início do “2º Curso de Gestão e Direcção Hoteleira” – EHT Portalegre;

“Taça de Portugal de Duetlo”. Arronches;

“Semana Santa” de Castelo de Vide;

Inauguração da “Loja do Cidadão” em Campo Maior;

Comemorações do “Ano Europeu Contra a Pobreza”. CFPP-IDT Portalegre;

Apresentação do “Projecto IP (intervenção Precoce) no Alentejo”. CAEP;

Visita da Ministra do Ambiente e do Ordº do Território à Nova Delta. Campo Maior

Inauguração do “Festival do Crato”;

“A PAC e a Reforma da Agricultura”. ACORPSOR. Ministro da Agricultura. Ponte de Sôr.

Apresentação da iniciativa “Prove Portugal”. Sec. Estado do Turismo. Estremoz.

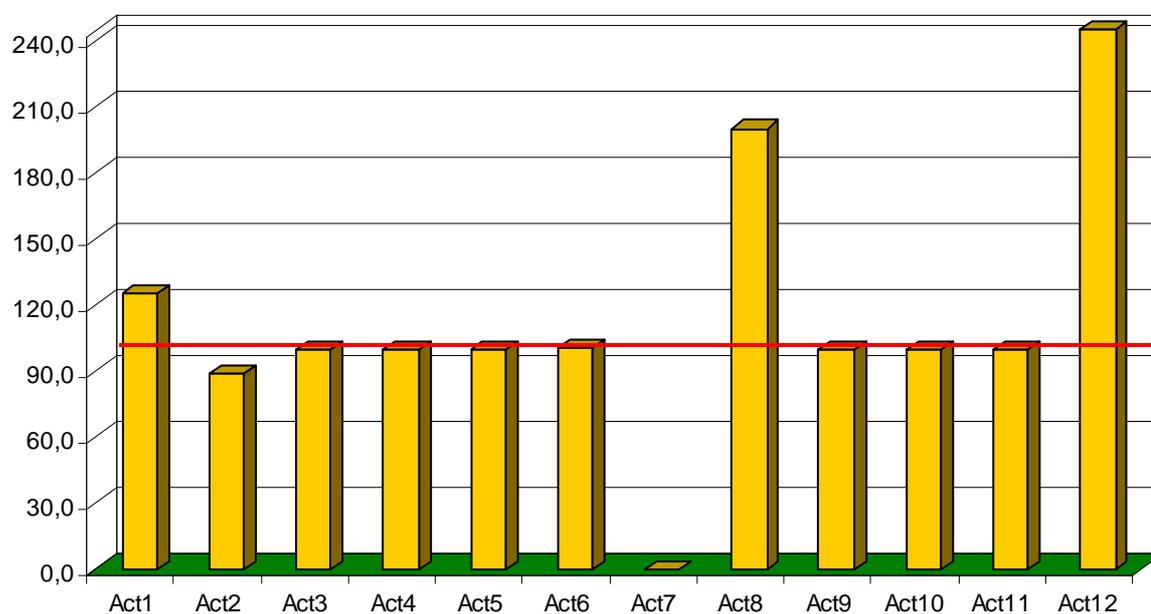
Principais limitações encontradas para desenvolver as tarefas programadas

Sobre esta questão parece importante referir alguma falta de articulação que se continuou a sentir entre os serviços sub regionais e as direcções de serviços. Alguma indefinição relativamente a quem faz o quê e em que circunstâncias, nomeadamente quando se trata de processos oriundos da sub região. Notou-se igualmente, em certas direcções de serviços, ausência de definição de estratégia ou de forma de actuação no terreno.

O maior constrangimento notou-se sobretudo na falta de meios humanos no sector do Ordenamento de Território, levando a que o único arquitecto a trabalhar neste sector tivesse que recorrer sistematicamente a trabalho em tempo extraordinário, para que os SSP pudessem dar resposta adequada às solicitações que nos chegaram.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	4	33,3
Atingiu	6	50,0
Não Atingiu	1	8,3
Sem execução	1	8,3
Total	12	100,0
Avaliação Média	113,7	
Desvio Médio	39,0	
Desvio Padrão	61,0	



2.3.10 Serviço Sub-regional do Litoral

O que se fez em 2010?

Reserva Ecológica Nacional

Foram em 2010 implementados procedimentos de decorreram de trabalhos desenvolvidos no ano anterior. Durante o ano de 2009 o Serviço Sub-regional criou e desenvolveu uma medida Simplex no âmbito dos procedimentos de autorização e comunicação prévia do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, apresentada em Dezembro de 2009, que permitia internamente desmaterializar e gerir processos, oferecendo aos nossos clientes a possibilidade de sujeição dos respectivos pedidos, online.

Projecto Gestão Integrada de Saúde e Ambiente (GISA)

Este projecto foi integralmente operacionalizado pelo Serviço Sub-regional, que garantiu recursos humanos, recursos técnicos e meios, executando as campanhas da estação móvel e as duas campanhas trimestrais de tubos difusores, garantindo o continuo acompanhamento da Comissão Técnica e de todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços necessários a sua implementação.

O Serviço Sub-regional assegurou a operacionalização e conservação da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar do Alentejo composta por 5 estações (Terena, Monte Velho, Monte Chão, Sonega e Santiago do Cacém), integrando vários grupos técnicos de trabalho no âmbito da poluição atmosférica.

Representação institucional

Garantiu a representação da CCDR do Alentejo na NUTIII Alentejo Litoral de forma assídua, eficaz e proactiva em várias áreas de competência da Comissão de Coordenação (Comissões distritais, Conselhos consultivos, Assembleias gerais, etc.).

Ambiente e Fiscalização

Coadjuvou processos complexos de redução de passivos ambientais nomeadamente os do Plano Regional de Acção de Operadores de Resíduos (PRAOR), a recuperação e valorização ambiental de áreas abandonadas de extracção de inertes em solos da Reserva Ecológica Nacional (REN) e de depósitos ilegais de resíduos potencialmente perigosos dos concelhos de Sines e Santiago do Cacém.

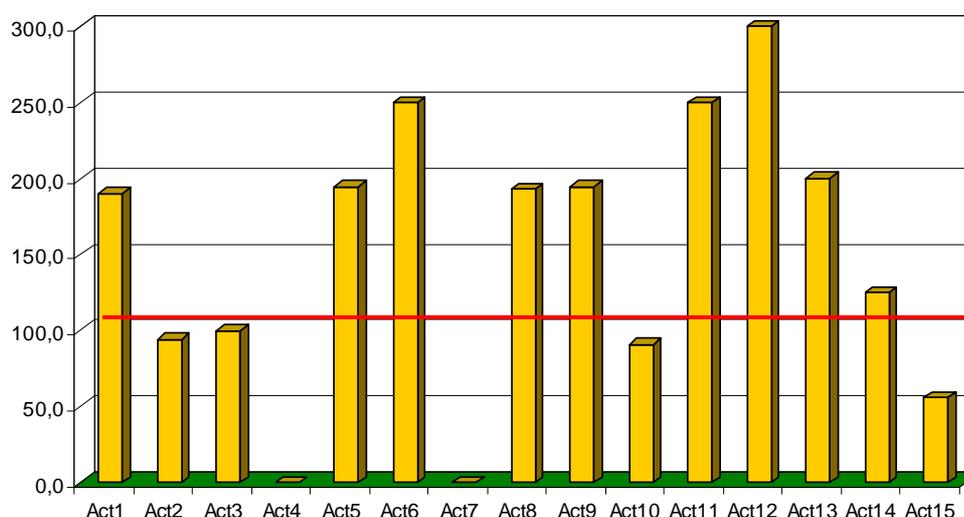
Actividades mais relevantes do conjunto de actividades desenvolvidas

Durante o ano de 2010 a medida “**Implementação de procedimentos de autorização e comunicação prévia do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional**” foi transposta para a internet por uma equipa interna que integrou o Serviço Sub-regional do Litoral que implementou a REN ONLINE no site da CCDR do Alentejo, tendo merecido uma menção honrosa atribuída nas Boas Práticas do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT).

O Projecto **Gestão Integrada de Saúde e Ambiente (GISA)**, foi reconhecido pela Agência de Modernização Administrativa (AMA), como uma boa prática da administração pública, sendo um exemplo de cooperação entre entidades públicas e privadas na área ambiental. Consolidou a redução dos prazos de resposta de processos e solicitações de outras unidades orgânicas, conseguindo superar as metas estabelecidas nesse sentido em todas as actividades do Serviço Sub-regional do Litoral, apesar dos escassos Recursos Humanos efectivos para o cumprimento desse objectivo, tendo sido gradualmente conseguida uma readaptação funcional dos mesmos.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	9	60,0
Atingiu	1	6,7
Não Atingiu	3	20,0
Sem execução	2	13,3
Total	15	100,0
Avaliação Média	149,2	
Desvio Médio	77,1	
Desvio Padrão	91,0	



2.3.11 Serviço Sub-regional de Beja

O que se fez em 2010?

Durante o ano de 2010, nos domínios de ordenamento do território, do ambiente e da administração local, bem como da verificação física e financeira de projectos candidatos a programas com ou sem apoio comunitário, o Serviço Sub-regional de Beja desenvolveu esforços no sentido de dar cumprimento ao programado em Plano de Actividades e outras solicitações imprevistas.

O SSB no âmbito das suas competências e atribuições como serviço desconcentrado da CCDR Alentejo procurou melhorar o seu desempenho em todas as suas áreas de actuação de modo a satisfazer as solicitações específicas da região onde se insere.

Ordenamento do Território

Nesta área o SSB desenvolveu processos/autorizações no âmbito da Reserva Ecológica Nacional, acompanhamento dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT's), pareceres de localização e Planos de Gestão Florestal:

Tipologia	Quantificação de Processos
Reserva Ecológica Nacional	176
Planos de Gestão Florestal	63
IGT's	16
RJUE	21
Pareceres de localização	18
Outros	9

Fiscalização ambiental

Dados SSB			
N.º Informações	N.º Autos de Notícia	N.º Proc. Novos	N.º Relatórios-Praor-1.º/2.º
193	17	59	25
N.º Informações/Autos de Notícia/Processos Novos/Relatórios-Praor			
294			

INALENTEJO

Nesta área, o SSB intervém em todas as fases subsequentes á apresentação das candidaturas, tendo a sua actuação sido maioritariamente dirigida para candidaturas cujo objectivo está inserido na sua área de actuação.

No âmbito destas funções, no ano de 2010, foram intervencionadas pelo SSB, quer na fase de apreciação de candidaturas, quer no acompanhamento e encerramento um total de 132 candidaturas.

Foram igualmente efectuadas em 2010, um total de 20 relatórios relativos a verificações físicas efectuadas, das quais se assinala a realização de 10 verificações a operações sob responsabilidade da AMBAAL numa acção de colaboração com esta entidade.

Principais limitações encontradas para desenvolver as tarefas programadas

Sobre esta questão importa salientar que apesar de se ter registado uma melhoria significativa, ainda persiste alguma falta de articulação entre os serviços sub-regionais e as direcções de serviços, nomeadamente ao nível da ausência de definição de estratégia ou de forma de actuação no terreno.

Igualmente afigura-se pertinente repensar alguns procedimentos internos de circulação e decisão que poderiam ser “aligeirados” permitindo desta forma um ganho de eficácia da CCDR, melhorando substancialmente o serviço prestado.

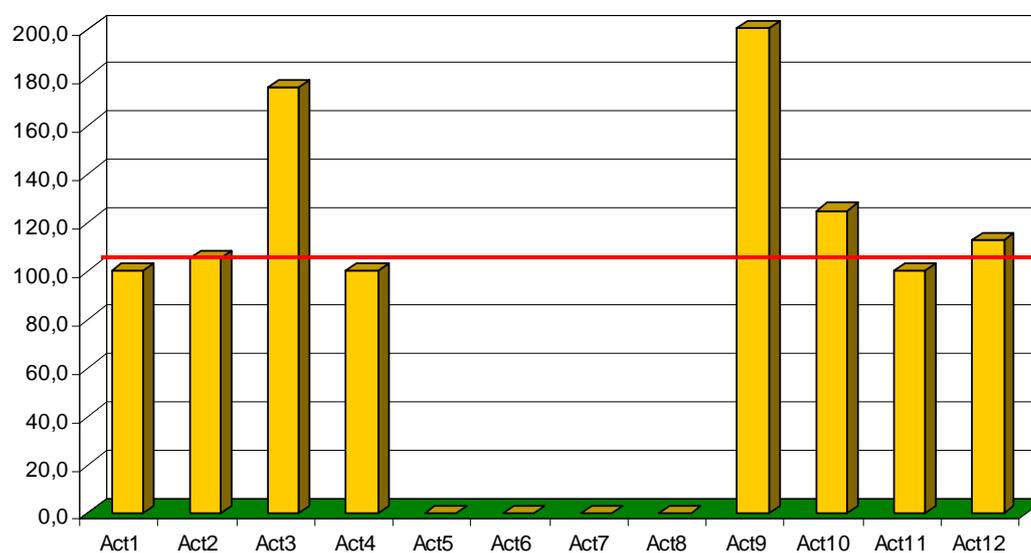
Actividades mais relevantes do conjunto de actividades desenvolvidas

O desempenho do SSB foi influenciado positivamente por alguns factores que ocorreram em 2010. Destes, há a destacar a implementação do Sistema de Gestão Documental, que veio libertar recursos humanos para outras tarefas, bem como permitir uma redução significativa do tempo de instrução dos processos. Outro dos factores prende-se com o reforço do SSB com mais um técnico na área do Ordenamento do Território e Ambiente que assim permitiu, para além de uma maior celeridade dos processos, que o SSB passasse a colaborar na instrução de processos de Ordenamento do Território, localizados no Distrito de Évora.

Por último referir a melhoria do desempenho na área do Apoio á gestão do INALENTEJO que, fruto da reestruturação efectuada na afectação dos técnicos ás Unidades Operativas, permitiu uma rentabilização dos meios afectos á gestão do INALENTEJO.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	5	41,7
Atingiu	3	25,0
Não Atingiu	0	0,0
Sem execução	4	33,3
Total	12	100,0
Avaliação Média	84,9	
Desvio Médio	56,6	
Desvio Padrão	69,9	



2.3.12 Unidade de Controlo e Auditoria

O que se fez em 2010?

A UCIA – Unidade de Controlo Interno e Auditoria foi criada em Janeiro através do Despacho nº. 1 – PRE/2010 de 12 de Janeiro, tendo como objectivos:

- a) Definir e implementar um sistema de controlo de gestão orçamental, sistemático e sucessivo, que deverá incluir a verificação da regularidade financeira e da eficácia e eficiência das despesas efectuadas pela CCDR Alentejo;
- b) Definir e implementar os manuais e regulamentos de controlo interno da CCDR Alentejo;
- c) Definir e implementar medidas de prevenção da corrupção, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas e do Conselho de Prevenção da Corrupção, designadamente, elaboração do Plano de Prevenção da Corrupção em articulação com as unidades orgânicas e elaboração dos correspondentes relatórios anuais;
- d) Emitir pareceres sobre processos ou matérias integradas nas suas competências, que lhe sejam solicitadas pelo órgão máximo do serviço.

Neste contexto, a sua actuação incidiu essencialmente, em 2 níveis: um interno, que teve como resultado a elaboração do nosso próprio Manual de Controlo Interno e Auditoria e, outro envolvendo os serviços, designadamente sobre as condições existentes para a realização de auditorias.

No que respeita ao Manual de Controlo Interno e Auditoria, o mesmo foi submetido a despacho superior, tendo sido aprovado em 26/02/2010.

Sobre a nossa intervenção junto dos serviços, podemos referir que sinalizamos a existência de várias insuficiências, ao nível do seu funcionamento, designadamente na DSCGAF, onde incidimos mais a nossa actuação.

Outro vector da nossa actuação incidiu na monitorização do “Plano de Prevenção de Riscos e Infracções Conexas”.

A partir de Maio um dos técnicos foi nomeado em comissão de serviço para outra unidade orgânica, na sequência do Despacho nº. 39 – PRE/2010 de 27 de Abril, ficando assim a UCIA com capacidade reduzida para o cumprimento da totalidade das actividades programadas para 2010, conforme oportunamente foi exposto através da informação nº. 6-UCIA/10 de 30 de Abril, onde se faz o ponto de situação da actividade desenvolvida até àquela data, bem como se apresenta o ponto de vista da UCIA quanto ao seu futuro.

Das actividades desenvolvidas referimos:

Elaboração do Manual de Controlo e Auditoria da UCIA;

Elaboração de uma metodologia de trabalho conducente à elaboração de Manuais de Procedimentos para a DSCGAF;

Elaboração dos questionários para a monitorização do “Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas” e início da preparação do Plano para 2011.

Acresce ainda referir que o único técnico que ficou na Unidade, passou a colaborar mais de perto com a presidência, desenvolvendo outro tipo de actividades, como sejam:

Apoio na preparação de despachos, normas e regulamentos;

Organização de dossiers sobre assuntos da área do Presidente;

Apoio no desenvolvimento de realizações promovidas pela CCDR;

Participação no grupo para a “Definição da Estratégia para 2011”;

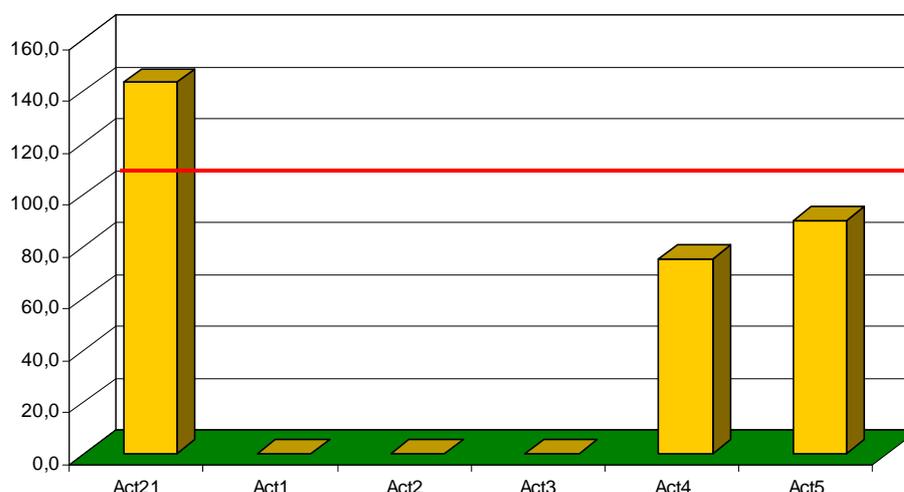
Colaboração na preparação do QUAR para 2011;

Apoio ao Conselho Regional da CCDR.

Em conclusão, podemos referir que o funcionamento da UCIA estará condicionado à existência de recursos humanos que lhe permitam desenvolver a sua actividade, ou à sua extinção e criação de outra estrutura com outra missão e com outro tipo de funcionamento.

Avaliação das actividades

Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	1	16,7
Atingiu	0	0,0
Não Atingiu	2	33,3
Sem execução	3	50,0
Total	6	100,0
Avaliação Média	51,5	
Desvio Médio	51,5	
Desvio Padrão	60,7	



2.3.13 Programa InAlentejo

O que se fez em 2010?

A actividade desenvolvida pelo INALENTEJO, durante o ano de 2010, decorreu de forma a permitir executar de modo bastante satisfatório o seu programa de actividades.

Os indicadores das actividades definidos para o conjunto dos projectos, que integraram os 7 Programas em que se subdividiu o Plano de Actividades, foram na generalidade atingidos, tendo as respectivas metas sido superadas em cerca de 52% atingidas 43% e não atingidas 5%.

O Primeiro Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, assinado no início do ano de 2010, se contribuiu de forma clara para a melhoria das taxas de acompanhamento do INALENTEJO, também determinou num acréscimo de trabalho para o Secretariado Técnico da Autoridade de Gestão, como consequência da avocação de um conjunto de competências que tinham sido delegadas na Comunidade Intermunicipal (CIM) no âmbito dos contratos de subvenção global e no aumento das taxas de comparticipação do Programa.

A primeira medida, obrigou ao envolvimento dos Secretários Técnicos nos processos de análise das candidaturas e acompanhamento das operações, tarefas de não eram integralmente desempenhadas pelas Estruturas de Apoio Técnico (EAT) das CIM antes da avocação. A segunda determinou a análise de um número bastante mais elevado do que estava previsto de processos de reprogramação financeira das operações já aprovadas.

Principais limitações encontradas para desenvolver as tarefas programadas

O não cumprimento das metas, também aconteceu, em raras situações, é um facto, e resultou claramente de opções prioritárias que foram superiormente determinadas. De entre estas situações, realce para o não cumprimento do prazo para validação da despesa, por vezes secundarizado em relação à análise técnica, visando a decisão das candidaturas e o pagamento nas modalidades de adiantamento, que permitiram assegurar um fluxo financeiro para os beneficiários das operações e aumentar a taxa de compromisso.

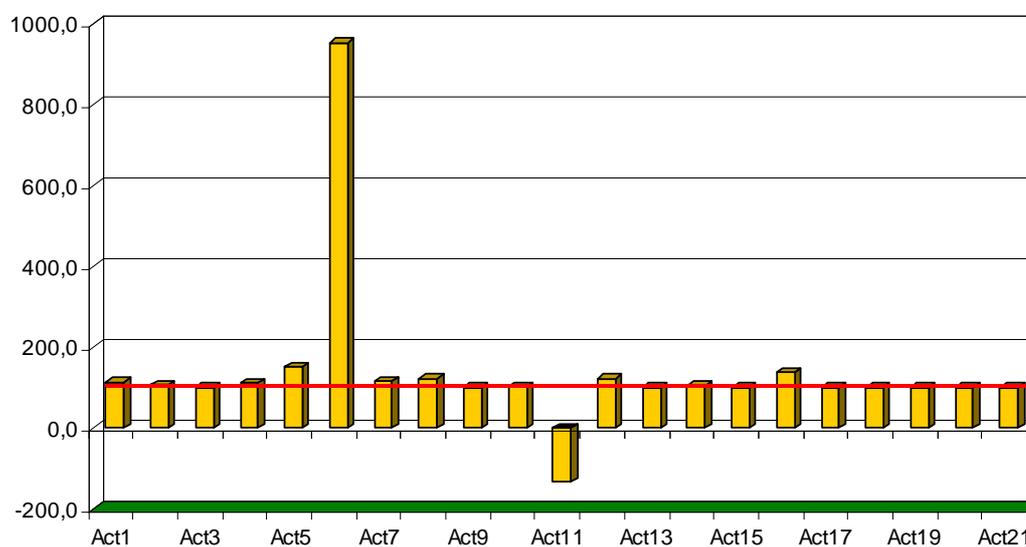
Actividades mais relevantes do conjunto de actividades desenvolvidas

O ano de 2010, foi também o ano em que se continuaram a definir e a aperfeiçoar metodologias de análise e acompanhamento e instrumentos de suporte ao desenvolvimento do Programa. Foi um ano em que o esforço desenvolvido por todas as estruturas do INALENTEJO, foi compensado pelos resultados obtidos nomeadamente na estabilização das

aprovações de candidaturas que permitiu registar no final do ano uma taxa de compromisso bastante elevada e triplicar a taxa de execução.

Avaliação das actividades

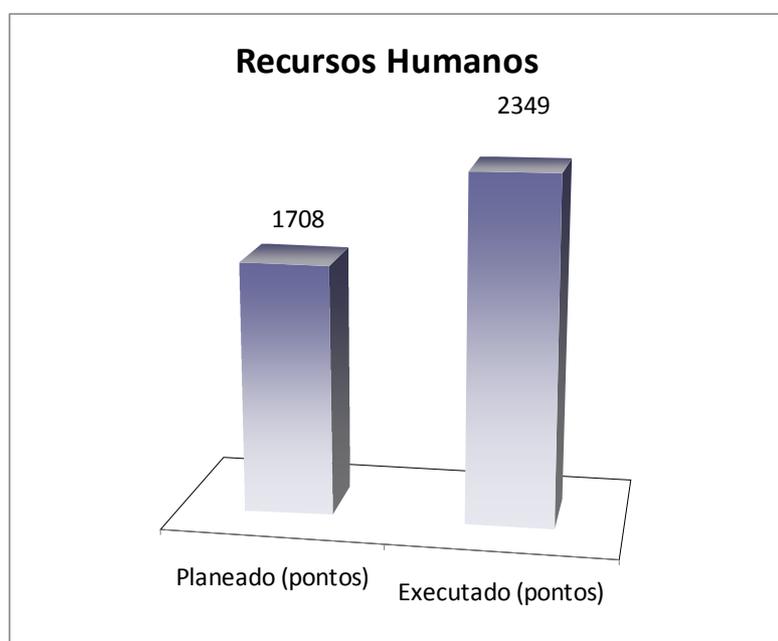
Avaliação	Actividades UO	
	Nº	%
Superou	11	52,4
Atingiu	9	42,9
Não Atingiu	1	4,8
Sem execução	0	0,0
Total	21	100,0
Avaliação Média	138,1	
Desvio Médio	78,8	
Desvio Padrão	194,6	



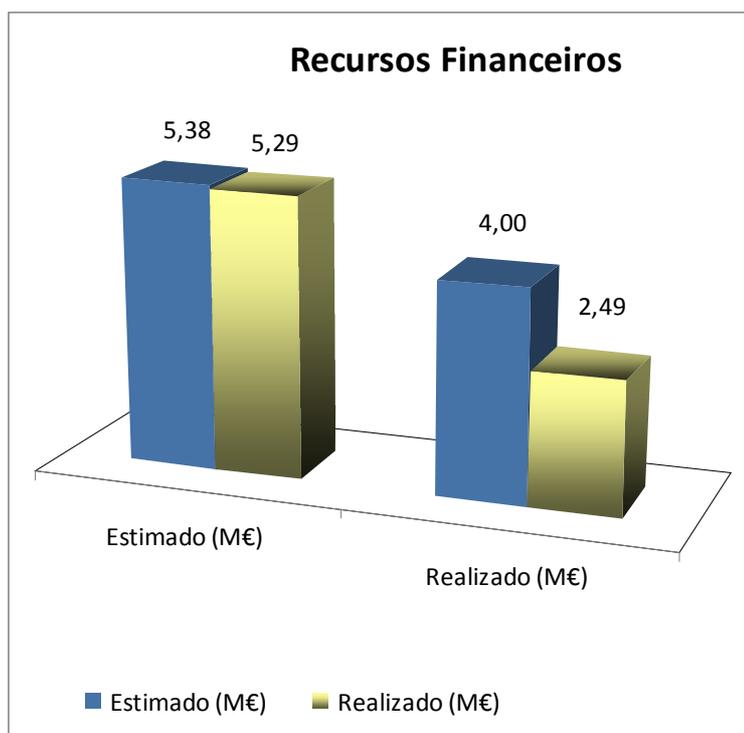
3 AFECTAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Recursos Humanos	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
<i>Dirigentes - Direcção superior</i>	20	60	220	160
<i>Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa</i>	16	336	384	48
<i>Técnico Superior</i>	12	672	1032	360
<i>Coordenador Técnico</i>	9	45	54	9
<i>Assistente Técnico</i>	8	520	584	64
<i>Encarregado geral operacional</i>	7	0	0	0
<i>Encarregado operacional</i>	6	0	0	0
<i>Assistente Operacional</i>	5	75	75	0
TOTAL		1708	2349	641

Nota: Relativamente ao apuramento dos Recursos Humanos planeados, verifica-se a existência de um desvio significativo, porquanto, à data de apresentação dos recursos humanos planeados, não foram considerados os recursos humanos afectos à estrutura de assistência técnica do Programa Operacional InAlentejo, dado na altura considerar-se que esta estrutura viria a ter um QUAR autónomo. No entanto, posteriormente, o QUAR da CCDRA sofreu alterações, passando a estar nele incluídos objectivos globais de toda a organização, incluindo da estrutura do InAlentejo. Assim, por lapso, à data do ajustamento final da proposta de QUAR para 2010 que veio a ser aprovada, não foram ajustados os respectivos meios humanos planeados, motivo pelo qual surgem agora estes desvios significativos.



Orçamento (M€)	Estimado	Realizado	Desvio
Funcionamento	5,38	5,29	-0,09
PIDDAC	4,00	2,49	-1,51



3.1 Publicidade Institucional

Nos termos dos artigos 10º e 11º da Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2010, de 25 de Junho, as entidades pertencentes à administração central devem incluir no seu relatório de actividades uma sessão especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional e a matéria relativa à publicidade institucional constante do mesmo relatório deve ser anualmente remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS).

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo dá assim cumprimento ao estipulado e apresenta o conjunto de acções de publicidade institucional que foram efectuadas durante o ano de 2010. (Anexo III)

4 GRAU DE SATISFAÇÃO DOS “STAKEHOLDERS” EXTERNOS

A apreciação do grau de satisfação dos “*stakeholders*” externos baseou-se em inquérito dirigido a um universo de utilizadores que envolveu uma vasta tipologia de entidades que durante o ano de 2010 contactaram com a CCDR.

Metodologia de distribuição e recolha do questionário:

A Comissão tem vindo a constituir a base de dados dos seus stakeholders. O endereço de e-mail constituiu um dos campos que para este trabalho se revelou de enorme utilidade. O questionário foi distribuído e recepcionado via internet e decorreu entre os dias 03-03-2011 e 17-03-2011.

Metodologia de tratamento da informação:

O tratamento da informação foi realizado em programa específico de análise de dados (SPSS), com utilização de estatísticas descritivas simples.

Resultados:

As perguntas contidas no questionário permitem cinco níveis de resposta, classificados de um a cinco, sendo a pontuação máxima aquela que corresponde à opinião mais favorável. O resultado de cada respondente é igual à média dos valores obtidos nas diferentes respostas válidas que, no seu conjunto, traduzem a média global da avaliação da CCDRA para efeitos do respectivo indicador de avaliação do grau de satisfação dos “stakeholders” externos, previsto no Quadro de Avaliação e Responsabilização para o ano de 2010. Posteriormente, foram calculadas as proporções de respostas para cada um dos níveis definidos de 1 a 5.

Cronograma

Envio do questionário em 03 de Março de 2011.

Recepção das respostas, por parte dos inquiridos, até 17 de Março de 2011.

Tratamento da informação até Abril de 2010.

Publicação dos resultados no relatório de auto-avaliação.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO

Inquérito de Satisfação

É muito importante para esta organização, conhecer o grau de satisfação dos seus utentes face às suas necessidades e expectativas. Para isso, solicita-se o preenchimento deste questionário, ao qual se agradece que responda com sinceridade. As respostas são anónimas, confidenciais e não serão objecto de tratamento individual. A sua resposta ajudará a melhorar a nossa organização. Obrigado pela sua colaboração.

Tipo de Respondente:

- Administração Central.....
 Administração Local
 Associações / Agências
 Empresas
 Fornecedores
 Cidadãos.....

Como avalia, numa escala de 1 a 5, o desempenho da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR), nas seguintes vertentes:

1= Não satisfatório / 2 = A melhorar / 3= Satisfatório / 4 = Bom / 5= Excelente

1 2 3 4 5 Não sabe

Imagem global da organização

1 - Desempenho da organização	<input type="checkbox"/>					
2 - A cortesia dos colaboradores que lidam com os serviços/clientes	<input type="checkbox"/>					
3 - Flexibilidade e autonomia dos colaboradores para resolver situações involgares	<input type="checkbox"/>					
4 – Disponibilidade de serviços on-line, recentemente implementados	<input type="checkbox"/>					
5 – Novas condições de recepção, atendimento e informação	<input type="checkbox"/>					

Envolvimento e participação

6 - A possibilidade de utilização de vários canais de comunicação (telefone; e-mail; reuniões)	<input type="checkbox"/>					
7 - A existência de interlocutores responsáveis pelas relações com os serviços/clientes	<input type="checkbox"/>					
8 - A participação dos serviços/clientes em processos de interesse regional	<input type="checkbox"/>					

Acessibilidade

9 - Informação acessível	<input type="checkbox"/>					
10 - Meios expeditos na prestação do serviço (ex. uso de e-mail)	<input type="checkbox"/>					
11 - Atendimento telefónico	<input type="checkbox"/>					
12 - Atendimento por e-mail	<input type="checkbox"/>					

Produtos e serviços

13 - Satisfação global com os serviços prestados:						
A - Propostas de instrumentos de gestão territorial e ambiental, Emissão de pareceres de impacto ambiental e outros, com vista a decisão superior	<input type="checkbox"/>					
B - Emissão de Licenças, autorizações e informações prévias, esclarecimentos em matéria jurídica emissão de pareceres sectoriais	<input type="checkbox"/>					
C - Acompanhamento de programas de âmbito regional p e / ou programas comunitários	<input type="checkbox"/>					
D - Acções de fiscalização.	<input type="checkbox"/>					
E - Prazo médio de pagamento a fornecedores.	<input type="checkbox"/>					
14 - Qualidade da informação disponibilizada	<input type="checkbox"/>					
15 - Tempo de resposta às solicitações	<input type="checkbox"/>					

Inquerito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR Alentejo - QUAR 2010		
Ficha técnica		
DESIGNAÇÃO	V_Absoluto	%
Universo (1)	814	100
Respostas	141	17,3
Não Respostas	673	82,7

Inquerito realizado entre 03-03-2011 e 17-03-2011
 (1) Entidades que contactaram em 2010 com a CCDR Alentejo e para as quais era conhecido o endereço de e-mail.

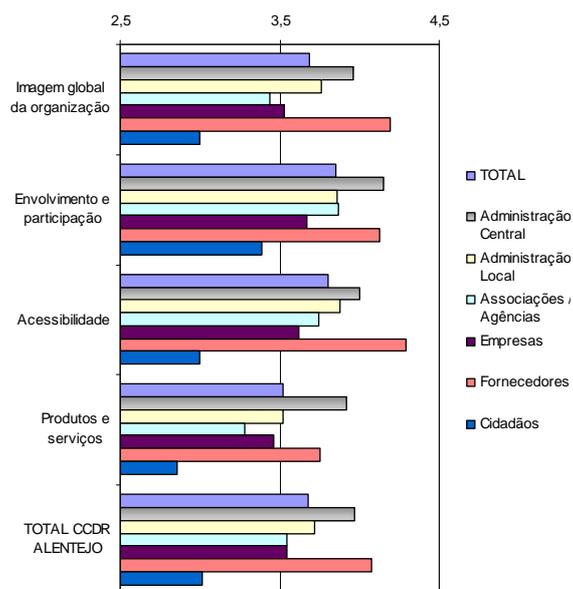
RESULTADOS ESTATÍSTICOS

INQUÉRITO À SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES DOS SERVIÇOS DA CCDR ALENTEJO - QUAR 2010

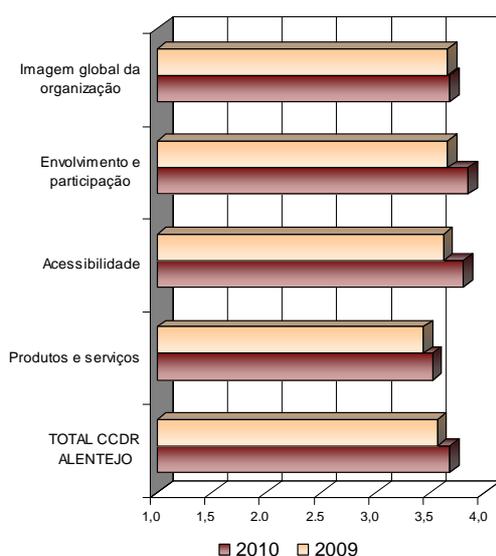
Temáticas	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Média escala 1 a 5
	Não satisfatório %	A melhorar %	Satisfatório %	Bom %	Excelente %	
Imagem global da organização	1,8	9,8	22,0	51,0	15,4	3,7
Envolvimento e participação	0,5	5,9	21,4	52,3	19,8	3,8
Acessibilidade	0,9	6,4	21,9	52,7	18,0	3,8
Produtos e serviços	2,0	12,1	30,3	45,7	9,9	3,5
TOTAL CCDR ALENTEJO	1,4	9,0	24,5	50,0	15,1	3,7

INQUERITO À SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES DOS SERVIÇOS DA CCDR ALENTEJO – QUAR 2009

POR TIPO DE ENTIDADE CONSULTADA



RESULTADOS COMPARATIVOS 2009 -2010



5 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

5.1 Sistema de Controlo Interno Efectuado por Entidades Externas

Inspeção - Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

No mês de Maio de 2010 a CCDRALentejo foi motivo de uma auditoria de seguimento das recomendações constantes do relatório de auditoria aos sistemas e procedimentos de gestão e controlo orçamental, realizada pela Inspeção - Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT). Desta forma, no presente são apresentados os resultados dessa aferição e explanadas as conclusões apresentadas pela Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, bem como são abordadas outras situações que de alguma forma se enquadram no âmbito do sistema de controlo interno.

São abordados os quatro aspectos importantes relativos aos sistemas de controlo interno numa organização: Ambiente De Controlo; Estrutura Organizacional; Actividades e Procedimentos de Controlo Administrativo e Fiabilidade dos Sistemas de Informação.

Relativamente ao grau de cumprimento das recomendações, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, acatou a quase totalidade das conclusões presentes no relatório de auditoria, tendo desde logo implementado algumas das recomendações formuladas pela IGAOT. O grau de execução das recomendações foi de 69,5%

Quanto ao acolhimento das recomendações por área de actuação, foi a área de recursos humanos a que maior número de recomendações acatou. A área do imobilizado foi a que registou maior número de recomendações a que não foi dado cumprimento. Ao nível da aquisição de bens e serviços foi onde se obteve maior eficiência, tendo sido acolhidas todas as recomendações formuladas.

Atentas as matérias e respectivas conclusões o relatório da IGAOT recomenda a rápida adopção das seguintes medidas:

- Promover a elaboração e implementação de um manual de controlo interno de forma a garantir a uniformização de procedimentos e a responsabilização interna nos circuitos de despesa e receita da CCDR Alentejo;
- Garantir a rápida implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública;
- Proceder ao integral cumprimento dos requisitos exigidos para a realização da despesa, nos termos do Decreto-Lei nº 155/92, de 28 de Julho;

- Proceder á rápida valorização e inventariação do património da CCDR Alentejo nos termos previstos no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 10 de Março;
- Proceder á elaboração do regulamento interno de inventário e cadastro;
- Efectuar a identificação de todos os bens como código de identificação previsto no artigo 29º da Portaria nº 671/2000, de 10 de Março;
- Garantir a aprovação de um regulamento de uso de veículos sob a sua utilização, tal como dispõe o nº 2º do artigo 11.º do Decreto-Lei nº 170/2008, de 26 de Agosto;
- Garantir a segregação de funções na Divisão de Recursos Humanos;
- Proceder tempestivamente á regularização dos abonos indevidamente pagos, em virtude de não se ter procedido ao congelamento dos suplementos remuneratórios;
- Dar cumprimento às disposições legais ao nível das deslocações em serviços;
- Elaboração de um registo de trabalho extraordinário onde conste a relação nominal dos trabalhadores que efectuaram trabalho extraordinário, de forma a dar cumprimento ao disposto no artigo 165.º da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o regime do contrato de trabalho em funções públicas;
- Proceder á regularização dos abonos indevidamente pagos ao abono para trabalho extraordinário e dar cumprimento às normas previstas para a sua realização e pagamento;
- Promover a correcta contabilização das receitas de acordo com o classificador económico, aprovado pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro;
- Encetar medidas que garantam a utilização como meio de pagamento preferencial a cobrança via sistema multibanco, garantindo desta forma um controlo mais eficaz da receita própria e o cumprimento do princípio da unidade de tesouraria previsto no Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de Junho.

5.2 Sistema de Controlo Interno Efectuado pela Unidade de Controlo Interno

Através do Despacho nº 1/PRE-2010 de 13 de Janeiro, foi implementada a Unidade de Controlo Interno da CCDR Alentejo. No âmbito das suas funções, esta Unidade elaborou o “Manual de Controlo Interno e Auditoria” o qual contempla :Os conceitos gerais subjacente à execução das acções de controlo interno e auditoria; os princípios e funções desta Unidade de Controlo e Auditoria, as acções de controlo interno e auditoria; os recursos e normas fundamentais para o exercício da actividade de controlo interno por parte da UCIA e a avaliação das acções de controlo interno e auditoria da UCIA.

Para além da elaboração do manual, foi ainda prestada colaboração aos serviços da DSCGAF na preparação de regulamentos internos.

No âmbito do controlo interno foi realizado o acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções conexas para 2010. Foram elaborados questionários que visam efectuar o ponto de situação do cumprimento deste Plano para 2010.

Questionário relativo ao item Sistema de Controlo Interno da Matriz de Excelência

Na sequência da solicitação efectuada pelo Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, remetemos através do nosso ofício 26-PRE/2011, a este departamento, o questionário relativo ao item Sistema de Controlo Interno da Matriz de Excelência, de acordo com o teor que apresentamos de seguida. Na resposta ao questionário é apresentado um ponto de situação actual do Sistema de Controlo Interno, organizada pelos quatro grupos de questões envolvidas nesta temática.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo -SIADAP 1			
Sistema de Controlo Interno		2010	
Questões	Resposta		
	S	N	ND
1- Ambiente de controlo			
a) É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão, existindo documentos de registo dos resultados dessa verificação/auditoria interna.		X	
b) O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo, existindo documentos comprovativos dos respectivos resultados.	X		
c) Existe uma política de formação do pessoal que garante a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas .	X		
d) Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas.	X		
e) Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço numa Carta Ética/de Conduta/Carta do Utente ou documento equivalente.		X	
2- Estrutura organizacional			
a) A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente, incluindo diploma jurídico de criação e organização .	X		
b) A percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3 é superior a 95%, existindo registos dos resultados.	X		
c) A percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação anual é superior a 50% .		X	
3- Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço			
a) As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas.	X		
b) Existe manual de procedimentos interno, de cobertura total.		X	
c) A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada .	X		
d) Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos.	X		
e) Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias e duplicações.	X		
f) Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas .	X		
g) O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado .	X		
h) Existe manual de procedimentos interno, de cobertura parcial .	X		
i) Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores e há registo correspondente.		X	
j) É elaborado anualmente um plano de compras.	X		
4- Fiabilidade dos sistemas de informação			
a) Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria.	X		
b) As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação.	X		
c) Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas através por ex. do controlo interno de acessos, autorização de alteração dos dados, registo de datas e prazos limite .	X		
d) Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço.	X		
e) A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão, existindo evidencias disso por ex. no Plano ou Relatório de Actividades.	X		
f) A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups).	X		
g) A segurança na troca de informações e software está garantida através por exemplo, da encriptação de dados.	X		
Nota: As respostas foram dadas tendo por referência o ano em avaliação (2010).			
Legenda: S - Sim; N - Não; ND - Não existe informação disponível que permita responder à questão de forma inequívoca.			

6 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DESVIOS NEGATIVOS

A CCDR Alentejo não apresenta desvios negativos ao nível do desempenho do seu Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2010, conforme se pode observar através do quadro que apresentamos.

Todos os objectivos estratégicos foram superados. Dos dez objectivos operacionais, aplicando os critérios de superação, foram também superados oito, tendo os restantes dois objectivos alcançado o seu grau de cumprimento.

DESVIOS RELATIVOS AOS RESULTADOS DOS OBJECTIVOS DO QUAR 2010

Parâmetros	Objectivos	Desvios %	Tendência
Eficácia	Objectivo1	21,2	↑
	Objectivo2	16,7	↑
	Objectivo3	95,2	↑
	Objectivo4	70,6	↑
	Objectivo5	9,4	↑
	Objectivo6	87,5	↑
Eficiência	Objectivo7	68,3	↑
	Objectivo8	13,2	↑
Qualidade	Objectivo9	43,4	↑
	Objectivo10	22,7	↑

7 PLANO DE MELHORIAS

Como pode ser constatado foram já ultrapassadas muitas das situações referenciadas em relatórios anteriores. Foi implementada a Unidade de Controlo Interno; foi possível obter uma superior acuidade na definição das metas e foi efectuada a solicitação de alteração de indicadores e metas em momentos mais adequados de forma a cumprir objectivos e garantir a necessária natureza apriorística das novas definições.

As medidas a tomar para um reforço positivo do desempenho, apesar da organização não apresentar qualquer situação de incumprimento face ao QUAR, constituem o Plano de Melhorias para 2011, que se centra mais em questões de gestão organizacional bem como com aspectos relacionadas com o desenvolvimento das actividades previstas em plano.

MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

Código	Áreas de Melhoria a Promover	Sugestões de Acções de Melhoria
1	Fontes de verificação não centralizadas no que respeita às actividades das UO	Reforço dos mecanismos de controlo de acções de acompanhamento aos registos das fontes de verificação dos indicadores das actividades das UO
2	Verificação de atrasos no desempenho de algumas tarefas motivadas por uma articulação interna menos eficaz	Melhorar o nível de comunicação interna
3	Grande volume de actividades não previstas, a desenvolver ao longo do ciclo de gestão	No âmbito da gestão de cada Unidade Orgânica e da gestão de topo reforçar o trabalho de planeamento de actividades no início do ciclo. Frequência de acções de formação para dirigentes
4	Necessidade de reorganização do Plano Estratégico da instituição	Maior envolvimento de todos os dirigentes nas tarefas de planeamento estratégico. Intensificar a comunicação interna com os colaboradores sobre esta temática

8 COMPARAÇÃO DE DESEMPENHO ENTRE SERVIÇOS IDÊNTICOS

Tomando em consideração o conteúdo do Guião de Monitorização e Auto-Avaliação de 31-12-2009 do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, foi efectuado o exercício de desenvolvimento de uma tabela de critérios quantificáveis com vista a tornar possível a comparabilidade de desempenhos entre serviços. Com frequência a informação disponibilizada pelos diferentes organismos não se apresenta uniformizada, tornando este exercício mais difícil de executar. Para diversos indicadores existem também muitos organismos que não publicam a informação, contudo, ainda assim, tomaram-se em referência as cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e apresenta-se uma tabela com indicadores referentes a anos anteriores (2008), que visa satisfazer o objectivo pretendido.

INDICADORES DE COMPARABILIDADE	Unid.	CCDRN	CCDRC	CCDRA	CCDRLVT	CCDRAIlg
Área de Influência	Km2	21.283,90	28.200,10	31.551,20	2.940,10	4.996,00
População da Área de Influência - 2009	Nº	3.745.575	2.381.068	753.407	2.830.867	434.023
Recursos Humanos	Nº	314	244	241	266	132
Média de Idades	Anos			48	46,5	45,5
Nível Médio de Antiguidade	Anos			24,3	22,3	19,5
Índice de Dirigentes (ID)	%	13		14	12	18
Índice de Tecnicidade (IT)	%	64		54	43	59
Orçamento						
Orçamento de Funcionamento Realizado (QUAR 2008)	M€		11,67	8,26	12,77	6,37
Orçamento de PIDDAC Realizado (QUAR 2008)	M€		5,22	3,12	7,89	
Taxa de execução PIDDAC	%		68,0	121,0	82,8	63,0
Actividades						
Pareceres jurídicos (para as autarquias locais)	Nº		240	139	131	
Contratos Programa - autarquias locais - Aprovados	Nº		3	0	3	
Contratos Programa - autarquias locais - Em execução)	Nº		57	13	9	
QUAR						
Grau de Cumprimento Global	%		154	174	230	188
Grau de Cumprimento de Objectivos de Qualidade	%		11	28	123	100
Grau de Cumprimento de Objectivos de Eficácia	%		129	135	134	275
Grau de Cumprimento de Objectivos de Eficiência	%		14	11	460	100
Índice de Concretização de Meios Humanos (1)	%		102	75	66	
Índice de Concretização de Meios Financeiros (1)	%		82	93	109	118
Índice de Produtividade (2)	%		151	232	348	
Índice de Custo-Eficácia (3)	%		53	53	47	63

Fonte: Relatórios de Actividades, Relatórios de Auto-avaliação e QUAR de 2008

(ID) = Dirigentes/Total de Pessoal

(IT) = (Dirigente+Técnico Superior)/Total de Pessoal

(1) (Executados/Planeados)

(2) Avaliação Global/Meios Humanos (Executados/Planeados)

(3) Recursos Financeiros (Executados/Planeados)/Avaliação Global

Ainda neste contexto referem-se algumas menções que pela sua natureza, evidenciam resultados muito positivos relativamente ao excelente desempenho da organização ao nível dos diversos serviços prestados, dos quais destacamos os seguintes:

Concurso de Boas Práticas MAOT 2010/2011.

Foi com grande satisfação que a CCDRALentejo recebeu o certificado de Menção Honrosa do 1.º Fórum de Boas Práticas MAOT com o projecto “Autorização e Comunicação prévia online das acções e usos na REN” que decorreu no dia 4 de Março, nas instalações do Instituto Superior de Ciências Sociais de Políticas, no Pólo Universitário do Alto da Ajuda, sito na Rua Almerindo Lessa, em Lisboa. O referido prémio foi atribuído pela Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e constitui-se como uma prática a ser implementada noutros serviços.

Reconhecimento do Município de Santiago do Cacém

O Município de Santiago do Cacém apresentou um agradecimento expresso à CCDRALentejo relativamente à excelente colaboração demonstrada pela Direcção de Serviços, do Ordenamento do Território, quanto à celeridade na emissão de parecer respeitante à adopção de Medidas Preventivas no âmbito da revisão do seu Plano Director Municipal, o que viabilizou a possibilidade da empresa intermunicipal AMBILITAL apresentar uma candidatura ao QREN, em tempo útil.

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Lei Nº 60/2007)

Regime Jurídico da Ren (Dec-Lei Nº 166/2008 e Portaria Nº 1356/2008)

No âmbito dos regimes jurídicos acima referidos, considerou a CCDR oportuno promover a realização de sessões de trabalho com os técnicos das autarquias que acompanham estas temáticas, no sentido de esclarecer quaisquer dúvidas existentes e de uniformizar procedimentos. De uma forma geral, a maioria dos técnicos das Câmaras Municipais, demonstrou especial interesse nas matérias abordadas, tendo estas suscitado como questões mais frequentes, relativamente ao RJUE, a forma de instrução correcta dos processos, o processamento da cobrança de taxas exigidas pelas diferentes entidades e a articulação das diferentes etapas quando é utilizada a plataforma digital. No que se refere ao regime jurídico da REN, foram sobretudo as acções relativas à edificação nas tipologias de sistemas desta condicionante que suscitou maior pedido de esclarecimentos. Foi considerado, por parte dos técnicos das câmaras que assistiram às sessões, que estas

foram da maior utilidade para o trabalho que desenvolvem, manifestando disponibilidade para participar em outras acções temáticas que venham a ser organizadas no mesmo âmbito.

Reconhecimento da Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE)

No ano de 2010, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo recebeu por parte da Associação das Regiões Fronteiriças Europeias, um certificado de reconhecimento, no âmbito do evento AEBR Award “Sail of Papenburg” 2010, que se destina a distinguir os melhores projectos ligados à cooperação entre regiões fronteiriças europeias. Este prémio foi atribuído como reconhecimento pelo especial empenho da CCDRALentejo na cooperação entre regiões fronteiriças europeias nomeadamente na cooperação Alentejo -Extremadura (Portugal, Espanha).

Encontram-se em anexo ao presente relatório cópias dos documentos que evidenciam o que atrás foi exposto.

9 GRAU DE SATISFAÇÃO DOS “STAKEHOLDERS” INTERNOS

A Comissão de Coordenação da Região do Alentejo continua a considerar muito importante a opinião dos seus colaboradores como motivação para uma progressiva melhoria da qualidade do ambiente de trabalho. Neste contexto foi efectuado também em 2010 um inquérito para avaliação da satisfação de todos os colaboradores. permitindo assim, simultaneamente, a **audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores quanto à auto-avaliação do serviço**

Entre os dias 7 e 12 do mês de Abril, foi possível que todos os colaboradores pudessem manifestar o seu grau de satisfação face aos cinco grupos de questões considerados como mais importantes para a avaliação pretendida. Foi efectuado o apuramento das respostas, tendo sido obtidos os resultados constantes dos quadros e gráficos que apresentamos neste capítulo.

Universo de inquiridos:

Todos os funcionários e colaboradores da CCDRALentejo, incluindo os dos Serviços Sub-regionais de Portalegre, Beja e Alentejo Litoral, bem como todos os funcionários afectos ao Programa Operacional INALENTEJO.

Metodologia de distribuição e recolha do questionário:

Foi distribuído um “e-mail” informando todos os colaboradores da solicitação em causa. O texto dava referência do endereço de acesso ao questionário e solicitava que cada colaborador submetesse a sua resposta após o seu correcto preenchimento.

Metodologia de tratamento da informação:

O tratamento da informação foi realizado em programa específico de análise de dados (SPSS), com utilização de estatísticas descritivas simples.

A análise foi desagregada em duas categorias de inquiridos:

- Dirigentes
- Não dirigentes

Resultados:

As perguntas contidas no questionário permitiam cinco níveis de resposta, classificados de um a cinco, sendo a pontuação máxima aquela que corresponde à opinião mais favorável. O resultado de cada respondente é igual à média dos valores obtidos nas diferentes respostas válidas.

Posteriormente, foram calculadas as proporções de respostas para cada um dos cinco níveis, com o objectivo de conhecer a percentagem de respostas contidas no nível quatro, tal como se encontra previsto no indicador de avaliação do grau de satisfação dos “stakeholders” internos (colaboradores), previsto no Quadro de Avaliação e Responsabilização para o ano de 2010.

Cronograma

O questionário decorreu entre os dias 7 e 12 de Abril de 2011, reportando-se ao ano de 2010:

CCDR Alentejo - Inquérito de Satisfação aos Funcionários e Colaboradores

É muito importante para esta organização, conhecer o grau de satisfação dos seus funcionários e colaboradores face às suas necessidades e expectativas. Para isso, solicita-se o preenchimento deste questionário, ao qual se agradece que responda com sinceridade, seguindo as instruções abaixo indicadas. As respostas são anónimas, confidenciais e não serão objecto de tratamento individual. A sua resposta ajudará a melhorar a nossa organização. Obrigado pela sua colaboração

IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Trabalhador dirigente
Trabalhador não dirigente

1. Avaliação da situação profissional

<i>1= Discordo totalmente 2 = Discordo parcialmente 3= Concordo 4 = Concordo muito 5= Concordo em Absoluto</i>	1	2	3	4	5
1. Sinto-me realizado(a) com as funções exercidas	<input type="checkbox"/>				
2. A organização faz um bom aproveitamento das minhas competências	<input type="checkbox"/>				
3. Tenho as condições materiais necessárias para exercer as minhas funções	<input type="checkbox"/>				
4. A flexibilidade de horário permite conciliar o trabalho com a vida familiar e outros assuntos	<input type="checkbox"/>				
5. Tenho uma ideia muito clara do que a organização espera de mim	<input type="checkbox"/>				

2. Avaliação do funcionamento do serviço / departamento

<i>1= Discordo totalmente 2 = Discordo parcialmente 3= Concordo 4 = Concordo muito 5= Concordo em Absoluto</i>	1	2	3	4	5
6. Considero o meu serviço / departamento bem organizado	<input type="checkbox"/>				
7. Participo em reuniões periódicas sobre avaliação e/ou fixação de objectivos para o serviço	<input type="checkbox"/>				
8. Grande parte do meu trabalho é desenvolvido em equipa	<input type="checkbox"/>				
9. O responsável pelo meu serviço promove a motivação dos colaboradores	<input type="checkbox"/>				
10. O meu relacionamento profissional com os colegas é excelente	<input type="checkbox"/>				

3. Avaliação da política de recursos humanos

<i>1= Discordo totalmente 2 = Discordo parcialmente 3= Concordo 4 = Concordo muito 5= Concordo em Absoluto</i>	1	2	3	4	5
11. A organização proporciona-me boa formação profissional.	<input type="checkbox"/>				
12. A aplicação do sistema de avaliação na minha organização recompensa o mérito	<input type="checkbox"/>				
13. A afectação dos recursos humanos tem em conta as competências individuais.	<input type="checkbox"/>				
14. A organização proporciona-me qualidade de vida (boa cantina, estacionamento, creche, ginásio, apoio médico,...).	<input type="checkbox"/>				
15. São-me proporcionadas oportunidades para ganhar novas competências.	<input type="checkbox"/>				

4. Avaliação do envolvimento com a organização

<i>1= Discordo totalmente 2 = Discordo parcialmente 3= Concordo 4 = Concordo muito 5= Concordo em Absoluto</i>	1	2	3	4	5
16. A minha experiência aumenta as minhas perspectivas.	<input type="checkbox"/>				
17. Tenho autonomia para tomar decisões.	<input type="checkbox"/>				
18. Sinto-me motivado(a) para novos desafios profissionais	<input type="checkbox"/>				
19. Sinto-me respeitado(a) como pessoa e como profissional	<input type="checkbox"/>				
20. Sinto-me bem informado(a) sobre a estratégia e o que se passa na organização	<input type="checkbox"/>				

5. Avaliação global da organização

<i>1= Discordo totalmente 2 = Discordo parcialmente 3= Concordo 4 = Concordo muito 5= Concordo em Absoluto</i>	1	2	3	4	5
21. A minha organização é bem gerida	<input type="checkbox"/>				
22. A articulação entre as diferentes unidades da organização é boa.	<input type="checkbox"/>				
23. A comunicação dentro da organização é fluente e permite-me estar sempre bem informado.	<input type="checkbox"/>				
24. Considero que os utentes da organização estão muito satisfeitos	<input type="checkbox"/>				
25. Orgulho-me de fazer parte da organização	<input type="checkbox"/>				

Inquérito à satisfação dos funcionários da CCDR Alentejo Ficha técnica

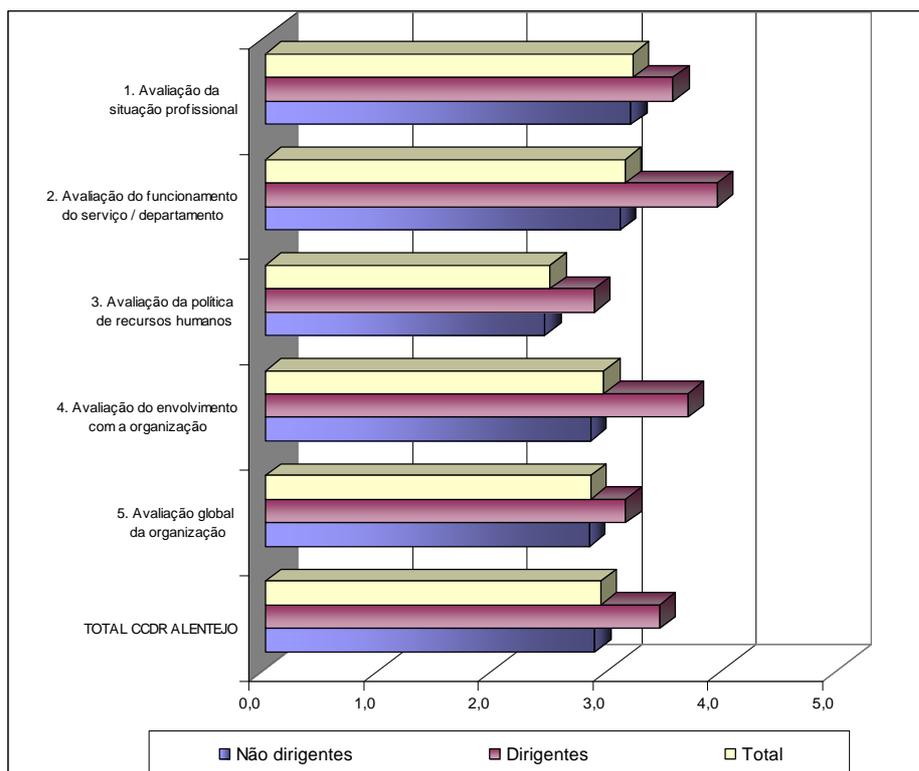
DESIGNAÇÃO	Valor Absoluto	%
Universo	214	100
Respostas	125	58,4
Respostas Validas	124	57,9
Branco	0	0,0
Nulos	1	0,5
Não Respostas	89	41,6
Trabalho de campo realizado entre 7 e 12 de Abril de 2011		

RESULTADOS ESTATÍSTICOS

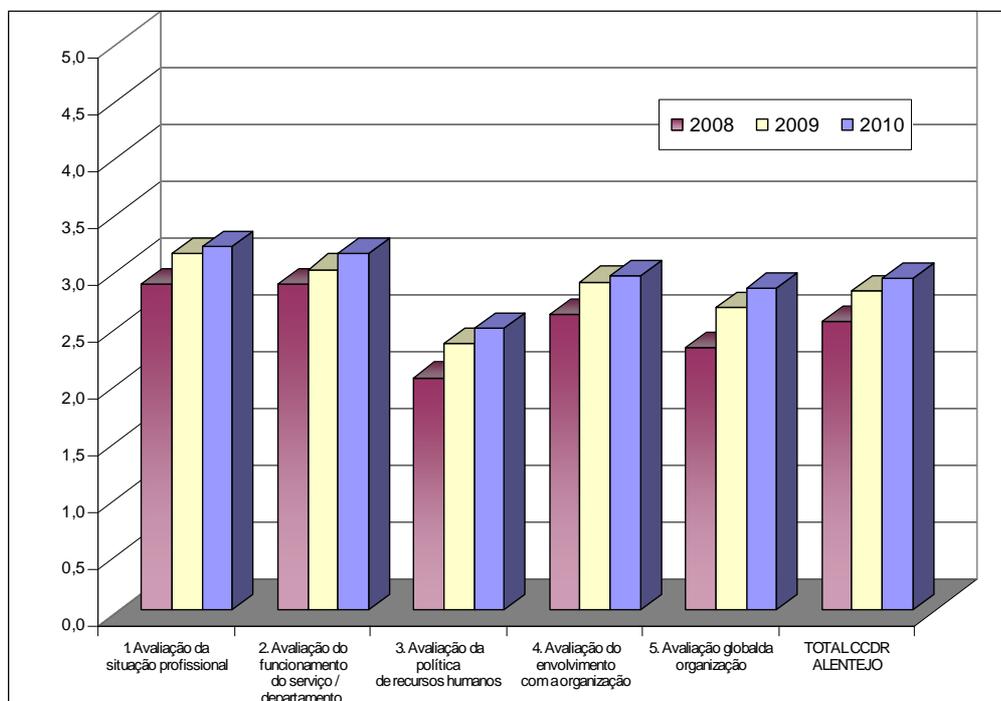
INQUÉRITO AOS COLABORADORES - Dirigentes						
Questões	Nível 1 Discordo totalmente %	Nível 2 Discordo parcial- mente %	Nível 3 Concordo %	Nível 4 Concordo muito %	Nível 5 Concordo em Absoluto %	Média escala 1 a 5
1. Avaliação da situação profissional	7,1	4,7	29,4	43,5	15,3	3,6
2. Avaliação do funcionamento do serviço / departamento	2,4	2,4	22,4	44,7	28,2	3,9
3. Avaliação da política de recursos humanos	7,1	28,2	36,5	27,1	1,2	2,9
4. Avaliação do envolvimento com a organização	3,5	3,5	37,6	31,8	23,5	3,7
5. Avaliação global da organização	3,5	18,8	45,9	23,5	8,2	3,1
TOTAL - Dirigentes - CCDR ALENTEJO	4,7	11,5	34,4	34,1	15,3	3,44

INQUÉRITO AOS COLABORADORES - Não Dirigentes						
Questões	Nível 1 Discordo totalmente %	Nível 2 Discordo parcial- mente %	Nível 3 Concordo %	Nível 4 Concordo muito %	Nível 5 Concordo em Absoluto %	Média escala 1 a 5
1. Avaliação da situação profissional	6,2	18,3	36,8	28,4	10,4	3,2
2. Avaliação do funcionamento do serviço / departamento	8,1	22,5	35,1	20,7	13,6	3,1
3. Avaliação da política de recursos humanos	18,0	34,3	35,8	9,4	2,5	2,4
4. Avaliação do envolvimento com a organização	13,6	24,7	33,8	20,5	7,4	2,8
5. Avaliação global da organização	8,6	32,3	33,8	18,3	6,9	2,8
TOTAL - Não Dirigentes - CCDR ALENTEJO	10,9	26,4	35,1	19,5	8,1	2,88

INQUÉRITO AOS COLABORADORES - RESULTADOS ESTATÍSTICOS
Valores médios numa escala de 1 a 5 valores



INQUÉRITO AOS COLABORADORES - 2008, 2009 e 2010 - RESULTADOS ESTATÍSTICOS
Valores médios numa escala de 1 a 5 valores



TERCEIRA PARTE – BALANÇO SOCIAL

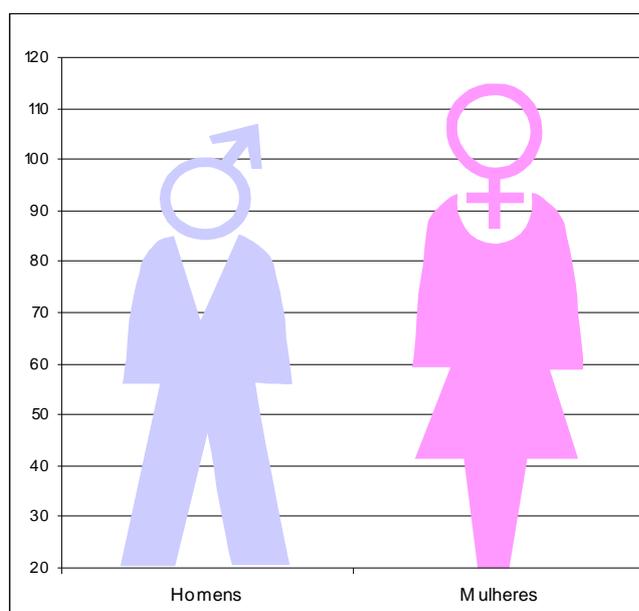
1 SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL

Efectivos segundo o sexo

A repartição de género dos recursos humanos apresenta-se equilibrada com ligeira maioria para as mulheres, que viram a sua proporção ligeiramente aumentada desde o último ano, derivada à redução de 2 homens (51,8 vs 51.3%). A Comissão de Coordenação da Região do Alentejo apresenta assim um bom equilíbrio quanto à proporcionalidade na igualdade de género. contribuindo também desta forma para a Estratégia de Modernização da Administração Pública

Efectivos segundo o sexo

Sexo	Valor	%
Homens	107	48,2
Mulheres	115	51,8
Total	222	100,0



Efectivos segundo a idade

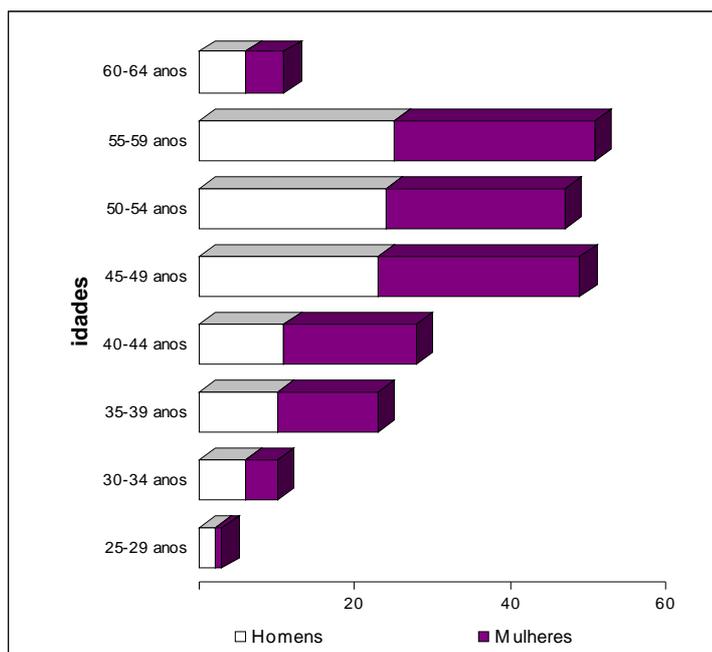
A estrutura etária dos recursos humanos caracteriza-se por um elevada idade média.(58 anos). A classe modal nos homens situa-se nos 55-59 anos (23.4%), enquanto que nas mulheres as idades com mais ocorrências situam-se nos 45-49 anos (22.6%) e simultaneamente nos 55-59 anos (22.6%)..

Efectivos segundo a estrutura etária

Idades	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
25-29 anos	2	1,9	1	0,9	3	1,4
30-34 anos	6	5,6	4	3,5	10	4,5
35-39 anos	10	9,3	13	11,3	23	10,4
40-44 anos	11	10,3	17	14,8	28	12,6
45-49 anos	23	21,5	26	22,6	49	22,1
50-54 anos	24	22,4	23	20,0	47	21,2
55-59 anos	25	23,4	26	22,6	51	23,0
60-64 anos	6	5,6	5	4,3	11	5,0
Total	107	100,0	115	100,0	222	100,0

Nos sexos reunidos, a classe modal situa-se, à semelhança do que se verifica nos homens e nas mulheres, nos 55-59 anos (23.0%)

A idade média é elevada (49 anos), valor idêntico para os homens e para as mulheres.



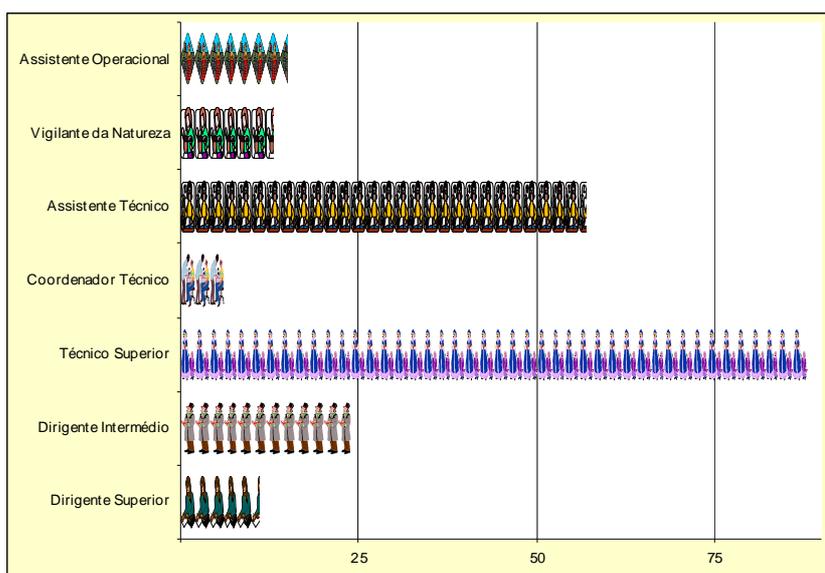
Efectivos segundo o grupo profissional.

A estrutura das qualificações aponta para um elevado grau de qualificações profissionais, com preponderância para a carreira técnica superior (39.6%), seguida a distância considerável pelos assistentes técnicos (25.7%) e pelos dirigentes intermédios (10.8%).

Efectivos segundo o grupo profissional.

Grupo de Pessoal	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Dirigente Superior	6	5,6	5	4,3	11	5,0
Dirigente Intermédio	14	13,1	10	8,7	24	10,8
Técnico Superior	43	40,2	45	39,1	88	39,6
Coordenador Técnico	1	0,9	5	4,3	6	2,7
Assistente Técnico	16	15,0	41	35,7	57	25,7
Vigilante da Natureza	12	11,2	1	0,9	13	5,9
Assistente Operacional	8	7,5	7	6,1	15	6,8
Informático	7	6,5	1	0,9	8	3,6
Total	107	100,0	115	100,0	222	100

Esta estrutura é semelhante no contexto dos sexos, tanto nos homens como nas mulheres o maior grupo enquadra-se na carreira técnica superior (40.2 e 39.1 % respectivamente), com diferenças no segundo grupo com maior importância, que nos homens e nas mulheres se encontra nos assistentes técnicos (15.0%), enquanto que, nas mulheres, (35.7%), grupo com uma importância bastante significativa, proporção próxima daquela que é assumida pelas técnicas superiores. A percentagem de mulheres na categoria de técnica superior subiu ligeiramente face ao ano passado (39,1% vs 38,6%).



Efectivos segundo o grau de escolaridade e sexo

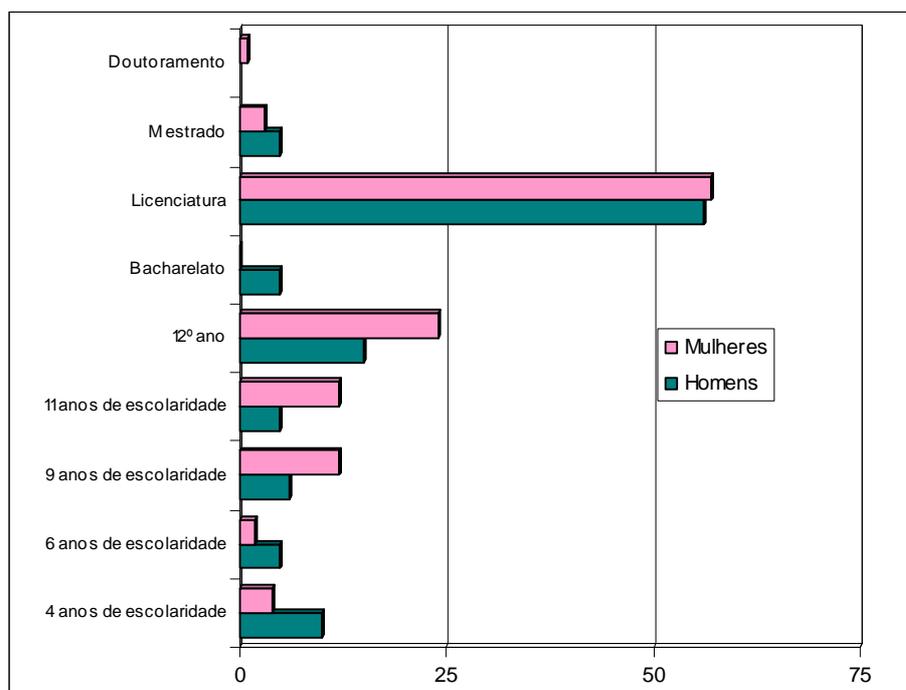
Naturalmente que a estrutura profissional sustenta-se nas qualificações escolares dos recursos humanos, onde o maior grupo é representado pelos licenciados (50.9 %), e pelos detentores de mestrados (3.6%).

Com um segundo nível de importância, aparece o grupo de profissionais com 12 anos de escolaridade (17.6%).

Efectivos segundo o grau de escolaridade e sexo

Nível de escolaridade	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
4 anos de escolaridade	10	9,3	4	3,5	14	6,3
6 anos de escolaridade	5	4,7	2	1,7	7	3,2
9 anos de escolaridade	6	5,6	12	10,4	18	8,1
11 anos de escolaridade	5	4,7	12	10,4	17	7,7
12º ano	15	14,0	24	20,9	39	17,6
Bacharelato	5	4,7	0	0,0	5	2,3
Licenciatura	56	52,3	57	49,6	113	50,9
Mestrado	5	4,7	3	2,6	8	3,6
Doutoramento		0,0	1	0,9	1	0,5
Total	107	100,0	115	100,0	222	100

Esta estrutura é muito semelhante em ambos os sexos, embora os homens apresentem um grupo ligeiramente maior de níveis de escolaridade superiores, mas também de recursos humanos com níveis de escolaridade inferiores a 6 anos.



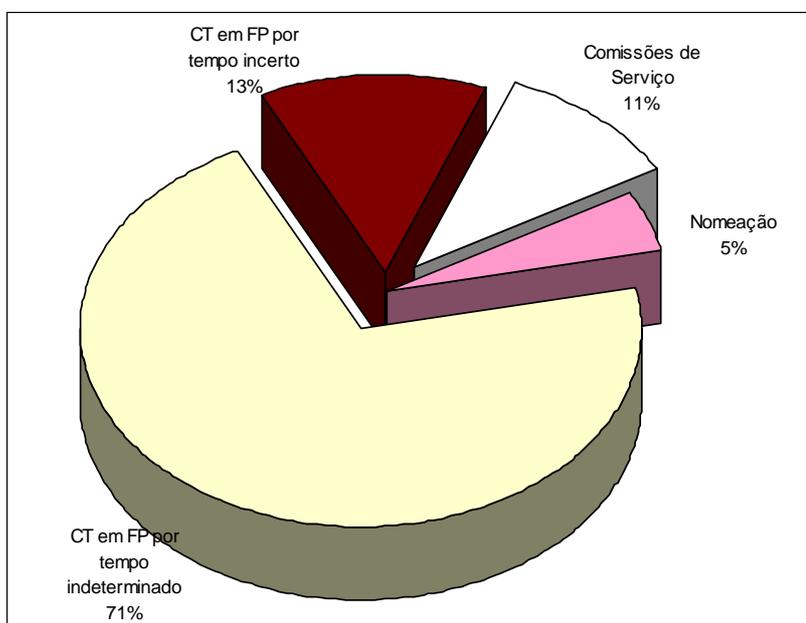
Efectivos segundo a relação jurídica com o emprego

A grande maioria dos recursos humanos da CCDRALentejo apresenta uma relação jurídica baseada num contexto de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (71.2%).

Dos restantes tipos possíveis de vinculação dos recursos humanos, referência para os Contratos de Trabalho em Funções Públicas por Tempo incerto, que ascendem a um número próximo dos 13%. As Comissões de Serviço situam-se próximas dos 11%.

Efectivos segundo a relação jurídica com o emprego

Relação Jurídica	HM	%
Nomeação	11	5,0
CT em FP por tempo indeterminado	158	71,2
CT em FP por tempo incerto	29	13,1
Comissões de Serviço	24	10,8
Total	222	100,0



Efectivos segundo a antiguidade na função pública

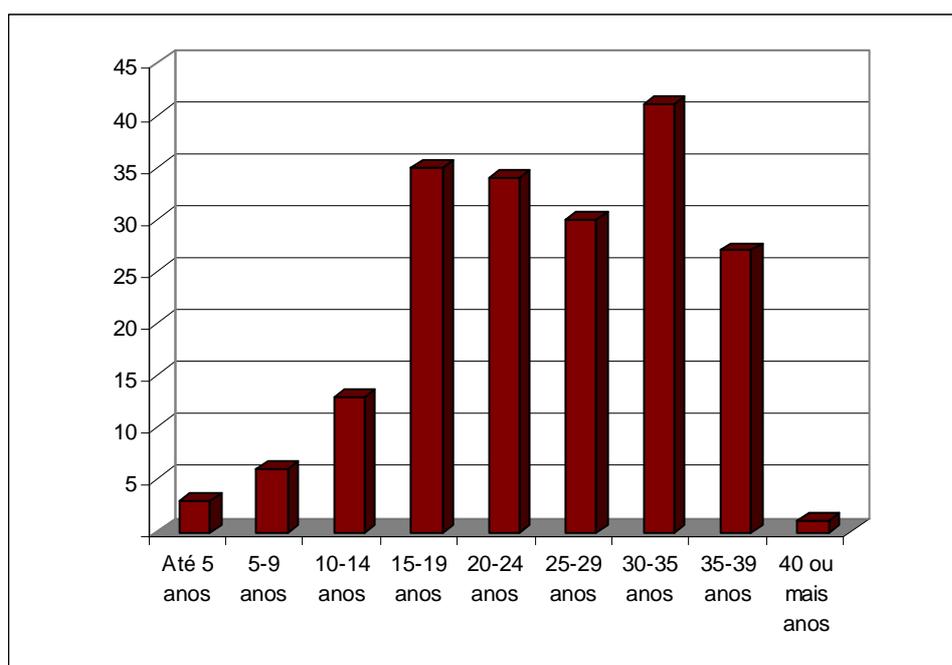
A elevada idade média dos recursos humanos reflecte-se também na antiguidade que os funcionários detêm na função pública. Mais de metade dos funcionários (63.7%) registam mais de 30 anos de antiguidade no trabalho para a administração pública. Esta situação revela que a organização possui recursos humanos com um bom nível de experiência em funções públicas, podendo constituindo-se este factor como um bom aporte para o resultado alcançado quanto à satisfação dos “stakeholders” externos.

Efectivos segundo a antiguidade na função pública

Antiguidade na Função Pública	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Até 5 anos	2	2,1	1	1,1	3	1,6
5-9 anos	4	4,2	2	2,1	6	3,2
10-14 anos	8	8,4	5	5,3	13	6,8
15-19 anos	15	15,8	20	21,1	35	18,4
20-24 anos	15	15,8	19	20,0	34	17,9
25-29 anos	12	12,6	18	18,9	30	15,8
30-35 anos	26	27,4	15	15,8	41	21,6
35-39 anos	12	12,6	15	15,8	27	14,2
40 ou mais anos	1	1,1	0	0,0	1	0,5
Total	95	100,0	95	100,0	190	100

Obs: Existem efectivos que não têm nível de antiguidade por terem CTFP a termo resolutivo incerto

O grupo com maior importância situa-se nos 30 a 35 anos, com mais de 1/5 dos funcionários (21.6%), enquanto que cerca de 5% têm menos de 10 anos de antiguidade.



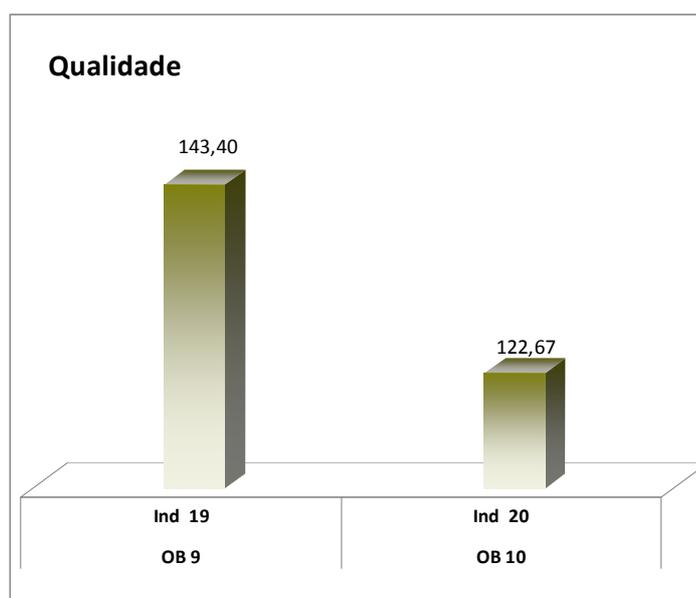
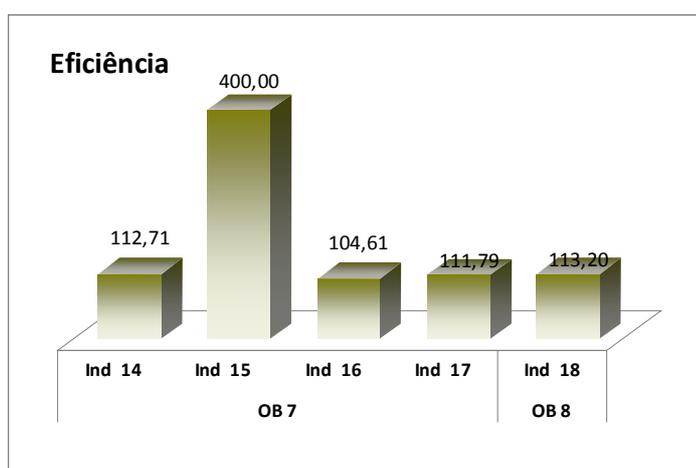
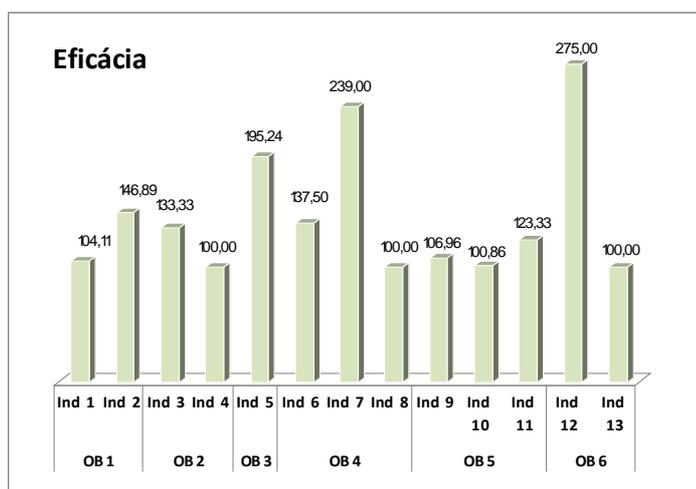
QUARTA PARTE – AVALIAÇÃO FINAL

2 APRECIÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Avaliação - Objectivos e Indicadores							
Avaliação			Avaliação por objectivo				
		Indicadores	Objectivo	Quantitativa	Qualitativa com critério de superação	Peso	Relevante
Eficácia	ind 1	104,1%	Objectivo 1	121,2%	Superado	10%	
	ind 2	146,9%					
	ind 3	133,3%	Objectivo 2	116,7%	Atingido	10%	
	ind 4	100,0%					
	ind 5	195,2%	Objectivo 3	195,2%	Superado	15%	
	ind 6	137,5%	Objectivo 4	170,6%	Superado	30%	Sim
	ind 7	239,0%					
	ind 8	100,0%					
	ind 9	107,0%	Objectivo 5	109,4%	Atingido	20%	
	ind 10	100,9%					
	ind 11	123,3%					
	ind 12	275,0%	Objectivo 6	187,5%	Superado	15%	
	ind 13	100,0%					
Eficiência	ind 14	112,7%	Objectivo 7	168,3%	Superado	80%	Sim
	ind 15	400,0%					
	ind 16	104,6%					
	ind 17	111,8%					
	ind 18	113,2%	Objectivo 8	113,2%	Superado	20%	
Qual.	ind 19	143,4%	Objectivo 9	143,4%	Superado	30%	
	ind 20	122,7%	Objectivo 10	122,7%	Superado	70%	Sim

PARAMETROS

AVALIAÇÃO GLOBAL					
Eficácia		Eficiência		Qualidade	
Ponderação	45%	Ponderação	25%	Ponderação	30%
69,42%		39,31%		38,67%	



AVALIAÇÃO FINAL DA CCDR ALENTEJO		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
147,4%		

Face aos resultados alcançados e aqui apresentados e com base na Lei 66-B/2007 de 28-12 nomeadamente no ponto 1 do seu Artigo 18º, propõe-se para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a menção de **Desempenho Bom**, como avaliação qualitativa, sustentada numa avaliação final alcançada, que superou em boa medida o cumprimento normal exigido (**147,4%**)

Parece-nos de justiça a classificação proposta baseada na superação de 8 dos 10 objectivos, na concretização da implementação da Unidade Interna de Controlo, no reforço da fiabilidade dos sistemas de informação, bem como no resultado obtido quanto à apreciação do nível de envolvimento dos dirigentes e quanto à apreciação por parte dos utilizadores externos.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, entende reunir as condições de desempenho exigidas para vir a alcançar uma distinção de mérito através de um reconhecimento de **Desempenho Excelente**, atendendo aos seus resultados e reconhecimento dos mesmos, pelos seus parceiros.

2.1 Conclusões Prospectivas

Os bons resultados alcançados no ano de 2010 tornam-nos orgulhosos enquanto instituição e enquanto equipa. Existe a noção de que é sempre possível fazer melhor e é baseado nesse conceito que prospectivamos para 2011 melhorias a diversos níveis.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo tem vindo ao longo destes dois últimos anos a desenvolver esforços no que respeita á modernização dos seus sistemas de informação e procedimentos processuais. Esta implementação tem sido gradual pois foi implementado o novo Sistema de Gestão Documental, estará em 2011 implementado também um novo sistema que envolve a reengenharia de processos. A aplicação instalada em 2010 veio trazer à organização uma significativa economia em consumo de papel pois toda a gestão documental está agora assente em suporte digital. A nova aplicação acrescentará a vantagem da sistematização dos processos, reduzindo o seu número e tornando o seu tratamento mais expedito e eficaz.

O exercício de planeamento estratégico da CCDRALentejo terá um novo contributo no exercício de 2011. Pretende-se reforçar o contributo e envolvimento de todas os dirigentes neste trabalho, com vista a promover mais participação e envolvimento das diversas Unidades Orgânicas nas linhas estratégicas a desenvolver, intensificando o alinhamento dos objectivos com vista à continuação da obtenção de excelentes resultados.

ANEXO I - AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE CADA UNIDADE ORGÂNICA

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES - DSDR

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Elaboração de contributos para o QUAR, o Plano de Actividades e o Relatório de Actividades	Documentos prontos	100	85	85	100	100	DSDR
Reforço da comunicação entre Unidades Orgânicas	Levantamento de fluxos entre Unidades Orgânicas	30	135	135	100	100	DSDR
	Elaboração de documento síntese com elaboração de estratégias para melhoria da comunicação	40	165	165	100		
	Avaliação das estratégias implementadas com vista á melhoria da Comunicação	30	319	319	100		
Análise da componente socioeconómica e de acessibilidades e logística regional em instrumentos de gestão territorial(PROT, PDMs e PPs)	Pareceres emitidos dentro dos prazos	100	80	80	100	100	DSDR
Análise da componente socioeconómica e de acessibilidades em estudos de impacte ambiental e planos e programas de investimento	Pareceres emitidos dentro dos prazos	100	80	83	104	104	DSDR
O sector do turismo regional no período 2000 / 2009 no quadro dos instrumentos de apoio financeiros existentes	Elaboração de estudo	100	304	0	0	0	DSDR
Rede regional de oferta formativa	Dinamização da parceria	20	120	75	138	108	DSDR
	Realização de um Workshop no âmbito do projecto " Rede Regional de Oferta Formativa"	80	350	347	101		
Matriz input / output da região	Candidatura ao INALENTEJO	20	74	74	100	20	DSDR
	Relatório de identificação dos factores estruturais da base produtiva regional	80	183	0	0		
ALENTEJO: Contexto regional e oportunidades	Workshop "Valorizar e tornar mais competitiva a região Alentejo / Oportunidades e estratégia no horizonte Europa 2020"	50	130	147	87	91	DSDR
	Relatório técnico de relevância regional	50	334	350	95		

Monitorização da aplicação dos fundos comunitários na região	Elaboração de relatório	100	334	324	103	103	DSDR
Apreciação do mérito regional das candidaturas aos Sis	Pareceres emitidos dentro dos prazos	100	90	100	111	111	DSDR
Monitorização das candidaturas apresentadas aos Sis no contexto da economia e da competitividade da região	Elaboração de relatório semestral	100	30	34,5	85	85	DSDR
Apreciação e acompanhamento físico de projectos (programa de equipamentos, contratos programas, bibliotecas municipais, PIQTUR, etc.)	Relatórios de análise/accompanhamento elaborados no prazo de 15 dias úteis	100	90	100	111	111	DSDR
Acompanhamento regional do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas - Obras	Relatórios de análise/accompanhamento elaborados no prazo de 15 dias úteis	50	90	80	89	123	DSDR
	Relatório semestral	50	30	13	157		
Dinamização e acompanhamento dos 7 PROVEREs aprovados na região	Reuniões com entidades líder	20	14	21	150	115	DSDR
	Relatórios trimestrais de acompanhamento	50	45	41,87	107		
	Relatório anual de avaliação	30	273	256	106		
Avaliação Global DSDR						90,8	

Justificação de Desvios – DSDR

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DSDR	Matriz input / output da região	20,0	A meta era de 183 dias após a aprovação da candidatura. A candidatura não foi aprovada no INAlentejo durante o ano de 2010.
DSDR	O sector do turismo regional no período 2000 / 2009 no quadro dos instrumentos de apoio financeiros existentes	0,0	Não foi iniciado por motivo de doença do técnico que efectuará o estudo

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES - DSOT

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Participação nas reuniões técnicas a realizar	reuniões realizadas com os parceiros	50	100	100	100	100	DSOT
	Propostas no âmbito do cronograma aprovado	50	100	100	100		
Participação nas reuniões técnicas a realizar	reuniões realizadas com os parceiros	50	100	100	100	102	DSOT
	Proposta técnica interna de trabalho a desenvolver no âmbito do Programa na sequência da respectiva aprovação	50	273	260	105		
Dinamizar a aplicação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação	Sessões realizadas	50	4	4	100	115	DSOT
	Participação das autarquias	50	75	97	129		
Elaboração de documento com a descrição da arquitectura e funcionalidades do sistema de monitorização do PROTA	Elaboração de documento com a descrição da arquitectura e funcionalidades do sistema de monitorização do PROTA	100	365	349	104	104	DSOT
Análise e emissão de pareceres sobre definições de âmbito e Relatórios Ambientais dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica e de Estudos de Impacte Ambiental de projectos	Pareceres produzidos	100	100	100	100	100	DSOT
Gestão corrente da RAN e REN;	Taxa de processos apreciados	100	95	100	105	105	DSOT
Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	Taxa de processos apreciados	100	95	100	105	105	DSOT

Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	Redução em 5% do prazo médio de emissão de pareceres face ao ano anterior.	50	5	5	100	101	DSOT
	Assegurar em 98% a presença para as reuniões para que a Direcção de Serviços é convocada quando a presidência do acompanhamento não cabe à CCDR.	50	98	100	102		
Avaliação Global DSOT						104,1	

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – DSA

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Gestão dos processos de AIA enquanto Autoridade de AIA	Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100	90	100	100	100	168	D S A
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / Nº processos solicitados x100	10	10	78	780		
Colaboração com outras Autoridades de AIA	Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100	90	100	100	100	149	D S A
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / Nº processos solicitados x100	10	10	59	590		
Participação em processos de Avaliação Ambiental Estratégica	Nº processos respondidos/ nº total de processos solicitados x 100	100	90	90	100	100	D S A
Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100	90	100	100	100	167	D S A
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / Nº processos solicitados x100	10	10	77	770		
Participação no processo de licenciamento de pedreiras	Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100	90	100	100	100	177	D S A
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / Nº processos solicitados x100	10	10	87	870		
Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100	90	100	100	100	114	D S A
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / Nº processos solicitados x100	10	10	24	240		

Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	Somatório ponderado da taxa de eficiência de cada estação / Nº de estações*100 (sendo que o cálculo da Taxa de eficiência da estação = Somatório ponderado da Taxa de eficiência de cada parâmetro/ Nº de parâmetros da respectiva estação* 100)	100	90	85	94	94	DSA
Avaliação de mapas e planos de ruído	Nº de mapas de ruído e planos de ruído acompanhados/nº solicitações x 100	100	90	93	103	103	DSA
Implementação de processos de pós-avaliação em AIA	Nº processos de pós-avaliação em AIA implementados	100	5	5	100	100	DSA
Análise de relatórios exigidos em fase de licenciamento	% de análise de relatórios recebidos (PCIP, pedreiras, emissões para a atmosfera, ruído e resíduos)	100	75	82	109	109	DSA
Acompanhamento técnico e ou financeiro de protocolos/projectos da área da DSA	Despesa realizada em PIDDAC / despesa prevista em PIDDAC x 100	50	75	76,7	102	107	DSA
	Índice de respostas a solicitações externas	50	90	100	111		
Resposta a solicitações de parecer por parte do QREN	Nº de respostas / nº de solicitações x 100	100	100	100	100	100	DSA
Desenvolvimento da Estratégia de Actuação em Pedreiras e Locais Contaminados	Ações de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	50	3	4	133	117	DSA
	Ações de dinamização para intervenção em locais de deposição ilegal de resíduos	50	3	3	100		
Realização de acções de educação ambiental	Nº acções promovidas	50	3	0	0	56	DSA
	Nº contributos respondidos/ nº contributos solicitados x100	50	90	100	111		

Disponibilização online de processos para consulta pública	Nº de processos para consulta disponibilizados online/ nº total de processos para consulta existentes na DSA x 100	100	80	90	113	113	DSA
Disponibilização ao público de dados de qualidade do ar	Nº de dias em que o registo regional surge na base de dados nacional (ar) / nº de dias do ano (excepto domingos e feriados)	100	100	108	108	108	DSA
Sistematização de informação produzida ou disponível sobre ar, ruído e resíduos para o CODR	Actualização anual de informação relativa ao ano anterior	100	180	60	167	167	DSA
Avaliação Global D S A						120,5	

Justificação de Desvios - D S A

UO	Actividades	Resultado	Justificação
D S A	Gestão dos processos de AIA enquanto Autoridade de AIA	168,0	Tendo este indicador sido estabelecido também nas fichas individuais de todos os funcionários que trabalham nesta área, verificou-se um esforço para o seu cumprimento em todos os processos, independentemente da percentagem que seria necessária cumprir para a sua superação
	Colaboração com outras Autoridades de AIA	149,0	Tendo este indicador sido estabelecido também nas fichas individuais de todos os funcionários que trabalham nesta área, verificou-se um esforço para o seu cumprimento em todos os processos, independentemente da percentagem que seria necessária cumprir para a sua superação
	Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	167,0	Tendo este indicador sido estabelecido também nas fichas individuais de todos os funcionários que trabalham nesta área, verificou-se um esforço para o seu cumprimento em todos os processos, independentemente da percentagem que seria necessária cumprir para a sua superação
	Participação no processo de licenciamento de pedreiras	177,0	Tendo este indicador sido estabelecido também nas fichas individuais de todos os funcionários que trabalham nesta área, verificou-se um esforço para o seu cumprimento em todos os processos, independentemente da percentagem que seria necessária cumprir para a sua superação
	Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	114,0	Tendo este indicador sido estabelecido também nas fichas individuais de todos os funcionários que trabalham nesta área, verificou-se um esforço para o seu cumprimento em muitos processos, independentemente da percentagem que seria necessária cumprir para a sua superação
	Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	94,4	O indicador depende do bom funcionamento da rede de medição da qualidade do ar, que este ano se verificou abaixo da expectativa, devido a avarias nos analisadores, não resolvidas por falta de verbas destinadas a manutenção/conservação do equipamento, que se encontram, incorrectamente, previstas apenas em "despesas de funcionamento"
	Acompanhamento técnico e ou financeiro de protocolos/projectos da área da DSA	106,7	Realizado: € 133.124,56 Previsto: € 173.578, Ataxa de execução poderia ter sido superior caso a DSA tivesse procedido ao pagamento de toda a despesa cabimentada
	Realização de acções de educação ambiental	55,6	Não foram efectuadas quaisquer acções de educação ambiental da iniciativa da DSA por ausência de coordenação por parte da APA (que era suposto ocorrer) e devido à saída da CCDRA, em finais de Agosto, do técnico superior responsável por esta área
	Sistematização de informação produzida ou disponível sobre ar, ruído e resíduos para o CODR	166,7	Os dados relacionados com a produção de Resíduos Urbanos foram disponibilizados pelos vários Sistemas de Gestão logo no início do mês de Fevereiro, quer a pedido expresso da CCDRA, quer através da entrega dos Relatórios de Acompanhamento de elaboração obrigatória

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – DSAJAL

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e Suas Associações e Particulares	(Solicitações (candidaturas) resolvidas / Solicitações (candidaturas) apresentadas) * 100	50	90	92,31	103	107	DSAJAL
	(Processamentos de despesa executada / Processamentos de despesa entrada) * 100	50	90	100	111		
Análises Financeiras Regionais - Administração Local	Volume de informação analisada (municípios e suas associações) - (Prestações de contas analisadas / Prestações de contas entradas) * 100	25	98	100	102	118	DSAJAL
	Volume de informação analisada (freguesias) - (Prestações de contas analisadas / Prestações de contas entradas) * 100	50	35	46,61	133		
	Quota de execução do relatório - municípios	25	95	100	105		
Estudo do Impacto do POCAL nas Finanças Municipais	Quota de execução do estudo	100	25	25	100	100	DSAJAL
Validação entre as Prestações de Contas Municipais e o SIPOCAL (DGAL)	Compreende as fases de rastreio de erros, comunicação dos mesmos aos municípios e pedido à DGAL para colocar em elaboração os ficheiros a corrigir - (Nº de prestações analisadas / Nº de prestações apresentadas) * 100	100	95	100	105	105	DSAJAL
Tratamento da informação disponível das autarquias (área financeira e cooperação), pareceres jurídicos e contra-ordenações	Grau de execução da disponibilização da informação relativa à área financeira e da cooperação autárquica	70	85	100	118	119	DSAJAL
	Elaboração do quadro relativo à informação nas áreas dos pareceres jurídicos e das contra-ordenações	30	151	116	123		
Apoio Técnico às Autarquias Locais	Reduzir tempo de resposta dos pareceres jurídicos e contabilístico financeiros	40	1	20,6	-1860	-677	DSAJAL
	Grau de execução de pareceres (divulgação) - (pareceres executados / pareceres distribuídos)*100	20	90	100	111		
	Grau de execução dos pedidos (via telefone ou presencial) de informação e esclarecimento das autarquias ((respostas/solicitações *100)	40	90	100	111		

Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade Para as Autarquias Locais (POCAL)	(Nº de suportes de apoio ou esclarecimento elaborados ou participados / Nº de suportes de apoio ou esclarecimento solicitados) * 100	50	90	100	111	111	DSAJAL
	(Nº de solicitações respondidas / Nº de solicitações entradas) * 100	50	90	100	111		
Acompanhar os processos relativos à Administração Local (Fundo Social Municipal e Outros)	Grau de execução dos processos - (processos executados / processos em carteira)*100	100	65	89,5	138	138	DSAJAL
Realização de Sessões de informação para os Eleitos Locais (Municípios)	Nº de sessões realizadas	100	5	7	140	140	DSAJAL
Participação em reuniões	(Eventos participados / eventos realizados) * 100	100	95	100	105	105	DSAJAL
Elaboração de propostas	(Propostas elaboradas / propostas solicitadas) * 100	100	95	100	105	105	DSAJAL
Instrução de processos de Contra-Ordenação no âmbito do Ambiente e Conservação da Natureza	(Nº de processos instaurados / Nº de processos distribuídos) * 100	100	60	94	157	157	DSAJAL
Instrução de processos de Contra-Ordenação no âmbito do Ordenamento do Território	(Nº de processos instaurados / Nº de processos distribuídos) * 100	100	60	100	167	167	DSAJAL
Instrução de processos de Contra Ordenação	Reduzir o tempo de instrução dos processos de Contra-Ordenação	40	1	26,9	-2490	-928	DSAJAL
	(Nº notificações de Decisão / Nº de processos em instrução) * 100	60	40	45,28	113		

Elaboração de pareceres e esclarecimentos de natureza jurídica	Reduzir tempo de resposta dos processos	100	1	4,9	490	490	DSAJAL
Participação no Júri (DGAL, CCDR e outras Entidades) do Concurso	(Candidaturas analisadas / Candidaturas apresentadas) * 100	100	98	0	0	0	DSAJAL
Elaboração de pareceres e esclarecimentos de natureza jurídico aos Serviços da CCDRALentejo	(Nº de respostas / Nº Solicitações) *100	100	80	89	111	111	DSAJAL
Avaliação Global DSAJAL						27,5	

Justificação de Desvios – DSAJAL

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DSAJAL	Apoio Técnico às Autarquias Locais	-677,3	Meta não alcançada (Pareceres em 2009- 181 ; Pareceres em 2010 – 15). Existiram menos solicitações por parte das autarquias (especialmente na área contabilístico -f financeira); e optamos por direccionar mais a nossa atenção para os Pareceres para os S
	Instrução de processos de Contra-Ordenação	-928,1	Meta não alcançada (Decisões em 2009 – 83 ; Decisões em 2010- 65).Tivemos que fazer opções e racionalizar a nossa actividade (mais Pareceres para os Serviços e para o INALENTEJO).
	Participação no júri (DGAL, CCDR e outras Entidades) do Concurso	0,0	Projecto inactivo. Concurso não realizado. Não foram desenvolvidas quaisquer actividades ou acções. Não fomos informados pela DGAL.

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – DSF

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Formação na área dos Resíduos	Nº de formandos	100	4	4	100	100	DSF
Formação na área dos Resíduos	Nº de formandos	100	4	4	100	100	DSF
Formação na área dos Resíduos	Nº de formandos	100	2	2	100	100	DSF
Formação na área dos Resíduos	Nº de formandos	100	3	2	67	67	DSF
Formação na área dos Ordenamento do Território	Nº de formandos	100	4	6	150	150	DSF
Formação na área dos Ordenamento do Território	Nº de formandos	100	4	4	100	100	DSF
Formação na área do Ordenamento do Território	Nº de formandos	100	2	2	100	100	DSF
Formação na área do Ordenamento do Território	Nº de formandos	100	3	2	67	67	DSF

Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	Número de acções desenvolvidas	100	3	4	133	133	DSF		
Acção de dinamização para intervenção locais de deposição ilegal de resíduos	Número de acções desenvolvidas	100	3	3	100	100	DSF		
Acções de fiscalização em operadores de gestão de resíduos	Número de operadores fiscalizados	100	20	41	205	205	DSF		
Avaliação Global DSF						111,1			

Justificação de Desvios – DSF

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DSF	Formação na área dos Resíduos	66,7	O desvio verificado prende-se com o facto de se terem movimentado dois vigilantes da natureza, que efectuavam serviço em Évora, para os SSB, ficando Évora apenas com dois técnicos habilitados para o efeito. Assim sendo, a formação em causa, contemplou todo o efectivo sediado em Évora
	Formação na área do Ordenamento do Território	66,7	O desvio verificado prende-se com o facto de se terem movimentado dois vigilantes da natureza, que efectuavam serviço em Évora, para os SSB, ficando Évora apenas com dois técnicos habilitados para o efeito. Assim sendo, a formação em causa, contemplou todo o efectivo sediado em Évora
	Acções de fiscalização em operadores de gestão de resíduos	205,0	O presente desvio é justificado pelo facto de o nº de acções inicialmente programado não possuir ainda um referencial que o permitisse relacionar com a capacidade dos serviços. Veio-se a verificar contudo que, não só se conseguiu cumprir com o proposto mas superar substancialmente a meta fixada, o que se atribui, por um lado a uma programação e coordenação extremamente cuidada das acções a desenvolver, e por outro, à eficácia das equipas de fiscalização

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – DSCGAF

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Implementação do portal do trabalhador	Prazo de início de utilização do Portal	100	334	0	0	0	DSCGAF
Incremento das funcionalidades do sistema de gestão documental	Nº de novas funcionalidades introduzidas	100	2	4	200	200	DSCGAF
Implementação do sistema de pagamentos por multibanco	Prazo de implementação	100	181	187	97	97	DSCGAF
Organização dos Arquivos das unidades orgânicas	Redução do espaço ocupado pelos arquivos	50	5	5	100	50	DSCGAF
	Implementação do regulamento de arquivo	50	1	0	0		
Implementação de actividades de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	Contratação de serviços médicos	70	181	0	0	0	DSCGAF
	Implementação do regulamento de higiene saúde e segurança	30	181	0	0		
Implementação do Plano de Formação para os trabalhadores da CCDR Alentejo	Taxa de implementação do Plano de formação aprovado em candidatura ao POPH	60	100	0	0	161	DSCGAF
	Horas de Formação para além do Plano de Formação submetido a candidatura	40	100	402,3	402		
Assegurar o funcionamento integrado de todos os módulos das Aplicações de Gestão de Recursos Humanos, Gestão Orçamental e Aprovisionamento	Nº processamentos de despesas correntes e de capital iniciados no módulo de aprovisionamento	50	30	0	0	147	DSCGAF
	Nº de processamentos de despesas com o pessoal iniciados no módulo de Gestão de Recursos Humanos	50	20	58,8	294		

Aumentar o nível de mérito atribuído na aprovação das candidaturas	Nível Médio de Mérito relativo a todas as candidaturas apresentadas	100	3,5	3,75	107	107	DSCGAF
Aumentar o nível de eficácia na concretização dos projectos PIDDAC	Incremento na Taxa de execução do PIDDAC a 31/12/2010, face ao ano 2009	50	5	11	220	175	DSCGAF
	Nº reuniões acompanhamento do PIDDAC realizadas com os serviços responsáveis pelos projectos	30	12	15	125		
	Alcançar 40% da execução prevista para 4 Projectos PIDDAC	20	181	111	139		
Assiduidade e remunerações	Nível de fiabilidade dos serviços prestados = Nº Erros /Nº processamentos	100	5	4,54	109	109	DSCGAF
Gestão de carreiras	Nível de fiabilidade dos serviços prestados = Nº Erros /Nº processos	100	5	3,64	127	127	DSCGAF
Balanço Social	Prazo de conclusão	100	90	90	100	100	DSCGAF
Arquivo e expediente	Nível de fiabilidade dos serviços prestados = Nº de Erros/ Registos de entrada	100	5	4,76	105	105	DSCGAF
Gestão do Edifício sede e equipamentos	Nível de resposta = Prazo de resposta a 75% das solicitações	100	2	2	100	100	DSCGAF
Gestão do parque automóvel e deslocações	Taxa de cobertura das necessidades de deslocação = Nº solicitações satisfeitas/Nº total de solicitações	100	90	99	110	110	DSCGAF

Gestão do património e aprovisionamento	Regulamento de Inventário e Cadastro	25	1	0	0	0	DSCGAF
	% Bens móveis e imóveis geo-referenciados em levantamento de inventário	25	90	0	0		
	Redução do prazo entre o despacho inicial do processo e a data de adjudicação	50	10	0	0		
Gestão Orçamental	Apresentação mensal dos Pedidos de Libertação de Créditos	50	8	8	100	113	DSCGAF
	Actualização mensal de todos os sistemas de informação financeira e orçamental (Quidgest, SIC, SIGO e SIPIDDAC)	25	12	12	100		
	Redução do prazo médio de identificação da receita arrecadada	25	10	5	150		
Gestão da tesouraria	Reconciliações bancárias	50	10	10	100	100	DSCGAF
	Actualização mensal da aplicação de gestão de tesouraria em consonância com o sistema de homebanking	50	5	5	100		
Avaliação Global DSCGAF						100,0	

Justificação de Desvios – DSCGAF

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DSCGAF	Organização dos Arquivos das unidades orgânicas	50,0	Não foi possível a finalização do processo de aprovação do regulamento de arquivo atendendo à conclusão antecipada e por motivos alheios à CCDRA do estágio do técnico especializado em Biblioteca e Arquivo a quem tinha sido atribuída essa tarefa.
	Implementação do Plano de Formação para os trabalhadores da CCDR Alentejo	160,9	Não foi possível implementar qualquer acção de formação relativamente às acções aprovadas em Plano de Formação, dado que por condições técnicas da candidatura, esta teve que ser submetida a um processo de reprogramação técnica e temporal junto da entidade financiadora.
	Assegurar o funcionamento integrado de todos os módulos das Aplicações de Gestão de Recursos Humanos, Gestão Orçamental e Aprovisionamento	147,0	Não foi possível dar início à implementação do módulo de aprovisionamento
DSCGAF	Implementação do portal do trabalhador	0,0	Não foi possível concretizar a presente actividade, atendendo ao disposto no Despacho do Ministro das Finanças e da Administração Pública datado de 28-09-2010, que impediu a realização de novos compromissos e a liquidação de despesas no PIDDAC/2010, com efeitos directos a partir de Setembro de 2010.
	Implementação de actividades de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	0,0	Não foi possível concretizar a presente actividade, por falta de enquadramento orçamental em virtude dos fortes constrangimentos financeiros da CCDRA no ano de 2010 .
	Gestão do património e aprovisionamento	0,0	Não foi possível concretizar a presente actividade, por falta de enquadramento orçamental em virtude dos fortes constrangimentos financeiros da CCDRA no ano de 2010 .

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – DCI

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Apreciação, selecção de candidaturas e verificação e validação despesa	Candidaturas de projectos em articulação com STC realizadas em 45 dias após recepção das candidaturas enviadas pelo STC	30	45	32	129	137	DCI
	Auditorias documentais efectuadas	50	75	100	133		
	Tempo máximo dispendido na apreciação de alterações	20	5	2	160		
Participação nos órgãos de gestão do POCTEP	Preparar as reuniões e decisões as Comités territoriais das áreas de cooperação ACE e AAA e Comité de Gestão em 7 dias após a recepção de documentação necessária para o efeito	100	7	5	129	129	DCI
Informação e Publicidade	seminários, encontros	65	2	3	150	141	DCI
	noticias publicadas	35	4	5	125		
Contribuir para o encerramento do programa	Relatório apresentado	50	1	1	100	100	DCI
	Apreciação de relatórios de encerramento de projectos em 5 dias	50	5	5	100		
Preparar e elaborar exposição fotográfica sobre os projectos	Grau médio de satisfação dos visitantes numa escala entre 1 e 5	70	3	0	0	0	DCI
	Visitantes	30	200	0	0		
Participar na elaboração de um Plano Estratégico da EUROACE	Plano estratégico criado antes de 30 de Setembro de 2010	100	273	273	100	100	DCI
Implementação dos órgãos da EuroACE	Comissões sectoriais criadas	100	10	16	160	160	DCI
Informação e divulgação	Acções de publicidade e divulgação em papel e em suporte electrónico	100	2	8	400	400	DCI

Criação e Implementação do Observatório do EUROACE	Observatório criado antes de 30 de Setembro de 2010	100	273	273	100	100	DCI
Apoio a Micro iniciativas de Cooperação transfronteiriça	micro iniciativas apoiadas	100	3	6	200	200	DCI
Fomentar a aprendizagem de espanhol	cursos realizados	65	2	4	200	223	DCI
	participantes inscritos	35	30	80	267		
Elaboração e divulgação de produtos sobre a cooperação -Alentejo-Extremadura edição de folhetos, de livros, exposição	Obras publicadas	100	2	2	100	100	DCI
Preparação de proposta de Protocolo de Cooperação com a Junta da Andaluzia	Reuniões de preparação	20	2	2	100	260	DCI
	Documentos concluídos	80	1	3	300		
Participar na gestão do programa MED - Comité de Acompanhamento	Participar em reuniões da AUG MED,	55	2	3	150	128	DCI
	Número de parcerias efectivadas	45	1	1	100		
Divulgar informação sobre os programas de Cooperação Territorial Europeia	Número de actualização da pagina Web da CCDR Alentejo com informação pertinente relativa aos diversos Espaços de Cooperação Territorial Europeia	65	4	4	100	112	DCI
	Divulgação de Newsletters dos espaços de Espaços de CTE, em três dias após a recepção	35	3	2	133		
Melhoria da Intermodalidade e da Logística no Sudoeste Europeu	Realização de um estudo sobre as conexões logísticas do porto de Sines com a Plataforma Logística do Poceirão e com o novo Aeroporto de Lisboa, na óptica da valorização do corredor Badajoz Madrid	100	1	0	0	0	DCI

Sociedade e Participação cidadão	Realização de um encontro internacional de divulgação do Projecto	100	1	0	0	0	DCI
Publicidade Informação	Notícias publicadas na imprensa e revistas	100	3	0	0	0	DCI
Participação nas reuniões de implementação do Projecto	Realização do relatório da Participação no Seminário de Lançamento do Projecto	60	1	1	100	100	DCI
	Reformulação orçamental da participação da CCDR no projecto, realizada até 30 de Junho	20	181	180	101		
	Um encontro realizados em Évora até ao final do ano com pelo menos 10 parceiros	20	10	10	100		
Participação em organizações internacionais de que a CCDR é membro	Nº de reuniões de Assembleias Gerais, Bureaux políticos e Comitês Executivos participados	100	4	9	225	225	DCI
Elaboração dos relatórios de participação em organizações internacionais de que a CCDR é membro em 10 dias	Relatório Elaborado em 10 dias	100	10	10	100	100	DCI
Estruturação e representação da participação do Alentejo no evento de Bruxelas	Contactos internacionais por correio electrónico para estruturação da parceira inter-regional	30	20	20	100	115	DCI
	Desenho da temática e candidatura até 26/2/2010	10	57	57	100		
	Abrangência do Seminário em Bruxelas	60	80	100	125		
Representação do Alentejo no evento local 2010 - Alentejo	Evento local organizado em 15 dias a partir do encerramento do evento em Bruxelas	55	15	21	60	168	DCI
	Abrangência do Seminário local	45	50	150	300		
Elaboração de um boletim informativo alusivo à Cooperação, de carácter genérico, maioritariamente Transnacional, para divulgação por e-mail junto de entidades regionais do Alentejo ligadas ou com interesse nestas temáticas	Tiragem trimestral - 4 no ano de 2010 - Janeiro / Abril / Julho e Outubro	100	4	4	100	100	DCI
Avaliação Global DCI						129,1	

Justificação de Desvios – DCI

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DCI	Apreciação, selecção de candidaturas e verificação e validação despesa	137,3	Na maior parte dos pedidos de alteração, a apreciação efectuada pelo Secretariado Técnico Conjunto solucionou eventuais falhas ou incorrecções cometidas pelos beneficiários, o que permitiu um trabalho de conferência mais expedito. Ocorreram, no entanto, alguns casos em que se tornou necessário proceder a correcções.
	Participar na elaboração de um Plano Estratégico da EUROACE	100,0	Entrega do relatório draft em data limite, conforme contratualizado
	Implementação dos órgãos da EuroACE	160,0	O decurso dos trabalhos de preparação e posterior implantação da Comunidade de trabalho determinou a necessidade de auscultar um número superior de sectores, face aos que inicialmente se estimaram, por forma a não deixar qualquer entidade ou sector sem ser auscultado.
	Informação e divulgação	400,0	A grande adesão social e sectorial que informalmente se revelou, determinou uma acção de promoção e sensibilização mais intensa que o previsto, bem como a realização de mais comités sectoriais implicou uma maior difusão dos trabalhos.
DCI	Criação e Implementação do Observatório do EUROACE	100,0	Concomitante com o estudo de estratégia de cooperação EUROACE, ocorrido no tempo previsto.
	Apoio a Micro iniciativas de Cooperação transfronteiriça	200,0	Procura relevante e oferta não totalmente concretizada
	Preparação de proposta de Protocolo de Cooperação com a Junta da Andaluzia	260,0	Foi entendido ser importante concretizar mais elementos de divulgação e difusão da Eurorregião, atendendo ao fraco grau de conhecimento da sua existência.
	Divulgar informação sobre os programas de Cooperação Territorial Europeia	111,7	Foi concluída assegurar a realização em prazo inferior.
	Participação nas reuniões de implementação do Projecto	100,1	Foram realizados em Évora, como tarefas da parceria, dois encontros, mais um encontro de divulgação e disseminação do projecto que reuniram um total de participantes superior a 200 pessoas.
	Participação em organizações internacionais de que a CCDR é membro	225,0	Reuniram-se condições financeiras e de logística para a participação em eventos em número superior ao previsto.
	Estruturação e representação da participação do Alentejo no evento de Bruxelas	115,0	Foi possível contar com a participação de mais de 90 pessoas, lotação prevista do espaço para o workshop
	Representação do Alentejo no evento local 2010 – Alentejo	168,0	Apenas foi possível realizar o evento local concomitantemente com a celebração da primeira sessão do Conselho Plenário da EUROACE, em 3 de Novembro. Dada a projecção e o interesse da iniciativa que serviu de base ao evento local Opendays 2010, foi possível assegurar a participação e a correspondente divulgação do evento por muito mais pessoas que as inicialmente previstas.
	Preparar e elaborar exposição fotográfica sobre os projectos	0,0	A exposição não se encontra concluída para exibição
	Fomentar a aprendizagem de espanhol	223	Ocorreram mais cursos com maior número de formandos que os previstos no âmbito do GIT AAA.
	Melhoria da Intermodalidade e da Logística no Sudoeste Europeu	0,0	O processo foi totalmente organizado, tendo o procedimento de celebração do contrato sido suspenso por decisão governamental.
	Sociedade e Participação cidadã	0,0	A não realização do Estudo prejudicou a execução desta actividade.
	Publicidade Informação	0,0	A não realização do Estudo prejudicou a execução desta actividade.

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – DII

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Plano de Classificação Documental	Plano Apresentado	100	181	158	113	113	DII
Manual de Procedimentos para Arquivo	Manual Apresentado	100	304	290	0	0	DII
Estudo de Processos da CCDRA	Manual de Normas e Especificações para Aplicações Informáticas	100	306	0	0	0	DII
Monitorização da utilização da Aplicação	Alterações introduzidas	50	80	80	100	50	DII
	Taxa Classificação de Processos	50	70	0	0		
Introdução de Novas Funcionalidades	Introdução do Classificador de Processos	100	212	0	0	0	DII
Gestão dos Recursos Informáticos (Infra-estrutura)	Tempo médio de Inoperacionalidade de elementos do Centro de Dados (horas úteis)	50	100	100	100	100	DII
	Tempo médio entre falhas	50	100	100	100		
Gestão e Manutenção de Aplicações e Dados	Tempo de Inoperacionalidade de aplicações	40	100	100	100	132	DII
	Procedimentos de recuperação de dados falhados	30	10	1	190		
	Intervenções efectuadas / intervenções solicitadas	30	85	100	118		
Segurança dos Dados da Organização	Intromissões no Sistema Informático	100	2	0	200	200	DII

Acompanhamento e apoio ao desenvolvimento	Reuniões de Coordenação (participação)	30	80	100	125	125	DII
	Reuniões para Assistência Técnica	30	80	100	125		
	Intervenções efectuadas / intervenções solicitadas	40	80	100	125		
Apoio aos utilizadores do SIGPOA	Apoios efectuadas / apoios solicitadas	100	90	100	111	111	DII
Base de Dados Bibliográfica	Publicações registadas / publicações recebidas	100	90	100	111	111	DII
Manutenção de "sites" da internet	Acções de Manutenção	100	90	100	111	111	DII
Apoios à actividade editorial	Participações efectuadas / participações solicitadas	100	90	100	111	111	DII
Modelo de Dados de Suporte ao SIG do PROT: Estruturação da informação geográfica fundamental do PROT Alentejo (conforme com a Directiva INSPIRE)	Temas de informação geográfica identificados considerados no Modelo de Dados	40	6	7	117	115	DII
	Componentes do File Geodatabase de suporte	40	8	9	113		
	Ficheiros de Meta dados elaborados	20	12	14	117		
Inserção do SIG do PROT nas Infra-estruturas de Dados Espaciais (IDE) Nacionais, em particular no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)	Modelos do PROT inseridos no SNIT	50	4	0	0	0	DII
	Instrumentos de observação territorial envolvidos	50	3	0	0		
Incorporação de informação geográfica decorrente da elaboração do PROT no SIG da CCDRA	Temas de informação geográfica do PROT incorporados	100	10	16	160	160	DII

Criação de nova informação geográfica e actualização e validação de informação disponível	Temas de informação geográfica adicionados	50	10	8	80	160	DII
	Temas de informação geográfica actualizados	50	5	12	240		
Criação do Sistema de Indicadores Sócio-ambientais (SISA) de suporte à formulação de Análises Espaciais tendo em vista a definição de prioridades e o apoio à tomada de decisões.	Número de variáveis processadas	40	8	3	38	15	DII
	Numero de indicadores de síntese obtidos	60	3	0	0		
Fornecimento de informação geográfica trabalhada (entidades internas e externas)	Temas disponibilizados / temas solicitados	100	80	100	125	125	DII
Estruturação de Sistema de Informação de apoio ao processo de AIA	Nº de estudos de AIA incluídos no sistema	100	5	8	160	160	DII
Actualização da componente do SIG referente à disponibilização interna e externa da Reserva ecológica Nacional, por acompanhamento da revisão da REN e/ou incorporação de novas versões.	Solicitações concretizadas / solicitações recebidas	100	80	100	125	125	DII
Avaliação Global DII						96,4	

Justificação de Desvios – DII

UO	Actividades	Resultado	Justificação
DII	Monitorização da utilização da Aplicação	50,0	A aplicação de apoio à classificação de processos não ficou concluída durante o ano de 2010 pelo que o procedimento de classificação não foi iniciado
	Segurança dos Dados da Organização	200,0	Verificaram-se intromissões
	Acompanhamento e apoio ao desenvolvimento	125,0	Participação em todas para que houve convocatória
	Criação de nova informação geográfica e actualização e validação de informação disponível	160,0	Esta actividade está directamente depende das solicitações dos demais serviços, logo, estimativa de base incerta; foram executadas todas as solicitações.
	Criação do Sistema de Indicadores Sócio-ambientais (SISA) de suporte à formulação de Análises Espaciais tendo em vista a definição de prioridades e o apoio à tomada de decisões.	15,0	Actividade que visa a melhoria de instrumento existente, cujo desenvolvimento é partilhado com outros serviços; as suas componentes têm diferentes graus de complexidade de processamento e as 3 processadas exigiram mais tempo que o previsível.

	Estudo de Processos da CCDRA	0,0	Esta componente do projecto foi transferida para o ano de 2011
	Introdução de Novas Funcionalidades	0,0	A aplicação de suporte à classificação de processos não ficou concluída no ano de 2010 pelo que não se iniciou o procedimento de classificação
	Inserção do SIG do PROT nas Infra-estruturas de Dados Espaciais (IDE) Nacionais, em particular no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)	0,0	Actividade não executada, uma vez que a elaboração do Sistema de Gestão e Monitorização do PROTA transitou para 2011

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – SSP

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Emitir pareceres/informações e analisar autos de execução	pareceres e informações emitidos/pareceres e informações solicitados	100	80	100	125	125	SSP
Apreciação e acompanhamento de projectos	informações e pareceres elaborados/informações e pareceres solicitados*100	50	90	80	89	89	SSP
	comparticipações propostas/comparticipações apresentadas*100	50	90	80	89		
Criar procedimentos com maior recurso às TIC	número de acções realizadas/número de acções propostas	100	80	80	100	100	SSP
Gestão corrente da RAN e REN	Taxa de processos apreciados	100	100	100	100	100	SSP
Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	Taxa de processos apreciados	100	95	95	100	100	SSP
Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	Redução em 5% do prazo médio de emissão de pareceres face ao ano anterior.	75	5	5	100	101	SSP
	Assegurar em 98% a presença para as reuniões para que o Serviço Sub-Regional é convocada quando a presidência do acompanhamento não cabe à CCDR	25	98	100	102		
Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	Número de acções desenvolvidas	100	1	0	0	0	SSP
Acção de dinamização para intervenção locais de deposição ilegal de resíduos	Número de acções desenvolvidas	100	1	2	200	200	SSP

Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	Nº processos participados/ nº total de processos solicitados x 100	100	100	100	100	100	SSP
Participação no processo de licenciamento de pedreiras	Nº processos participados/ nº total de processos solicitados x 100	100	100	100	100	100	SSP
Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	Nº processos participados/ nº total de processos solicitados x 100	100	100	100	100	100	SSP
Acções de fiscalização em operadores de gestão de resíduos	Número de operadores fiscalizados	100	6	15	250	250	SSP
Avaliação Global SSP						113,7	

Justificação de Desvios – SSP

UO	Actividades	Resultado	Justificação
SSP	Emitir pareceres/informações e analisar autos de execução	125,0	A relação projectos apresentados/disponibilidade técnica permitiu ultrapassar a meta estabelecida.
	Apreciação e acompanhamento de projectos	88,9	O não cumprimento das metas fica a dever-se ao grande afluxo de trabalho do técnico alocado à UVT. Embora no tocante à UFC, se tenha cumprido a meta, a quantidade de processos relativos à UVT está na base do resultado apresentado.
	Acção de dinamização para intervenção locais de deposição ilegal de resíduos	200,0	Crato e Fronteira
	Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	0,0	Não foi definida pela DSF a acção de dinamização nesta área.

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – SSL

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias e/ou pedreiras	Nº processos desenvolvidos ou com colaboração do SSL / nº total de processos solicitados ao SSL x 100	90	100	100	100	190	SSL
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / nº processos solicitados x100	10	10	100	1000		
Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	Somatório ponderado da taxa de eficiência de cada estação / Nº de estações*100 (sendo que o cálculo da Taxa de eficiência da estação = Somatório ponderado da Taxa de eficiência de cada parâmetro/ Nº de parâmetros da respectiva estação* 100)	100	90	85	94	94	SSL
Implementação de processos de pós-avaliação em AIA	Nº processos de pós-avaliação em AIA implementados com colaboração do SSL	100	1	1	100	100	SSL
Análise de relatórios exigidos em fase de licenciamento	n.º de relatórios analisados no âmbito das emissões para a atmosfera / n.º de relatórios recebidos no SSL	100	75	0	0	0	SSL
Acompanhamento técnico e financeiro de protocolos e projectos da área do Ambiente - Projecto GISA e Projecto de Reabilitação e Apetrechamento de Edifícios para Valorização e Qualificação Ambiental	Incremento na Taxa de execução do PIDDAC a 31/12/2010, face ao ano 2009	20	5	22,7	454	195	SSL
	N.º de campanhas de tubos difusores efectuadas no âmbito do protocolo do Projecto GISA	60	3	2	67		
	N.º de campanhas efectuadas pela estação móvel nas cidades sede de concelho no âmbito do protocolo do Projecto GISA	20	5	16	320		
Desenvolvimento da Estratégia de Actuação em Pedreiras e Locais Contaminados	Acções de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas com colaboração do SSL	50	1	3	300	250	SSL
	Acções de dinamização para intervenção em locais de deposição ilegal de resíduos com colaboração do SSL	50	1	2	200		
Análise e emissão de pareceres sobre definições de âmbito e Relatórios Ambientais dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica de projectos	Nº processos apreciados pelo SSL / nº total de processos solicitados ao SSL x 100	90	95	0	0	0	SSL
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / nº processos solicitados x100	10	10	0	0		

Gestão corrente da RAN e REN;	Nº processos apreciados pelo SSL / nº total de pedidos solicitados ao SSL x 100	90	95	98	103	193	SSL
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / nº pedidos solicitados x100	10	10	100	1000		
Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	Nº processos apreciados pelo SSL / nº total de pedidos solicitados ao SSL x 100	90	95	100	105	195	SSL
	Nº processos respondidos em 90% do prazo legal / nº pedidos solicitados x100	10	10	100	1000		
Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	Redução em 5% do prazo médio de emissão de pareceres face ao ano anterior.	50	5	4	80	91	SSL
	Assegurar em 98% a presença para as reuniões para que o Serviço Sub-regional é convocado quando a presidência do acompanhamento não cabe à CCDR.	50	98	100	102		
Acções de fiscalização em operadores de gestão de resíduos	Número de operadores fiscalizados	100	2	5	250	250	SSL
Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	Número de acções desenvolvidas	100	1	3	300	300	SSL
Acção de dinamização para intervenção locais de deposição ilegal de resíduos	Número de acções desenvolvidas	100	1	2	200	200	SSL
Criar procedimentos com maior recurso às TIC	número de acções realizadas/número de acções propostas	100	80	100	125	125	SSL

Apreciação e acompanhamento de projectos	informações e pareceres elaborados/informações e pareceres solicitados*100	50	90	100	111	56	SSL
	complicações propostas/complicações apresentadas*100	50	90	0	0		
Avaliação Global SSL						149,2	

Justificação de Desvios – SSL

UO	Actividades	Resultado	Justificação
SSL	Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias e/ou pedreiras	190,0	Foi solicitado apenas colaboração num processo de licenciamento de pedreira e cumprido o prazo estipulado pela Direcção Serviços Ambiente
	Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	94,4	O não cumprimento da meta resulta de avaria devidamente comunicada, do analisador de dióxido de enxofre (SO ₂) da Estação de Monitorização da Qualidade de Terena, dos analisadores de oxido de azoto (NO) e de ozono (O ₃) da Estação de Monitorização da Qualidade de Monte Velho, e do analisador de dióxido de enxofre (SO ₂) da Estação de Monitorização da Qualidade de Monte Chão SO ₂ (Dióxido de Enxofre), que não tiveram verba no orçamento de 2010 para a sua substituição e/ou reparação em tempo útil.
	Criar procedimentos com maior recurso às TIC	125,0	Ação REN ONLINE (medida simplex)
	Apreciação e acompanhamento de projectos	55,6	Não foram apresentadas complicações ao SSL
	Análise de relatórios exigidos em fase de licenciamento	0,0	Não foram remetidos relatórios para análise por parte do SSL
	Análise e emissão de pareceres sobre definições de âmbito e Relatórios Ambientais dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica de projectos	0,0	Não foram encaminhados processos para o SSL

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – SSB

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Gestão corrente da RAN e REN	Taxa de processos apreciados	100	100	100	100	100	SSB
Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	Taxa de processos apreciados	100	95	100	105	105	SSB
Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	Redução em 5% do prazo médio de emissão de pareceres face ao ano anterior.	75	5	10	200	176	SSB
	Assegurar em 98% a presença para as reuniões para que o Serviço Sub-Regional é convocada quando a presidência do acompanhamento não cabe à CCDR	25	98	100	102		
Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	Número de acções desenvolvidas	100	1	1	100	100	SSB
Acção de dinamização para intervenção locais de deposição ilegal de resíduos	Número de acções desenvolvidas	100	1	0	0	0	SSB
Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	Nº processos participados/ nº total de processos solicitados x 100	100	100	0	0	0	SSB
Participação no processo de licenciamento de pedreiras	Nº processos participados/ nº total de processos solicitados x 100	100	100	0	0	0	SSB
Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	Nº processos participados/ nº total de processos solicitados x 100	100	100	0	0	0	SSB

Acções de fiscalização em operadores de gestão de resíduos	Número de operadores fiscalizados	100	6	12	200	200	SSB
Emitir pareceres/informações e analisar autos de execução	pareceres e informações emitidos/pareceres e informações solicitados	100	80	100	125	125	SSB
Apreciação e acompanhamento de projectos	informações e pareceres elaborados/informações e pareceres solicitados*100	50	90	90	100	100	SSB
	comparticipações propostas/comparticipações apresentadas*100	50	90	90	100		
Criar procedimentos com maior recurso às TIC	número de acções realizadas/número de acções propostas	100	80	90	113	113	SSB
Avaliação Global SSB						84,9	

Justificação de Desvios – SSB

UO	Actividades	Resultado	Justificação
SSB	Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	175,5	O reforço da equipa técnica do SSB na área do OT com mais um técnico superior permitiu este aumento significativo da redução do prazo para a emissão de pareceres
	Acções de fiscalização em operadores de gestão de resíduos	200,0	O PRAOR acabou por indicar um total de 12 operadores de gestão de resíduos a serem inspeccionados pelo SSB, pelo que estes serviços procederam em conformidade e realizaram a totalidade das acções solicitadas.
	Emitir pareceres/informações e analisar autos de execução	125,0	O volume de processos entrados nesta área bem como os processos em execução não têm expressão quantitativa o que permitiu ao SSB dar seguimento em tempo útil a todas as solicitações.
	Criar procedimentos com maior recurso às TIC	112,5	Os trabalhadores participaram em todas as acções realizadas, apenas havendo a registar a não participação de alguns trabalhadores numa acção sobre a desmaterialização de processos por dificuldades logísticas de transporte
	Acção de dinamização para intervenção locais de deposição ilegal de resíduos	0,0	A coordenação e acompanhamento deste tipo de acções foi assumida pela DSF que durante o ano de 2010 não solicitou a intervenção deste SSR em nenhum processo
	Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	0,0	Não houve nenhuma solicitação ao SSB para participação neste tipo de processos
	Participação no processo de licenciamento de pedreiras	0,0	Não houve nenhuma solicitação ao SSB para participação neste tipo de processos
	Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	0,0	Não houve nenhuma solicitação ao SSB para participação neste tipo de processos

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – UCIA

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Elaboração do Manual de Controlo Interno e Auditoria	Manual de controlo interno e auditoria elaborado	100	212	120	143	143	UCIA
Elaboração do Plano Semestral de controlo Interno e Auditoria para o 2º semestre de 2010	Plano Semestral de controlo Interno e Auditoria para o 2º semestre de 2010	100	212	0	0	0	UCIA
Desenvolvimento das acções constantes do Plano Semestral	Relatório elaborado	100	365	0	0	0	UCIA
Elaboração do Plano Anual de controlo Interno e Auditoria para 2011	Plano Anual de Controlo Interno e Auditoria para 2011	100	365	0	0	0	UCIA
Elaboração do Relatório resultante do acompanhamento da execução do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infracções Conexas de 2010	Relatório elaborado	100	365	455	75	75	UCIA
Elaboração do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infracções Conexas para 2011	Plano realizado	100	100	90	90	90	UCIA
Avaliação Global UCIA						51,5	

Justificação de Desvios – UCIA

UO	Actividades	Resultado	Justificação
UCIA	Elaboração do Manual de Controlo Interno e Auditoria	143,4	Foi uma acção considerada prioritária pela Unidade tendo sido tratada com a urgência que a implementação da unidade requeria.
	Elaboração do Relatório resultante do acompanhamento da execução do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infracções Conexas de 2010	75,3	Sendo o relatório referente ao ano de 2010 não era possível que o mesmo fosse concluído na meta prevista.
	Elaboração do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infracções Conexas para 2011	90,0	A partir de 1 de Maio a UCIA ficou reduzida a apenas um técnico.
	Elaboração do Plano Semestral de controlo Interno e Auditoria para o 2º semestre de 2010	0,0	A partir de 1 de Maio a UCIA ficou reduzida a apenas um técnico.
	Desenvolvimento das acções constantes do Plano Semestral	0,0	A partir de 1 de Maio a UCIA ficou reduzida a apenas um técnico.
	Elaboração do Plano Anual de controlo Interno e Auditoria para 2011	0,0	A partir de 1 de Maio a UCIA ficou reduzida a apenas um técnico.

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES – INALENTEJO

Actividades	Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Avaliação Indicador %	Avaliação Actividade %	UO
Relatório de monitorização	Nº de dias no início da cada mês	100	8	7	113	113	INALENTEJO
Elaboração de relatório	(relatórios elaborados/relatórios solicitados) * 100	100	95	100	105	105	INALENTEJO
Desmaterialização dos documentos	nº de documentos desmaterializados das operações/nº total de operações aprovadas	100	25	25	100	100	INALENTEJO
Sessões de trabalho com a equipa do SIGPOA	nº de sessões realizadas	100	20	22	110	110	INALENTEJO
Publicação dos avisos de concurso de acordo com o Plano Anual de concursos	Publicação de avisos	100	80	120	150	150	INALENTEJO
Produção de relatórios/ informações de natureza técnica, administrativa e/ou financeira	nº de relatórios/ informações	100	30	286	953	953	INALENTEJO
Cumprir o tempo médio de análise de candidaturas do eixo 2,3 e 4	Prazo médio de análise previsto nos Avisos de Concurso	100	70	80	114	114	INALENTEJO
Cumprir o tempo médio de análise de candidaturas do eixo 1 e 5	Prazo médio de apreciação técnica	100	70	84,6	121	121	INALENTEJO

Apreciação Técnicas de Candidaturas ao Eixo 6 - Assistência Técnica	Prazo médio de apreciação técnica com menos 2 dias úteis ao prazo definido no aviso	100	2	2	100	100	INALENTEJO
Análise e proposta de validação da despesa apresentada dos pedidos de pagamento dos eixos 2,3 e 4	Despesa Pública validada até 31/12/2010 / Despesa Pública programada para o ano de 2007 Eixos 2, 3 e 4	100	100	102,4	102	102	INALENTEJO
Apreciação de pedidos de pagamento do eixo 1 e 5	Prazo médio	100	30	100	-133	-133	INALENTEJO
Apreciação Técnica de Pedidos de Pagamento do Eixo 6 - Assistência Técnica	Prazo médio de apreciação técnica	100	20	15,5	123	123	INALENTEJO
Execução da mapa de monitorização mensal	Nº de dias úteis no início da cada mês	100	8	8	100	100	INALENTEJO
Elaboração dos relatórios de Verificação Física	Nº de dias entre o pedido e a execução do relatório	100	20	19	105	105	INALENTEJO
Análise dos relatórios finais de execução das operações apresentadas pelos beneficiários	relatórios apresentados	100	30	30	100	100	INALENTEJO
Realização de acções de controlo interno	Esforço de controlo interno	100	5	6,84	137	137	INALENTEJO
Preparação do cadernos de encargos	Execução do caderno de encargos	100	1	1	100	100	INALENTEJO
Realização de acção de controlo aos	Realização da acção	100	50	50	100	100	INALENTEJO

Sistemas de Gestão e Controlo dos OI - Sistemas de Incentivos							
Guia de Incentivos dos OI - Sistema de Incentivos	Produção de Autocolante para publicitação de financiamento	50	1	1	100	100	INALENTEJO
	Produção de Cartaz para publicitação de financiamento	50	1	1	100		
Acções de promoção do INALENTEJO	Aquisição de serviços para remodelação do stand	50	1	1	100	100	INALENTEJO
	Realização de Evento anual	50	1	1	100		
Acções de divulgação do INALENTEJO	Produção de brochura INALENTEJO	50	1	1	100	100	INALENTEJO
	Comemoração da Semana da Europa	50	1	1	100		
Avaliação Global INALENTEJO						89,6	

Justificação de Desvios – INALENTEJO

UO	Actividades	Resultado	Justificação
INALENTEJO	Publicação dos avisos de concurso de acordo com o Plano Anual de concursos	150,0	UFC - Considerando 13 avisos previstos em Plano Anual de Concursos para o ano 2010 e 13 avisos publicitados, tendo em conta que a meta a atingir era 80% obtêm-se 120%. O mesmo raciocínio para a UVT, ou seja foram publicitados todos os avisos previstos em Plano Anual de Concursos.
	Produção de relatórios/ informações de natureza técnica, administrativa e/ ou financeira	953,3	De acordo com a informação dada pela UFC e UVT a meta inicial não terá sido bem dimensionada. O valor agora apresentado corresponde a 71 relatórios produzidos pela UFC e 215 pela UVT e inclui todos os relatórios produzidos durante o ano 2010.
	Cumprir o tempo médio de análise de candidaturas do eixo 1 e 5	120,9	Para efeitos de resultado foram considerados todos os avisos decididos em 2010. Foi considerado um desconto de 30 dias em todos os avisos, com vista a considerar a suspensão dos prazos decorrentes de solicitação de elementos adicionais aos promotores. Assim a taxa a considerar é 84,6%.
	Análise dos relatórios finais de execução das operações apresentadas pelos beneficiários	100,0	A justificação apresentada pela UFC, que é tb comum à UVT, é que em 2010 não existiam os instrumentos suficientes e necessários para poderem efectuar os relatórios finais de acordo com os relatórios apresentados pelos beneficiários e tb, no caso da UVT, devido a existirem outros trabalhos considerados prioritários. A UCI cumpriu o prazo estabelecido 30% enquanto a UFC e UVT não analisaram relatórios finais.
	Preparação do cadernos de encargos	100,0	Concluído em Julho de 2010 . A decisão de adjudicação foi em 22 de Outubro de 2010 . Neste momento, com decisão pendente devido às exigências de execução orçamental. Aguarda autorização do Ministério das Finanças.
	Acções de promoção do INALENTEJO	100,0	Em Rio Maior, 17 de Dezembro 2010 .
	Apreciação de pedidos de pagamento do eixo 1 e 5	-133,3	O não cumprimento da meta prevista tem sobretudo a ver com a determinação do resultado sem dedução de dias em que o prazo de apreciação esteve suspenso, decorrente da solicitação aos promotores de elementos adicionais ou justificativos, ou de outros motivos não imputáveis à Autoridade de Gestão. Acresce ainda que a prioridade estabelecida pela UFC em termos de apreciação técnica de candidaturas com vista à recuperação de histórico, poderá também ter contribuído para o deslizamento deste indicador.

ANEXO II - AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE CADA UNIDADE ORGÂNICA

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – DSDR

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Gestão estratégica e operacional da CCDR	Apoio à gestão da CCDR	Elaboração de contributos para o QUAR, o Plano de Actividades e o Relatório de Actividades	100	100	DSDR
		Reforço da comunicação entre Unidades Orgânicas	100		
Planeamento estratégico, desenvolvimento regional sustentável e coesão económica e social intra-regional	Instrumentos de planeamento com incidência regional	Análise da componente socioeconómica e de acessibilidades e logística regional em instrumentos de gestão territorial(PROT, PDMs e PPs)	100	75	
		Análise da componente socioeconómica e de acessibilidades em estudos de impacte ambiental e planos e programas de investimento	104		
	Elaboração de estudos de incidência sectorial	O sector do turismo regional no período 2000 / 2009 no quadro dos instrumentos de apoio financeiros existentes	0		
		Rede regional de oferta formativa	108		
	Elaboração de relatórios de acompanhamento	Matriz input / output da região	20		
		ALENTEJO: Contexto regional e oportunidades	91		
		Monitorização da aplicação dos fundos comunitários na região	103		
	Dinamização e monitorização de programas e projectos de interesse regional	Apoio à gestão do InAlentejo	Apreciação do mérito regional das candidaturas aos Sis		
Monitorização das candidaturas apresentadas aos Sis no contexto da economia e da competitividade da região			85		
Apoio à gestão de outros programas de iniciativa pública		Apreciação e acompanhamento físico de projectos (programa de equipamentos, contratos programas, bibliotecas municipais, PIQTUR, etc.)	111		
		Acompanhamento regional do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas - Obras	123		
Dinamização e acompanhamento de acções colectivas de desenvolvimento regional		Dinamização e acompanhamento dos 7 PROVEREs aprovados na região	115		

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – DSOT

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Acções de cooperação transfronteiriça no domínio do ordenamento do território	Projecto PEGLA (Projecto Estruturante do Grande lago de Alqueva)	Participação nas reuniões técnicas a realizar	100	101	DSOT
	Projecto Ulysses (cooperação entre regiões transfronteiriça)	Participação nas reuniões técnicas a realizar	102		
Melhorar a qualidade da prestação de serviços ao utilizador - autarquias e particulares	Realização de 4 sessões técnicas no âmbito do RJUE com as autarquias	Dinamizar a aplicação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação	115	115	
Sistema de monitorização e avaliação do PROTA	Definição da arquitectura do sistema de monitorização do PROTA	Elaboração de documento com a descrição da arquitectura e funcionalidades do sistema de monitorização do PROTA	104	104	
Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidade e, de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.	Acompanhamento dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas e no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental de projectos	Análise e emissão de pareceres sobre definições de âmbito e Relatórios Ambientais dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica e de Estudos de Impacte Ambiental de projectos	100	103	
	Assegurar as competências no âmbito do Ordenamento do Território	Gestão corrente da RAN e REN;	105		
		Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	105		
		Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	101		

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – DSA

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Procedimentos de avaliação ambiental	Avaliação ambiental de planos e projectos	Gestão dos processos de AIA enquanto Autoridade de AIA	168	139	DSA
		Colaboração com outras Autoridades de AIA	149		
		Participação em processos de Avaliação Ambiental Estratégica	100		
Procedimentos de licenciamento de projectos e actividades	Licenciamento de projectos e actividades com repercussão no Ambiente	Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	167	153	
		Participação no processo de licenciamento de pedreiras	177		
		Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	114		
Procedimentos de monitorização ambiental (ar e ruído)	Monitorização ambiental de ar e ruído	Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	94	99	
		Avaliação de mapas e planos de ruído	103		
Procedimentos de pós-avaliação de projectos e de instalações licenciadas	Pós-avaliação de projectos e de instalações licenciadas	Implementação de processos de pós-avaliação em AIA	100	105	
		Análise de relatórios exigidos em fase de licenciamento	109		
Projectos e estudos em matéria ambiental	Apoio ao desenvolvimento de projectos e estudos em matéria ambiental	Acompanhamento técnico e ou financeiro de protocolos/projectos da área da DSA	107	108	
		Resposta a solicitações de parecer por parte do QREN	100		
		Desenvolvimento da Estratégia de Actuação em Pedreiras e Locais Contaminados	117		
Sistematização e divulgação de informação ambiental	Sistematização e divulgação de informação ambiental	Realização de acções de educação ambiental	56	111	
		Disponibilização online de processos para consulta pública	113		
		Disponibilização ao público de dados de qualidade do ar	108		
		Sistematização de informação produzida ou disponível sobre ar, ruído e resíduos para o CODR	167		

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – DSAJAL

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Cooperação Técnica e Financeira	Cooperação Técnica e Financeira	Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e Suas Associações e Particulares	107	107	DSAJAL
Caracterização da Região	Conhecer a Realidade e Dinâmica Financeira Autárquica	Análises Financeiras Regionais - Administração Local	118	111	
		Estudo do Impacto do POCAL nas Finanças Municipais	100		
		Validação entre as Prestações de Contas Municipais e o SIPOCAL (DGAL)	105		
	Actualização da informação do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais do Alentejo (CODRA)	Tratamento da informação disponível das autarquias (área financeira e cooperação), pareceres jurídicos e contraordenações	119		
Cooperação Institucional	Apoio Técnico e Financeiro às Autarquias	Apoio Técnico às Autarquias Locais	-677	-13	
		Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade Para as Autarquias Locais (POCAL)	111		
		Acompanhar os processos relativos à Administração Local (Fundo Social Municipal e Outros)	138		
	Apoio aos Novos Eleitos Locais	Realização de Sessões de informação para os Eleitos Locais (Municípios)	140		
	Grupos de Trabalho (Engenharia Militar, SATAPOCAL, Coordenação Jurídica, etc)	Participação em reuniões	105		
Elaboração de propostas		105			
Contra-Ordenações	Processos de Contra-Ordenação	Instrução de processos de Contra-Ordenação no âmbito do Ambiente e Conservação da Natureza	157	-202	
		Instrução de processos de Contra-Ordenação no âmbito do Ordenamento do Território	167		
		Instrução de processos de Contra-Ordenação	-928		
Colaboração com o INALENTEJO	Apoio jurídico ao INALENTEJO	Elaboração de pareceres e esclarecimentos de natureza jurídica	490	490	
Modernização Autárquica	Concurso Nacional de Boas Práticas na Administração Local	Participação no Juri (DGAL, CCDR e outras Entidades) do Concurso	0	0	
Colaboração com os Serviços da CCDRA	Apoio Jurídico aos Serviços da CCDRA	Elaboração de pareceres e esclarecimentos de natureza jurídico aos Serviços da CCDRALentejo	111	111	

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – DSF

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Formação na área do Ambiente	SSP	Formação na área dos Resíduos	100	92	DSF
	SSB	Formação na área dos Resíduos	100		
	SSL	Formação na área dos Resíduos	100		
	SE	Formação na área dos Resíduos	67		
Formação na área do Ordenamento do Território	SSP	Formação na área dos Ordenamento do Território	150	104	
	SSB	Formação na área dos Ordenamento do Território	100		
	SSL	Formação na área do Ordenamento do Território	100		
	SE	Formação na área do Ordenamento do Território	67		
Redução de passivos ambientais	Redução de passivos ambientais	Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	133	117	
		Acção de dinamização para intervenção locais de deposição ilegal de resíduos	100		
Cumprimento do Plano Regional para a Operação Resíduos	Plano Regional para a Operação Resíduos	Acções de fiscalização em operadores de gestão de resíduos	205	205	

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – DSCGAF

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Contribuir para a simplificação Administrativa	Desmaterialização de Processos na CCDR Alentejo	Implementação do portal do trabalhador	0	99	DSCGAF
		Incremento das funcionalidades do sistema de gestão documental	200		
		Implementação do sistema de pagamentos por multibanco	97		
Melhorar os procedimentos ao nível dos processos administrativos	Reestruturação do sistema de arquivo da CCDR Alentejo	Organização dos Arquivos das unidades orgânicas	50	25	
	Implementação de Actividades de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	Implementação de actividades de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	0		
Qualificação dos Recursos Humanos	Plano de Formação da CCDR Alentejo	Implementação do Plano de Formação para os trabalhadores da CCDR Alentejo	161	161	
Garantir melhoria da qualidade dos serviços prestados	Garantir melhoria da qualidade dos serviços prestados de carácter patrimonial, aprovisionamento, contabilístico e financeiro	Assegurar o funcionamento integrado de todos os módulos das Aplicações de Gestão de Recursos Humanos, Gestão Orçamental e Aprovisionamento	147	143	
	Promover a melhoria da qualidade das candidaturas da CCDR Alentejo apresentadas aos programas regionais e nacionais incluídos no QREN	Aumentar o nível de mérito atribuído na aprovação das candidaturas	107		
	Melhorar a taxa de execução do PIDDAC	Aumentar o nível de eficácia na concretização dos projectos PIDDAC	175		
Melhorar a eficiência nas actividades inerentes à DSAF	Melhorar a eficiência nas actividades inerentes à área de recursos humanos	Assiduidade e remunerações	109	96	
		Gestão de carreiras	127		
		Balanço Social	100		
	Melhorar a eficiência nas actividades inerentes à área de apoio geral	Arquivo e expediente	105		
		Gestão do Edifício sede e equipamentos	100		
		Gestão do parque automóvel e deslocações	110		
	Melhorar a eficiência nas actividades inerentes à área de gestão financeira e patrimonial	Gestão do património e aprovisionamento	0		
		Gestão Orçamental	113		
		Gestão da tesouraria	100		

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – DCI

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal 2007-2013 (POCTEP)	Gestão do POCTEP	Apreciação, selecção de candidaturas e verificação e validação despesa	137	101	DCI
		Participação nos órgãos de gestão do POCTEP	129		
		Informação e Publicidade	141		
	Encerramento do Programa INTERREG III A Portugal Espanha 2000-2006	Contribuir para o encerramento do programa	100		
		Preparar e elaborar exposição fotográfica sobre os projectos	0		
Cooperação Transfronteiriça Institucional	Implementação da Euroregião Alentejo-Centro Extremadura – EUROACE	Participar na elaboração de um Plano Estratégico da EUROACE	100	193	
		Implementação dos órgãos da EuroACE	160		
		Informação e divulgação	400		
		Criação e Implementação do Observatório do EUROACE	100		
	Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças ACE	Apoio a Micro iniciativas de Cooperação transfronteiriça	200		
		Fomentar a aprendizagem de espanhol	223		
		Elaboração e divulgação de produtos sobre a cooperação –Alentejo-Extremadura edição de folhetos, de livros, exposição	100		
	Preparação Protocolo de Cooperação Transfronteiriça – Alentejo Andaluzia	Preparação de proposta de Protocolo de Cooperação com a Junta da Andaluzia	260		
	Cooperação Territorial Europeia 2007-2013	Cooperação Territorial Europeia 2007-2013	Participar na gestão do programa MED – Comité de Acompanhamento		128
Divulgar informação sobre os programas de Cooperação Territorial Europeia			112		
PIRENE IV – SUDOE		Melhoria da Intermodalidade e da Logística no Sudoeste Europeu	0		
		Sociedade e Participação cidadã	0		
		Publicidade Informação	0		
WRC FTN – Winnet 8		Participação nas reuniões de implementação do Projecto	100		

Relações Internacionais e Participação em Redes	Cooperação Inter-regional – Organizações de regiões europeias	Participação em organizações internacionais de que a CCDR é membro	225	142	DCI
		Elaboração dos relatórios de participação em organizações internacionais de que a CCDR é membro em 10 dias	100		
	Open Days	Estruturação e representação da participação do Alentejo no evento de Bruxelas	115		
		Representação do Alentejo no evento local 2010 – Alentejo	168		
	News letter Europa e Cooperação	Elaboração de um boletim informativo alusivo à Cooperação, de carácter genérico, maioritariamente Transnacional, para divulgação por e-mail junto de entidades regionais do Alentejo ligadas ou com interesse nestas temáticas	100		

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – DII

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Desenvolvimento da Sociedade de Informação	Desmaterialização de Processos na CCDR Alentejo	Plano de Classificação Documental	113	33	DII
		Manual de Procedimentos para Arquivo	0		
		Estudo de Processos da CCDRA	0		
	Desenvolvimento da Gestão Documental	Monitorização da utilização da Aplicação	50		
		Introdução de Novas Funcionalidades	0		
Gestão do sistema informático e informacional	Gestão dos recursos e dos meios	Gestão dos Recursos Informáticos (Infra-estrutura)	100	134	
		Gestão e Manutenção de Aplicações e Dados	132		
		Segurança dos Dados da Organização	200		
	Desenvolvimento do SIGPOA	Acompanhamento e apoio ao desenvolvimento	125		
		Apoio aos utilizadores do SIGPOA	111		
Valorizar a imagem da actividade da CCDRA	Valorizar a imagem da actividade da CCDRA	Base de Dados Bibliográfica	111	111	
		Manutenção de "sites" da internet	111		
		Apoios à actividade editorial	111		
Ordenamento, Gestão e Sustentabilidade do Território Regional	Concepção e implementação do SIG de Apoio à Gestão e Avaliação do PROTA	Modelo de Dados de Suporte ao SIG do PROT: Estruturação da informação geográfica fundamental do PROT Alentejo (conforme com a Directiva INSPIRE)	115	108	
		Inserção do SIG do PROT nas Infra-estruturas de Dados Espaciais (IDE) Nacionais, em particular no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)	0		
	Reforço da capacidade funcional e operacional do SIG da CCDR Alentejo	Incorporação de informação geográfica decorrente da elaboração do PROT no SIG da CCDRA	160		
		Criação de nova informação geográfica e actualização e validação de informação disponível	160		
		Criação do Sistema de Indicadores Sócio-ambientais (SISA) de suporte à formulação de Análises Espaciais tendo em vista a definição de prioridades e o apoio à tomada de decisões.	15		
		Fornecimento de informação geográfica trabalhada (entidades internas e externas)	125		
		Estruturação de Sistema de Informação de apoio ao processo de AIA	160		
		Actualização da componente do SIG referente à disponibilização interna e externa da Reserva ecológica Nacional, por acompanhamento da revisão da REN e/ou incorporação de novas versões.	125		

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – SSP

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Cooperação Técnica e Financeira	Cooperação Técnica e Financeira	Emitir pareceres/informações e analisar autos de execução	125	125	SSP
Apreciação e acompanhamento de projectos	Apoio à gestão de outros programas de iniciativa pública	Apreciação e acompanhamento de projectos	89	89	
Contribuir para a simplificação Administrativa	Desmaterialização de Processos na CCDR Alentejo	Criar procedimentos com maior recurso às TIC	100	100	
Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidade e, de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.	Assegurar as competências no âmbito do Ordenamento do Território	Gestão corrente da RAN e REN	100	100	
		Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	100		
		Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	101		
Redução de passivos ambientais	Redução de passivos ambientais	Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	0	100	
		Acção de dinamização para intervenção locais de deposição ilegal de resíduos	200		
	Licenciamento de projectos e actividades com repercussão no Ambiente	Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	100	100	
		Participação no processo de licenciamento de pedreiras	100		
		Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	100		
Cumprimento do Plano Regional para a Operação Resíduos	Plano Regional para a Operação Resíduos	Acções de fiscalização em operadores de gestão de resíduos	250	250	

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – SSL

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Procedimentos de licenciamento de projectos e actividades	Licenciamento de projectos e actividades com repercussão no Ambiente	Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias e/ou pedreiras	190	190	SSL
Procedimentos de monitorização ambiental – ar	Monitorização ambiental de ar	Exploração da rede de monitorização da qualidade do ar	94	94	
Procedimentos de pós-avaliação de projectos e de instalações licenciadas	Pós-avaliação de projectos e de instalações licenciadas	Implementação de processos de pós-avaliação em AIA	100	50	
		Análise de relatórios exigidos em fase de licenciamento	0		
Projectos e estudos em matéria ambiental	Apoio ao desenvolvimento de projectos e estudos em matéria ambiental	Acompanhamento técnico e financeiro de protocolos e projectos da área do Ambiente – Projecto GISA e Projecto de Reabilitação e Apetrechamento de edifícios para Valorização e Qualificação Ambiental	195	222	
		Desenvolvimento da Estratégia de Actuação em Pedreiras e Locais Contaminados	250		
Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidade e, de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.	Acompanhamento dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica de Planos e Programas e no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental de projectos	Análise e emissão de pareceres sobre definições de âmbito e Relatórios Ambientais dos processos de Avaliação Ambiental Estratégica de projectos	0	120	
		Gestão corrente da RAN e REN;	193		
	Acompanhamento dos instrumentos da Política de Cidades	Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	195		
		Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	91		
Cumprimento do Plano Regional para a Operação Resíduos	Plano Regional para a Operação Resíduos	Acções de fiscalização em operadores de gestão de resíduos	250	250	
Redução de passivos ambientais	Redução de passivos ambientais	Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	300	250	
		Acção de dinamização para intervenção locais de deposição ilegal de resíduos	200		
Contribuir para a simplificação Administrativa	Desmaterialização de Processos na CCDR Alentejo	Criar procedimentos com maior recurso às TIC	125	125	
Apreciação e acompanhamento de projectos	Apoio á gestão do INALENTEJO	Apreciação e acompanhamento de projectos	56	56	

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – SSB

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Garantir uma estratégia concertada de ordenamento do território resultante da aplicação da Política de Cidade e, de Desenvolvimento Urbano, de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.	Assegurar as competências no âmbito do Ordenamento do Território	Gestão corrente da RAN e REN	100	127	SSB
		Emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo;	105		
		Acompanhamento de planos de ordenamento do território e planos sectoriais	176		
Redução de passivos ambientais	Redução de passivos ambientais	Acção de dinamização para intervenção em pedreiras abandonadas	100	20	
		Acção de dinamização para intervenção locais de deposição ilegal de resíduos	0		
	Licenciamento de projectos e actividades com repercussão no Ambiente	Participação no processo de licenciamento de unidades industriais/pecuárias	0		
		Participação no processo de licenciamento de pedreiras	0		
		Licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros	0		
Cumprimento do Plano Regional para a Operação Resíduos	Plano Regional para a Operação Resíduos	Acções de fiscalização em operadores de gestão de resíduos	200	200	
Cooperação Técnica e Financeira	Cooperação Técnica e Financeira	Emitir pareceres/informações e analisar autos de execução	125	125	
Apreciação e acompanhamento de projectos	Apoio à gestão de outros programas de iniciativa pública	Apreciação e acompanhamento de projectos	100	100	
Contribuir para a simplificação Administrativa	Desmaterialização de Processos na CCDR Alentejo	Criar procedimentos com maior recurso às TIC	113	113	

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – UCIA

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Avaliação de Sistemas de Controlo Interno	Definição de um sistema de controlo interno e auditoria	Elaboração do Manual de Controlo Interno e Auditoria	143	36	UCIA
	Implementação de acções de Controlo e auditoria	Elaboração do Plano Semestral de controlo Interno e Auditoria para o 2º semestre de 2010	0		
		Desenvolvimento das acções constantes do Plano Semestral	0		
		Elaboração do Plano Anual de controlo Interno e Auditoria para 2011	0		
Prevenção de Corrupção e Infracções conexas	Acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções conexas	Elaboração do Relatório resultante do acompanhamento da execução do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infracções Conexas de 2010	75	83	
		Elaboração do Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infracções Conexas para 2011	90		

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS – INALENTEJO

Programa	Projecto	Actividades	Avaliação Actividade %	Avaliação Programa %	UO
Contribuir para a GESTÃO do INALENTEJO	Plano de monitorização operacional e financeiro do Programa	Relatório de monitorização	113	109	INALENTEJO
	Relatórios de execução do Programa	Elaboração de relatório	105		
Garantir o Funcionamento do SIGPOA	Desmaterialização dos documentos das operações aprovadas no INALENTEJO	Desmaterialização dos documentos	100	105	
		Sessões de trabalho com a equipa do SIGPOA	110		
Gestão Operacional do INALENTEJO (eixos 1, 2, 3, 4, 5 e 6- Assistência Técnica)	Operacionalização dos Avisos de Concurso	Publicação dos avisos de concurso de acordo com o Plano Anual de concursos	150	552	
	Elaboração de propostas de orientação de gestão	Produção de relatórios/ informações de natureza técnica, administrativa e/ ou financeira	953		
Garantir as condições técnicas para o cumprimento dos Eixos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - (Assistência Técnica) do INALENTEJO	Apreciação técnica das candidaturas dos eixos 1, 2, 3, 4, 5 e 6	Cumprir o tempo médio de análise de candidaturas do eixo 2,3 e 4	114	112	
		Cumprir o tempo médio de análise de candidaturas do eixo 1 e 5	121		
		Apreciação Técnicas de Candidaturas ao Eixo 6 - Assistência Técnica	100		
Garantir a Execução para o cumprimento do n+3 do INALENTEJO (eixos 1, 2, 3, 4, 5 e 6- Assistência Técnica)	Acompanhamento da Execução das Operações Aprovadas.	Análise e proposta de validação da despesa apresentada dos pedidos de pagamento dos eixos 2,3 e 4	102	66	
		Apreciação de pedidos de pagamento do eixo 1 e 5	-133		
		Apreciação Técnica de Pedidos de Pagamento do Eixo 6 - Assistência Técnica	123		
	Acompanhamento da Execução Física das operações	Execução da mapa de monitorização mensal	100		
		Elaboração dos relatórios de Verificação Física	105		
	Acções de controlo do encerramento das operações	Análise dos relatórios finais de execução das operações apresentadas pelos beneficiários	100		
	Assegurar o Controlo Interno do INALENTEJO	Plano de Controlo Interno	Realização de acções de controlo interno		
Acção de Controlo Interno aos Sistemas de Gestão e Controlo dos OI - Sistemas de Incentivos		Preparação do cadernos de encargos	100		
		Realização de acção de controlo aos Sistemas de Gestão e Controlo dos OI - Sistemas de Incentivos	100		
Dinamização do Plano de Comunicação do INALENTEJO	Implementação de acções de divulgação do e promoção do INALENTEJO	Guia de Incentivos dos OI - Sistema de Incentivos	100	100	
		Acções de promoção do INALENTEJO	100		
		Acções de divulgação do INALENTEJO	100		

ANEXO III - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO ANO 2010

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA
21-04-2010	Imenso Alentejo Edições, Lda.	Publicação de anúncio do Inalentejo	1.176,00
12-05-2010	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio "Herdade Pecena" - cabimento 2010	408,00
19-05-2010	Voz da Planície - Cooperativa Cultural de Animação Radiofónica, CRL	Publicação de anúncio	300,00
28-06-2010	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Publicação de anúncio da 2ª convocatória do POCTEP 2007-2013 - 50%	300,00
28-06-2010	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Publicação de anúncio da 2ª convocatória do POCTEP 2007-2013 - 50%	300,00
28-06-2010	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	publicação anúncio - 30%	180,00
28-06-2010	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	publicação anúncio - 70%	420,00
28-06-2010	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	Publicação de anúncio	510,00
30-06-2010	Casa do Alentejo	Publicação de anúncio	840,00
30-06-2010	ACOS - Associação de Criadores de Ovinos do Sul	Participação na Ovibeja 2010	3.398,40
09-07-2010	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	Anúncio p/Imprensa "Exploração Suinícola Herdade Confraria e Anexas"	408,00
09-07-2010	Empresa Jornalística de Vendas Novas Lda.	Anúncio p/Imprensa "Exploração Suinícola Herdade Confraria e Anexas"	59,40
12-07-2010	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Publicação de anúncio	414,00
12-07-2010	CTCS - Composição de Texto para Comunicação Social e Afins, Lda.	Publicação de anúncio	690,00
12-07-2010	AMBAAL-Associação de Municípios Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Publicação de anúncio	569,28
13-07-2010	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio "Empreendimentos Turísticos Herdade Alápega"	408,00
13-07-2010	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio p/imprensa "Instalação centrais foto voltaicas Aldeia Neves"	204,00
27-07-2010	Dod's Parliamentary Communications Limited	Publicidade na "Regional Review"	1.500,00
16-08-2010	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio "Campo Golfe Herdade da Comporta -Carvalho GDL"	408,00
16-08-2010	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	anúncio "Empreendimentos turísticos Herdade Alápega"	204,00
16-08-2010	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio p/imprensa "Exploração agro-pecuária Defesa do Gato"	408,00

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA
16-08-2010	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	anúncio p/imprensa "Exploração agro-pecuária Defesa do Gato"	240,00
24-08-2010	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Publicação de anúncio - 50%	420,00
24-08-2010	CTCS - Composição de Texto para Comunicação Social e Afins, Lda.	Publicação de anúncio - 50%	291,00
24-08-2010	AMBAAL-Associação de Municípios Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Publicação de anúncio - 50%	455,40
24-08-2010	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	Publicação de anúncio - 50%	240,00
24-08-2010	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Publicação de anúncio - 50%	237,60
24-08-2010	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Publicação de anúncio - 50%	408,00
24-08-2010	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Publicação de anúncio - 50%	420,00
24-08-2010	CTCS - Composição de Texto para Comunicação Social e Afins, Lda.	Publicação de anúncio - 50%	291,00
24-08-2010	AMBAAL-Associação de Municípios Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Publicação de anúncio	455,40
24-08-2010	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	Publicação de anúncio - 50%	240,00
24-08-2010	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Publicação de anúncio - 50%	237,60
24-08-2010	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Publicação de anúncio - 50%	408,00
31-08-2010	Publiplanície - Produções Publicitárias, Lda.	Cooperação Transfronteiriça - Materiais de divulgação e promoção	2.220,35
31-08-2010	Publiplanície - Produções Publicitárias, Lda.	cooperação transfronteiriça - materiais divulgação e promoção - 50%	2.220,35
07-09-2010	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	anúncio "Campo de Golfe Herdade da Comporta - Carvalho GDL"	192,00
08-09-2010	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	Anúncio - consulta pública - Avaliação de Impacte Ambiental do Projecto: Ampliação da Pedreira nº 5631/"Muda"	408,00
29-09-2010	CCS - Cultura e Comunicação Social, S.A.	publicação anúncio jornal vida ribatejana	50,82
29-09-2010	CCS - Cultura e Comunicação Social, S.A.	publicação anúncio jornal vida ribatejana	287,98
22-10-2010	Sergio Eduardo Santana Rodrigues (Maybe)	500 pastas processos INALENTEJO	181,50
22-10-2010	Sergio Eduardo Santana Rodrigues (Maybe)	500 pastas processos INALENTEJO	1.028,50

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA
10-11-2010	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Anúncio - Consulta Pública - Avaliação de Impacte Ambiental do Projecto: Ampliação da Pedreira nº 5631/"Muda"	96,80
10-11-2010	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Anúncio - Consulta Pública - Avaliação de Impacte Ambiental do Projecto: Ampliação da Pedreira nº 5631/"Muda"	96,80
10-11-2010	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio p/imprensa "agropecuária campino"	411,40
17-11-2010	Dod's Parliamentary Communications Limited	Publicação de anúncio	1.200,00
17-11-2010	Dod's Parliamentary Communications Limited	Publicação de anúncio	700,00
10-12-2010	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	publicação anúncio página inteira s/EUROACE	2.420,00
17-12-2010	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	Suplemento INALENTEJO no Jornal Correio do Alentejo	335,78
17-12-2010	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	Suplemento INALENTEJO no Jornal Correio do Alentejo	1.902,72
17-12-2010	Jortejo - Jornais, Rádio e Televisão, Lda.	Suplemento INALENTEJO no jornal O Ribatejo	254,40
17-12-2010	Jortejo - Jornais, Rádio e Televisão, Lda.	Suplemento INALENTEJO no jornal O Ribatejo	1.441,60
17-12-2010	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Publicidade sobre a Euroace "I Mostra do Alentejo na feira FEHISPOR em Badajoz"	580,00
17-12-2010	AMBAAL-Associação de Municípios Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Suplemento INALENTEJO no Jornal Diário do Alentejo	279,51
17-12-2010	AMBAAL-Associação de Municípios Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	Suplemento INALENTEJO no Jornal Diário do Alentejo	1.583,89
17-12-2010	Joaquim A. A. Emídio e Maria de Fátima Emídio	Suplemento INALENTEJO no jornal O Mirante	544,50
17-12-2010	Joaquim A. A. Emídio e Maria de Fátima Emídio	Suplemento INALENTEJO no jornal O Mirante	3.085,50
17-12-2010	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Suplemento INALENTEJO no jornal Fonte Nova	72,60
17-12-2010	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Suplemento INALENTEJO no jornal Fonte Nova	411,40
17-12-2010	João Arruda, Sucessores, Lda.	Suplemento INALENTEJO no Jornal Correio do Ribatejo	90,75
17-12-2010	João Arruda, Sucessores, Lda.	Suplemento INALENTEJO no Jornal Correio do Ribatejo	514,25
17-12-2010	NOTHING ELSE - Meios & Comunicação, Lda.	Suplemento INALENTEJO 2010 no jornal Registo	90,75
17-12-2010	NOTHING ELSE - Meios & Comunicação, Lda.	Suplemento INALENTEJO 2010 no jornal Registo	514,25

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA
17-12-2010	Além tudo Comunicação e Design, Lda.	Publicação de anúncio	1.210,00
17-12-2010	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Suplemento INALENTEJO 2010 no jornal Litoral Alentejano	308,55
17-12-2010	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	Suplemento INALENTEJO 2010 no jornal Litoral Alentejano	1.748,45
17-12-2010	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Suplemento INALENTEJO 2010 no jornal Diário do Sul	226,88
17-12-2010	PIÇARRA Distribuição de Jornais, Lda.	Suplemento INALENTEJO 2010 no jornal Diário do Sul	1.285,62
27-12-2010	Cooperativa Cultural Alentejana, CRL	Suplemento INALENTEJO no jornal Alentejo Popular	108,90
27-12-2010	Cooperativa Cultural Alentejana, CRL	Suplemento INALENTEJO no jornal Alentejo Popular	617,10
27-12-2010	Retrato Falado - Imprensa, Comunicação e Eventos, Lda.	Suplemento INALENTEJO 2010 no Jornal Alto Alentejo	54,45
27-12-2010	Retrato Falado - Imprensa, Comunicação e Eventos, Lda.	Suplemento INALENTEJO 2010 no Jornal Alto Alentejo	308,55
27-12-2010	CTCS - Composição de Texto para Comunicação Social e Afins, Lda.	Suplemento INALENTEJO no jornal Linhas de Elvas	399,30
27-12-2010	CTCS - Composição de Texto para Comunicação Social e Afins, Lda.	Suplemento INALENTEJO no jornal Linhas de Elvas	2.262,70
31-12-2010	Rotary Club de Évora	Publicação de anúncio - "Exposição Internacional de Arte" Évora 2010	726,00
31-12-2010	Casa do Alentejo	Publicação de anúncio na Revista Alentejo	907,50
31-12-2010	JOTA CBS Comunicação e Imagem Lda.	inserção página revista "30 dias" e jornal "correio Alentejo"	1.058,75
31-12-2010	Nobre Brindes, Lda.	Aquisição de blocos A5 capa de cortiça para o plano de comunicação do Inalentejo	3.751,00
31-12-2010	Jornalismo e Fotojornalismo de Rui Manuel Santos Rosa	Publicação de anúncio na Revista Cultos	423,50
31-12-2010	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	Licenciamento ambiental da suinicultura da sociedade agro-pecuária Xerez, Lda.	205,70
31-12-2010	Sergio Eduardo Santana Rodrigues (Maybe)	Proc.nº 36/2010 - Aquisição de materiais promocionais no âmbito do Inalentejo - Início de procedimento	11.410,30
31-12-2010	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio abertura concursos	205,70
31-12-2010	PRESSELIVRE Imprensa Livre S A	anúncio - Licenciamento pedreira Daroeiras	411,40
31-12-2010	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	anúncio p/imprensa "agropecuária campino"	124,15
31-12-2010	Litoral Press - Edições e Marketing, Lda.	anúncio - Licenciamento Pedreira Daroeiras	193,60
31-12-2010	PUBLIARVIS Publicidade e Artes Visuais, Lda.	Publicação de anúncio	245,03

Data	Fornecedor	Descrição	Valor C/ IVA
31-12-2010	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional	Publicitação da comunidade de trabalho Eurorregião EUROACE no 7º Workshop APDR	2.500,00
TOTAL			71.358,61

ANEXO IV - DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO RECONHECIMENTO DE MÉRITO



Município de
Santiago do Cacém

Presidência

EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA CCDRA
DR. JOÃO CORDOVIL
AV. ENGENHEIRO ARANTES E OLIVEIRA, 193
7004-514 ÉVORA

5314

S/ Refª	S/ Comunicação	Of. Nº 145/GAP/2010 Proc.	Data
			12.07.2010

Assunto: AGRADECIMENTO

Venho pelo presente apresentar junto de V. Exª os melhores agradecimentos pela celeridade da CCDRA, através da Direcção de Serviços de ordenamento do Território, na produção de parecer relativo á adopção de Medidas Preventivas no âmbito da Revisão do PDM de Santiago do Cacém, que muito contribuiu para a viabilidade de responder em tempo útil á empresa intermunicipal AMBILITAL, com vista á concretização de candidaturas no âmbito do QREN.

Com os melhores cumprimentos. *também pessoais.*

O Presidente da Câmara Municipal

Vítor Proença



BOAS
PARTILHAR
PRÁTICAS
PARA MELHORAR
MAOT
O DESEMPENHO

Certificado

Menção Honrosa
Boa Prática MAOT 2010/2011

atribuído ao projecto

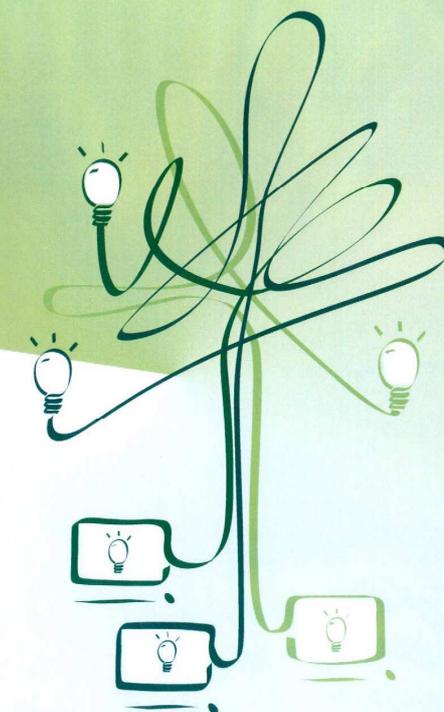
Autorização e comunicação prévia *on-line* das acções e usos na REN

apresentado por

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Secretaria-Geral MAOT, 4 de Março de 2011

Paula Gonçalves
Secretária-Geral MAOT



Organização



SECRETARIA-GERAL
MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Parceiro



MEMORANDO SOBRE AS SESSÕES DE ESCLARECIMENTO RJUE/RJREN

REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO (Lei nº 60/2007)

REGIME JURÍDICO DA REN (Dec-Lei nº 166/2008 e Portaria nº 1356/2008)

No âmbito dos regimes jurídicos acima referidos, considerou a CCDR oportuno promover a realização de sessões de trabalho com os técnicos das autarquias que acompanham estas temáticas, no sentido de esclarecer quaisquer dúvidas existentes e de uniformizar procedimentos.

As sessões foram organizadas por NUT III, com o seguinte horário e calendário:

Horário:

9h30 às 12h30 – RJUE

14h30 às 17h30 - RJREN

Calendário:

NUT III Alto Alentejo – 4 de Maio

(Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre, Sousel)

Registaram-se 41 inscrições, e compareceram 35 técnicos.

NUT III Alentejo Central – 11 de Maio

(Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa)

Inscreveram-se 38 técnicos, e participaram 31.

NUT III Alentejo Litoral – 18 de Maio

(Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines)

Inscreveram-se 20 técnicos, tendo comparecido 18.

NUT III Baixo Alentejo – 25 de Maio

(Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa, Vidigueira)

Para esta sessão inscreveram-se 40 técnicos, tendo estado presentes 36.

O município de Cuba foi o único que não indicou qualquer representante.

Esta sessão foi preparada pelas duas Divisões da DSOT (Direcção de Serviços de Ordenamento do Território), estando a parte respeitante ao RJUE a cargo da DGT (Divisão de Gestão Territorial) e a relativa ao RJREN a cargo da DOET (Divisão de Ordenamento e Estratégia Territorial).

Na sessão da manhã decorreu uma breve explanação sobre a articulação entre as Câmaras Municipais e a CCDR (no âmbito do regime jurídico da urbanização e da edificação), bem como o papel facilitador de procedimentos, que se pretende com a plataforma digital que está a ser implementada. A este respeito, poucas são ainda as Câmaras Municipais que estão a utilizar este sistema.

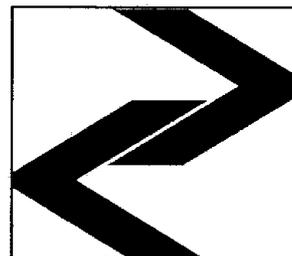
Sobre o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, foi inicialmente feita uma breve explanação das linhas gerais do mesmo, sendo posteriormente feitos esclarecimentos sobre alguns pontos que têm vindo a levantar mais dúvidas, na perspectiva do enquadramento de algumas acções feitas pelos municípios, bem como do ponto de vista dos processos que são enviados pelos próprios requerentes; neste âmbito, ressaltam-se os temas de ampliação de habitações, deslocalização de edificações, e construção de piscinas. Foi igualmente apresentada a funcionalidade disponível na página internet da CCDR sobre a instrução de processos (ao abrigo do RJREN), a possibilidade de visualização da delimitação da REN para cada concelho, assim como a possibilidade de entrega de processos “on line”.

De uma forma geral, a maioria dos técnicos das Câmaras Municipais, demonstrou especial interesse nas matérias abordadas, tendo estas suscitado como questões mais frequentes, relativamente ao RJUE, a forma de instrução correcta dos processos, o processamento da cobrança de taxas exigidas

pelas diferentes entidades e a articulação das diferentes etapas quando é utilizada a plataforma digital. No que se refere ao regime jurídico da REN, foram sobretudo as acções relativas à edificação nas tipologias de sistemas desta condicionante que suscitou maior pedido de esclarecimentos.

Foi considerado, por parte dos técnicos das câmaras que assistiram às sessões, que estas foram da maior utilidade para o trabalho que desenvolvem, manifestando disponibilidade para participar em outras acções temáticas que venham a ser organizadas no mesmo âmbito.

Arbeitsgemeinschaft Europäischer Grenzregionen (AGEG)
 Asociación de Regiones Fronterizas Europeas (ARFE)
 Association des régions frontalières européennes (ARFE)
 Association of European Border Regions (AEBR)
 Comunità di lavoro delle regioni europee di confine (AGEG)
 Europæiske grænseregioners Arbejdsfællesskab (AGEG)
 Werkgemeenschap van Europese grensgebieden (WVEG)
 Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE)
 Σύνδεσμος Ευρωπαϊκών Συνοριακών Περιφερειών (ΣΕΣΠ)
 Stowarzyszenie Europejskich Regionów Granicznych (SERG)
 Ассоциация Европейских Приграничных Регионов (АЕПР)



AGEG c/o EUREGIO · Enscheder Str. 362 · D-48599 Gronau

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
 CCDR Alentejo
 Mrs. Dra. Lina Jan, Vice-President
 Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193
 7004-514 Evora
 PORTUGAL

Gronau, 29 November 2010

F:\DATA\1334 AGE\IMG\Award\2010\RS Urkunden\101115 RS certificate Alentejo.doc

AEBR Award “Sail of Papenburg“ 2010

Dear Mrs. Jan,

On 21 October 2010, on the occasion of this year’s AEBR Annual Conference in Dundalk, the Cross Border Award “Sail of Papenburg“ was bestowed.

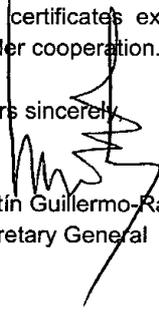
This year, eight projects were presented to the Jury. The decision to select one outstanding project was not easy, as all submissions were excellent. Winner of the Award 2010 was the project “Target: Work” of the Euroregion Nestos Mesta. (winner of special award: project “ØRUS – The new cross border regional development strategy for the Öresund region”)

However, since each project has proven the exceptional nature of cross-border cooperation all over Europe’s border regions, each applicant receives a certificate. Unfortunately we have not been able to handover all certificates personally during the conference.

Please find attached the certificate for the applicant border “Alentejo-Extremadura”.

The certificates express the AEBR’s recognition of your special achievements in cross-border cooperation. Thank you very much for having participated in the Award 2010!

Yours sincerely,


 Martín Guillermo-Ramírez
 Secretary General

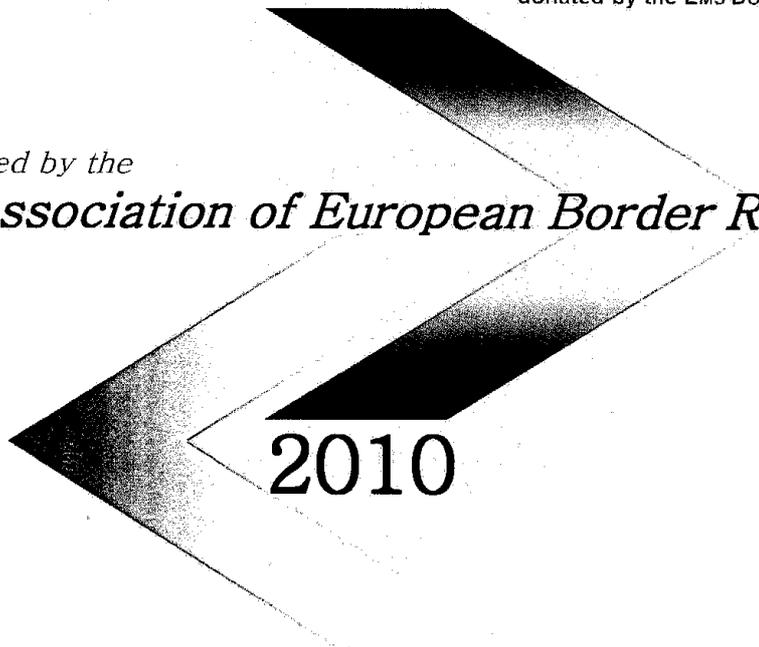
cross border award

SAIL OF PAPENBURG

donated by the EMS DOLLART REGION

presented by the

Association of European Border Regions



Alentejo-Extremadura
(Portugal, Spain)

cross border award



for special achievements in
European cross-border cooperation

Dundalk, October 2010

Karl-Heinz Lambertz
(President)

Martín Guillermo-Ramírez
(Secretary General)

Dr. Reinhold Kolck
(Chairman of the Jury)

SAIL OF PAPENBURG